

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, GESTÃO E TECNOLOGIA DA  
INFORMAÇÃO

KAMILA MASSUQUETO

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO PROGRAMA RESIDÊNCIA TÉCNICA  
NAS ÁREAS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

**CURITIBA  
2016**

KAMILA MASSUQUETO

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO PROGRAMA RESIDÊNCIA TÉCNICA  
NAS ÁREAS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação, na Linha de Pesquisa Informação, Conhecimento e Estratégia, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Helena de Fátima Nunes Silva

**CURITIBA  
2016**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. SISTEMA DE BIBLIOTECAS.  
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Massuqueto, Kamila

As representações sociais do programa residência técnica nas áreas de engenharia e arquitetura / Kamila Massuqueto. - 2016.

181 f.

Orientadora: Helena de Fátima Nunes Silva

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná.  
Programa de Pós- Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da  
Informação, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas.

Defesa: Curitiba, 2016

1. Administração pública - Cooperação universitária. 2. Políticas públicas – Paraná. 3. Representações sociais. 4. Programas de estágio.

I. Silva, Helena de Fátima Nunes, 1956-. II. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação. III. Título.

CDD 378.37



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
Setor CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
Programa de Pós Graduação em CIÊNCIA, GESTÃO E TECNOLOGIA  
DA INFORMAÇÃO  
Código CAPES: 40001016058P1

### TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA, GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **KAMILA MASSUQUETO**, intitulada: "**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO PROGRAMA RESIDÊNCIA TÉCNICA NAS ÁREAS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**", após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação.

CURITIBA, 19 de Fevereiro de 2016.

Prof HELENA DE FÁTIMA NUNES SILVA (UFPR)  
(Presidente da Banca Examinadora)

Prof CHRISTIAN LUIZ DA SILVA (UFSC)

Prof FERNANDA CRISTINA BARBOSA PEREIRA QUEIROZ (UFSC)

Prof GLAUCO GOMES DE MENEZES (UFPR)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me permitir estar aqui;

À minha mãe, pela presença em minha vida;

Ao Sandro Marcos, pelo companheirismo e apoio durante todo o período do mestrado;

Às minhas amigas, Andreia Muller e Flavia Pozzera Gassner por compartilharem e entenderem as alegrias e os desafios empreendidos;

À Professora Maria do Carmo Duarte Freitas, pelas orientações e acompanhamento na primeira fase da pesquisa;

À Professora Helena de Fátima Nunes Silva, que me acolheu como orientanda com mãos firmes e coração aberto, dando direção e estabilidade à pesquisa. Respeito e admiração pela pessoa e educadora que és;

Aos Membros da banca pelos apontamentos que permitiram a evolução da pesquisa, e, pelo entendimento da subjetividade envolvida na investigação das Representações Sociais;

A todos os colegas do mestrado, em especial ao Alex V. Teixeira pela generosidade acadêmica e, Jean F. Bernardino por compartilhar das dificuldades decorrentes do desenvolvimento da pesquisa;

Aos professores e colaboradores do PPGCGTI, que de alguma forma contribuíram para que esta pesquisa fosse finalizada;

A todos aqueles que direta ou indiretamente estiveram envolvidos e colaboraram com a pesquisa.

*“Cada um de nós compõe a sua história,  
cada ser em si carrega o dom de ser capaz,  
de ser feliz...”.*

(Almir Sater e Renato Teixeira)

## RESUMO

Este trabalho analisa um Projeto decorrente de uma Política Pública denominado Programa Residência Técnica (RESTEC), fruto de uma parceria entre o Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Obras (SEOP) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR), analisando à luz da Teoria das Representações Sociais (TRS), as narrativas dos participantes envolvidos no Projeto: o Governo do Estado (SEOP), a UFPR e alunos residentes. Busca por meio de análise documental e entrevista narrativa, analisada a partir da técnica de categorização, junto aos gestores, executores e alunos residentes, identificar os elementos relacionados às três dimensões da TRS: informação, imagem e atitude. Os resultados encontrados evidenciam que o RESTEC foi um meio de agregar mão de obra à SEOP a partir da qualificação dos servidores e residentes, dada a situação problema da não contratação efetiva de servidores para atuarem na gestão de obras do Estado. Na dimensão **informação** houve linearidade no conhecimento relatado por todos os participantes acerca do objeto, apresentando o RESTEC como um projeto inserido no contexto de uma Política Pública para qualificação de servidores e residentes nas áreas de engenharia e arquitetura. Na dimensão **imagem** emergem as representações relacionadas às expectativas dos participantes em relação ao RESTEC, sendo as principais retratadas pelos residentes: oportunidade de inserção no mercado de trabalho e a qualificação para o setor público refletidas em um sentimento de gratidão e adjetivando o RESTEC como uma oportunidade única para recém-formados. Enquanto para os executores ficou o sentimento de falta de apoio e reconhecimento na institucionalização do Programa. Aos gestores ficou a sensação de dever cumprido, porém, pontuando algumas melhorias. Na dimensão **atitude** observa-se que apesar de vários aspectos negativos relatados, predomina a representação positiva dos participantes em relação ao RESTEC, e, dos benefícios por ele gerados no âmbito governamental, acadêmico e social.

**Palavras chave:** Representações Sociais. Política Pública. Trabalho. Programa Residência Técnica.

## **ABSTRACT**

*This paper analyzes a project resulting from a public policy named Technical Residence Program (RESTEC), the result of a partnership between the Government of the State of Paraná, through the Secretary of Public Works (SEOP) and the Federal University of Paraná (UFPR), analyzing to the Theory of Social Representations (TRS), narratives of the participants involved in the project: the State Government (SEOP), the UFPR and residents students. Search through document analysis and narrative interview, analyzed from the categorization technique, with the managers, performers and resident students identify elements related to the three dimensions of TRS: information, image and attitude. Our results show that the RESTEC was a means of adding manpower to SEOP from the qualification of servers and residents, given the situation of the problem not effective hiring servers to work in state construction management. In the dimension **information** was linearity knowledge reported by all participants about the object, with the RESTEC as an inserted project in the context of a public policy to qualify servers and residents in the areas of engineering and architecture. In dimension **image** emerge representations related to the expectations of participants in relation to RESTEC, being the main portrayed by residents: opportunity to enter the labor market and the qualification for the public sector reflected in a sense of gratitude and adjectives the RESTEC as a unique opportunity for recent graduates. As for the performers was the feeling of lack of support and recognition in the program's institutionalization. Managers got the feeling of accomplishment, however, scoring some improvements. In the dimension **attitude** it is observed that despite several negative aspects reported, the predominant positive representation of the participants in relation to RESTEC, and the benefits it generated within the government, academic and social.*

**Key words:** *Social Representations. Public Policy. Work. Technical Residence Program.*

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – A ESTRUTURA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	35
FIGURA 2 – CAMPO DE ESTUDOS DA RS.....	42
FIGURA 3 – POLÍTICA PÚBLICA MATERIALIZADA EM PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS.....	61
FIGURA 4 – ETAPAS DE UM PROGRAMA GOVERNAMENTAL.....	63
FIGURA 5 – CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	75
FIGURA 6 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	78
FIGURA 7– ESTRUTURA DE ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	90
FIGURA 8 – PLANO, PROGRAMA E PROJETO.....	96
FIGURA 9 - ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO DO CURSO.....	98
FIGURA 10 – NUVEM DE PALAVRAS DAS NARRATIVAS .....	134

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1– PUBLICAÇÕES PERTINENTES RELACIONADAS AOS TEMAS.....	22
QUADRO 2– FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E PRINCIPAIS AUTORES UTILIZADOS.....	24
QUADRO 3 – PUBLICAÇÕES: POLÍTICA PÚBLICA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS .....	46
QUADRO 4 - DEFINIÇÕES E ABORDAGENS DO CONCEITO DE POLITICA PÚBLICA.....	51
QUADRO 5 – ATORES EM POLÍTICAS PÚBLICAS.....	56
QUADRO 6 – CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	58
QUADRO 7 – COMPONENTES DE UM PROGRAMA GOVERNAMENTAL.....	62
QUADRO 8 - CRONOLOGIA DE EVENTOS DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO.....	69
QUADRO 9 – PERFIL DOS RESPONDENTES.....	77
QUADRO 10 - OBJETIVOS DA PESQUISA, LITERATURA PERTINENTE, PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E DE ANÁLISE.....	80
QUADRO 11 - TÉCNICAS DE COLETA.....	81
QUADRO 12 – CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA.....	89
QUADRO 13 – COMPONENTES DO PROGRAMA RESIDÊNCIA TÉCNICA.....	100
QUADRO 14 – EQUIPE DE EXECUÇÃO – UFPR.....	103
QUADRO 15 - ANÁLISE QUANTITATIVA DAS NARRATIVAS.....	134
QUADRO 16 - CONTAGEM DE PALAVRAS – <i>WORDS COUNT</i> .....	135

## **LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS**

BDTD-IBCIT – Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CONMETRO - Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

CREA PR – Conselho Regional de engenharia e Arquitetura do Paraná

EVOC – Técnica de associação livre ou evocação

INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PPA – Plano Plurianual

PPGCGTI – Programa de Pós Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação

PQPCC/RS - Programa de qualidade e produtividade na construção civil do Rio Grande do Sul

RESTEC – Programa Residência Técnica

SEDS - Secretaria de Desenvolvimento Social

SEFOR – Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional

SEOP – Secretaria de Estado de Obras Públicas

SETI - Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

SINDUSCON/RS - Sindicato da indústria da construção civil do Rio Grande do Sul

TCLE – Termo de consentimento livre e esclarecido

TRS – Teoria das Representações Sociais

UFPR – Universidade Federal do Paraná

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b>	13
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	15
1.2	OBJETIVOS DA PESQUISA	18
1.3	JUSTIFICATIVA	18
1.4	INSERÇÃO DA PESQUISA NA CIÊNCIA, GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	20
1.5	ESTRUTURA DO TRABALHO	23
2	<b>LITERATURA PERTINENTE</b>	24
2.1	TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	25
2.1.1	A Realidade Socialmente Construída	26
2.1.2	A Construção das Representações Sociais	28
2.1.3	TRS e sua Aplicação Interdisciplinar	40
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS	48
2.2.1	Construção de Políticas Públicas	54
2.2.2	Programas Governamentais	59
2.3	POLÍTICA PÚBLICA E TRABALHO	64
2.3.1	Mercado de Trabalho Brasileiro	68
2.3.2	Qualificação Profissional	71
3	<b>METODOLOGIA DA PESQUISA</b>	73
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	73
3.2	AMBIENTE DA PESQUISA	75
3.2.1	Participantes da Pesquisa	75
3.2.2	Identificação da amostra	76
3.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	78
3.4	ESTRATÉGIA DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	82
4	<b>O PROGRAMA RESIDÊNCIA TÉCNICA</b>	91
4.1	CRIAÇÃO, NATUREZA E FUNCIONAMENTO	93
4.2	CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO RESTEC	99
4.3	ATORES PARTICIPANTES	100
4.4	ALINHAMENTO TEÓRICO	106
5	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES</b>	107

5.1	QUEM SABE E DE ONDE SABE .....	108
5.2	O QUE SABE E COM QUE EFEITOS.....	109
5.2.1	Um projeto a partir de uma Política Pública .....	109
5.2.2	Mundo do Trabalho e Perspectivas Profissionais .....	122
5.2.3	Outras Revelações .....	129
5.3	SÍNTESE DOS RESULTADOS .....	131
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	137
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	143
	<b>APÊNDICES</b> .....	157
A)	Termo de Consentimento livre e esclarecido.....	157
B)	Entrevista Narrativa (roteiro proposto).....	158
C)	Protocolo de Coleta Documental.....	159
	<b>ANEXOS</b> .....	160
A)	Lei 11.066/1995 – Criação de Secretarias de Estado.....	160
B)	Decreto 5554 – 17/10/2005 – Autorizando a Criação do RESTEC.....	163
C)	Lei 16020 - 19 de Dezembro de 2008 – Instituinto o RESTEC.....	165
D)	Seminário de Abertura do RESTEC 2008.....	168
E)	Edital 001/08 – Chamada Pública.....	169
F)	Ofício resposta ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.....	175
G)	Resolução Conjunta SETI/SEIL 001 - 15 de Agosto de 2012 – Expansão do RESTEC para Universidades Estaduais.....	177
H)	Projeto De Lei No 3.782, de 2008.....	178
I)	Arquivamento do Processo CF-1256/2009.....	181

## 1 INTRODUÇÃO

A percepção de que se vive em uma época de transformações, desdobradas em desafios e oportunidades, deixou de ser um dado subjetivo para se tornar uma diretriz da agenda de governos e a atuação de movimentos sociais, partidos políticos e organizações públicas e privadas (BRASIL, 2009). Ao longo do Século XX, com a complexidade da sociedade, e a crescente capacidade de intervir do ser humano, possibilitada pelo avanço da tecnologia, a Política se torna importante, necessitando de maior participação da população nos processos decisórios que ocorrem nas esferas de poder, em particular no Estado (DIAS; MATOS, 2012).

Na turbulência do mundo globalizado, o mercado de trabalho demanda iniciativas para o aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores, que muitas vezes se dá por intermédio da educação, que por vezes, é uma das determinantes da mobilidade social, capacitando as novas gerações com conhecimentos e atitudes que possibilitem sua evolução com base no seu trabalho (COSTA, 2012).

O trabalho é um instrumento que permite o crescimento econômico e o desenvolvimento humano. Políticas Públicas relacionadas ao trabalho tendem a ter um papel importante, podendo, por meio de seu resultado sobre a estrutura ocupacional, funcionar como um catalisador do processo de recomposição do mercado de trabalho nacional (DEMO; OLIVEIRA, 1995; IPEA, 2013). O mercado de trabalho demanda programas de qualificação profissional que possam gerar maior crescimento econômico e nivelar a necessidade ocupacional existente entre a oferta e a demanda por trabalho. Convergindo de uma perspectiva compensatória para uma perspectiva indutora, permitindo que o crescimento econômico possa se traduzir na geração de mais e melhores empregos (LOBO; ANZE, 2014).

Em resposta às demandas do mercado, nota-se a necessidade de uma ação administrativa competente, preocupada com as alterações do ambiente e disposta a implantar as mudanças necessárias de modo a maximizar a

qualificação de pessoal, possibilitando a inserção efetiva no mercado competitivo e alavancando a economia nacional (FREITAS *et. al.* 2007). Logo, reflexões e ações sobre a realidade são necessárias para sua compreensão e para pautar as ações do poder público, para que sejam oferecidas condições adequadas de se concretizar os direitos de trabalho da pessoa humana (DIAS; MATOS, 2012).

É neste contexto que a pesquisa discorre, explorando uma iniciativa do Governo do Estado do Paraná, que em 2005 autorizou a criação do Programa Residência Técnica (Anexo B). O Programa foi instituído pela Lei 14.803/05 (revogada) e aperfeiçoado pela Lei 16.020/08 (Anexo C), que autorizou o Poder Executivo a instituir o Programa no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Estado do Paraná (PARANÁ, 2005; 2008). Resultando em uma parceria do Governo do Estado do Paraná, gerido pela Secretaria Estadual de Obras Públicas (SEOP) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR), para suprir por um lado uma necessidade de profissionais para atuarem na fiscalização de obras públicas e, por outro lado, a preocupação com a capacitação de profissionais engenheiros e arquitetos recém-formados e sua inserção no mercado de trabalho.

O Programa abrigou no âmbito da SEOP, profissionais da área de Engenharia Civil e Arquitetura que ainda não tinham oportunidade de exercer, de maneira formal, o seu primeiro emprego na sua área de formação. O critério de inclusão no trabalho junto a SEOP era que estivessem inscritos no curso de especialização em Gestão de Obras Públicas ministrado pela UFPR. Selecionados por esta universidade, os engenheiros e arquitetos desenvolviam atividades correlatas nas coordenadorias da sede e nas 14 regionais da SEOP, por um período de 24 meses de duração do curso, recebendo uma bolsa-residência mensal correspondente a 50% do piso nacional da categoria (PARANÁ, 2007).

Detectada a situação e estabelecida às características técnicas e gerenciais requeridas para o perfil dos profissionais, surgiu a proposta de uma Política Pública baseada em um Programa de especialização especialmente desenvolvida para qualificar e inserir profissionais recém-formados no mercado de trabalho.

A presente pesquisa se delimita à primeira fase do Programa (2006-2010), pois, a partir de 2012 o mesmo passou a ser instrumentalizado pela Paraná Edificações (Apêndice G), pertencente à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística do Paraná. Sendo as ações adotadas para outras áreas de conhecimento – psicologia e assistência social e em outras instituições de ensino, o que exigiria diferentes contextos a serem investigados. “O contexto é um importante aspecto na compreensão das representações sociais, pois é onde elas são criadas, é o meio que as influencia e é também o meio que será influenciado por elas” (FERRARI; GUEDES, 2012).

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Cerca de 90 países possuem leis que o regulamentam o acesso à informação pública. No Brasil, tal direito está inscrito na Constituição Federal, e seu acesso é a regra, e, o sigilo, a exceção. Leis e Políticas já contemplaram esta questão. A própria Constituição Federal define no texto da Lei 12.527/2011 como “dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato”. (BRASIL, 2011).

Política Pública é um campo de estudo multidisciplinar, que envolve análises das informações disponíveis sobre os aspectos econômicos, políticos, sociológicos e de gestão. O desenvolvimento das Políticas é permeado por uma complexidade e quantidade de elementos que ultrapassam o potencial de uma pesquisa, mas que podem ser explorados por meio de teorias das Ciências Humanas e Sociais. (BARROS, 2009). “Não há como negar o papel central que a dimensão política sempre ocupou, tanto na vida pessoal, como na experiência social dos seres humanos. [...] O agir político é a própria essência da vida social” (GUARESHI, 2003, p. 262).

Sendo a informação um bem público e seu acesso cada vez mais reconhecido como um direito das pessoas, toda informação produzida pelo setor público deve estar disponível à sociedade, seja proveniente de um Plano, Programa ou Projeto derivado de uma Política Pública. Constata-se assim a

ausência de publicações retratando o Programa Residência Técnica, concebido como um projeto dentro de uma Política Pública do Estado do Paraná.

O projeto teve como foco principal a qualificação de profissionais - áreas de engenharia e arquitetura para o setor público, e a interação e contribuições provenientes da inserção de universitários recém-formados visando suprir essa demanda.

No Estado do Paraná no período de 2005-2007 houve crescimento nos investimentos em obras públicas e escassez de profissionais para gerenciamento das construções públicas. A proposta do Programa Residência Técnica respondia a esta demanda. Fazia-se necessário, contudo, preparar estes profissionais para atuarem gerenciando obras públicas. Neste sentido, a complementação na formação dos profissionais passava pela construção de competências, tendo em vista as transformações ocorridas no mundo do trabalho, em virtude dos avanços tecnológicos e processos de globalização.

As ações de uma política pública podem ser avaliadas, estudadas teoricamente e representadas. Os resultados de uma política pública, materializado em um Programa, contribuem para tomada de decisão governamental na medida em que possibilitam repensar ou mesmo rever as ações resultantes. O que se observa, no entanto, é que os gestores não dispõem dessas informações sejam elas avaliativas ou de Representação Social.

Os estudos de avaliação requerem medição de resultados. Preocupam-se, especialmente, com dados quantitativos, que não é o foco desta pesquisa. Já os estudos sobre as Representações Sociais se referem às experiências vividas pelo ser humano, seja de caráter social, profissional e de expectativas, fundam o imaginário de determinado grupo e dão consistência às suas representações de mundo e de conhecimento. Conhecer fatias do imaginário social de um grupo é interagir com ele. Um estudo das Representações Sociais analisa valores convergentes com os pré-existentes, muitas vezes novos e contraditórios em relação àqueles vivenciados por determinado grupo social. Nesta pesquisa os fatores qualitativos de análise se constituem de um conjunto de informações teóricas e de dados obtidos na pesquisa de campo, tomando por base a teoria das Representações Sociais, que tem como expoente Sergé Moscovici. Estudos nesta esfera investigam como se formam e o

funcionamento dos sistemas de referência utilizados para classificar e interpretar acontecimentos da realidade (SILVA, 1996; 2004; ALVES-MAZZOTTI, 2008). “Os humanos procedem através de representações” (GUARESHI, 2003, p. 74). O autor ainda afirma que, para estas se tornarem objeto de conhecimento, precisam passar por um processo de transformação, que possibilite a construção de um objeto na mente das pessoas. Sendo o conhecimento do senso comum sobre determinado objeto, construído e partilhado socialmente. Ou seja, Representação Social é remeter ao conhecimento produzido no senso comum (SANTOS; ALMEIDA, 2005).

A escolha do Programa Residência Técnica parte do entendimento que um Programa governamental visa atender à sociedade, apresentando oportunidades e/ou resolvendo problemáticas públicas. A implicação prática deste estudo decorre da aplicabilidade e convergência com enfoque interdisciplinar dos temas: Políticas Públicas e Representações Sociais. Observa-se como cidadãos, que o Governo Federal, a partir do Ministério de Desenvolvimento Social, está em vias de replicação de uma Política Pública como o Programa Residência Técnica. Contudo, não existem informações do projeto destacando sua representatividade para a sociedade e para os participantes.

O que se propõe, portanto, é a adoção de uma perspectiva mais sociológica de base cultural cognitiva para a compreensão do conteúdo do Programa, por meio da percepção dos participantes no processo, com base na Teoria das Representações Sociais, que por meio de sua análise e compreensão permite entender o conjunto de significados criados e partilhados socialmente pelos diferentes atores envolvidos no Programa. Decorrente disto, a questão que a pesquisa procura responder é: **Quais as Representações Sociais dos participantes do Programa Residência Técnica nas áreas de Engenharia e Arquitetura, durante o período de 2006-2010?**

## 1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

Moscovici (2003) observa que as proposições, reações e avaliações que são parte da Representação Social, constituem universos de opinião sobre determinado objeto. Dessa forma, cada universo apresenta três dimensões: informação, campo de representação/imagem e atitude. A informação diz respeito à organização dos conhecimentos que o grupo tem do objeto. O campo de representação/imagem trata dos pressupostos referentes aquele objeto. Já a atitude corresponde à orientação geral, favorável ou desfavorável, ao objeto representado (ALVEZ-MAZZOTTI, 2008).

Esta pesquisa suscita reflexões acerca das Representações Sociais decorrentes de um projeto a partir de uma Política Pública de qualificação profissional denominada Residência Técnica. Para elucidar o problema da pesquisa, tem-se como objetivo geral: **Analisar as Representações Sociais do Programa Residência Técnica, na perspectiva de seus participantes.**

A partir do objetivo geral subdividem-se os objetivos específicos que são:

- a) apresentar o Programa Residência Técnica como elemento de uma Política Pública relacionada ao mundo do trabalho;
- b) identificar informações, imagens e atitudes relacionadas ao Programa Residência Técnica;
- c) analisar os desdobramentos do Programa Residência Técnica na vida profissional dos residentes.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

A Política Pública pode ser considerada um instrumento para coordenar Programas e Ações Públicas, de maneira a efetivar e intervir na realidade social (BRASIL, 2006). Dentro do contexto político social, o estabelecimento de financiamento regular para a formação profissional e o investimento na sua potencialidade pedagógica e política, tem por objetivo possibilitar tanto a

formação de profissionais quanto contribuir com a mudança do desenho econômico social do mercado de trabalho (BERNARDONI; SOUZA; PEIXE, 2008). Os mesmos autores incitam uma discussão enfatizando o quanto é necessário “analisar estudos, pesquisas e informações que levem ao desenvolvimento de bases conceituais, diagnósticos e desenho de cenários e tendências que alimentem a monitoração e avaliação das Políticas Públicas” (p. 381).

A observação a partir da Teoria das Representações Sociais se torna relevante ao investigar e procurar compreender o (s) grupo (s) social (is) a partir de suas realidades e identidades, proporcionando a compreensão do universo construído e os processos engendrados nesta construção. Uma realidade social, de acordo com a compreensão da Teoria das Representações Sociais, é criada quando algo novo vem a ser incorporado ao universo consensual, neste sentido, todo estudo de Representação Social é realizado em razão de esta ser uma forma de conhecimento (SPINK, 2004; GUERRA; ICHIKAWA, 2011). Marcová (2003) corrobora salientando que as teorias do conhecimento social são baseadas no conceito de estabilidade e certeza, as Representações Sociais contribuem no sentido de produzirem um conhecimento baseado na mudança, assim como, desenvolve uma abordagem social ao conhecimento que possa recuperar a sua ligação aos universos pessoais, interpessoais e socioculturais em que é produzido.

O objetivo da Teoria das Representações Sociais é explicar os fenômenos do homem a partir de uma perspectiva coletiva, sem perder de vista a individualidade. Dessa forma, o Programa Residência Técnica é o universo comum criado por cada um dos participantes que dele fizeram parte. (BANCHS, 2000).

A proposição de investigar a Representação Social do Programa Residência Técnica é, contudo, inédita. A relevância da pesquisa está em trazer as informações para reflexões sobre perspectivas de análise e convergência de áreas do conhecimento ao buscar por meio de um olhar multidisciplinar conectar discussões de cunho social e organizacional envolvidas na execução de um projeto governamental com reflexos na sociedade.

A Teoria das Representações Sociais permite estabelecer comunicação com os mais diversos campos do conhecimento de forma interativa e recíproca, garantindo assim uma compreensão mais clara do objeto de pesquisa. A interdisciplinaridade pode colaborar com melhor compreensão das dimensões históricas e sociais do objeto em estudo, as relações dos indivíduos com o Programa, como o representam, como se apropriam dele e como o resinificam (FERRARI; GUEDES, 2012).

A exploração do Programa Residência Técnica se torna relevante sob a ótica de integrar temas, contudo, ambos apoiados em uma abordagem que reflete a importância das questões sócio organizacionais no contexto de Políticas Públicas, sustentada sobre um Projeto de Qualificação Profissional em vias de expansão (PARANA, 2015b). Assim, a pesquisa contribui ao permitir compreender a sociedade, as forças socioeconômicas presentes e em que tipo de sistema político elas foram engendradas, bem como os efeitos e os impactos desta Política na sociedade. E, alinhada ao PPGCGTI, ressalta-se o interesse em investigar a gestão do conhecimento produzido pelo RESTEC. Pois, até o final de 2015 não havia publicações sobre este projeto e sua contribuição à sociedade.

#### 1.4 INSERÇÃO DA PESQUISA NA CIÊNCIA, GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A mediação dos fluxos informacionais a partir das relações entre Estado e Sociedade tem sido contemplada com ênfase crescente pelas Ciências Sociais, especialmente na Ciência da Informação. Relações estas que ganham destaque na modernidade e adquirem contornos profundos desde a década de 1980, com a emergência e ampliação das tecnologias da informação e comunicação, reformas estatais, políticas de Governo eletrônico e Governo aberto, entre outras (JARDIM, 2012).

No Estado, o governo executa suas funções de gestão e implementação de Políticas Públicas por meio de suas instituições, órgãos e unidades administrativas. Essas estruturas orgânicas e funcionais com objetivos

específicos exigem determinadas competências, demandando funções e atividades próprias para sua realização. Muitas destas funções e atividades se materializam em informação (SILVA, 2008).

O Programa de Pós-graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação – PPGCGTI - UFPR tem como área de concentração Gestão da Informação e do Conhecimento, “congrega pesquisas que aplicam os princípios gerenciais ligados à coleta, tratamento, análise, disseminação e uso da informação e do conhecimento em organizações”. Abarca a Linha de Pesquisa ligada à Informação, Conhecimento e Estratégia, “visando o tratamento de insumos informacionais e do conhecimento destinados à tomada de decisões nas organizações” (UFPR, 2014).

Neste sentido, a pesquisa se alinha, ao refletir sobre a implementação de ações na esfera governamental, que, por vezes suscita em uma Política Pública e para isso, exige que seja socialmente planejada. Já a Teoria das Representações Sociais, entendida como uma forma de conhecimento constitui vertente teórica da Psicologia Social que faz contraponto com correntes da Filosofia, História, Sociologia e Psicologia Cognitiva que se debruçam sobre a questão do conhecimento. Conhecimento este, explorado pelas linhas de pesquisa do PPGCGTI. Contudo, as publicações do Programa não exploraram a abordagem das Representações Sociais, sendo a pretensão desta agregar um enfoque interdisciplinar. Dessa forma, o estudo corrobora e agrega ao PPGCGTI, por meio do estudo das Representações Sociais e suas possibilidades de compreensão do objeto empírico investigado.

Política Pública é um tema amplamente discutido pela comunidade acadêmica, em diferentes campos do conhecimento. Permite compreender a sociedade (forças sociais e econômicas) e os efeitos e impactos que uma Política pode causar no meio em que está inserida, revelando assim seu caráter interdisciplinar. Relevante mencionar as publicações encontradas, nas bases de pesquisa relacionadas, cujos resultados encontrados estão descritos no QUADRO 1.

## QUADRO 1 – PUBLICAÇÕES PERTINENTES RELACIONADAS AOS TEMAS

Base de dados	Public Policy Work	Social representations theory	Technical residence program	Observações/ Escopo Periódicos relacionados às áreas correlatas ao Programa PPGCGTI, <i>Public Administration e Management</i> . Escopo – 10 anos Termo relacionado no <i>abstract</i>
Scielo	963	418	3	Termo relacionado em qualquer campo – regional
CAPES	17	155	0	Termo relacionado em qualquer campo
Sciencedirect	1	18	0	Termo relacionado em qualquer campo
BDTD-IBCIT	58	20	2	Termo relacionado em qualquer campo.

FONTE: A autora (2015).

\* Busca em 02 de agosto de 2015

Apesar da quantidade de publicações relacionadas à Política Pública do Trabalho, há apenas cinco publicações relacionadas com Programas de Residência Técnica, e, relacionadas às áreas de serviço social e saúde, e, nenhuma com a abordagem empregada nesta pesquisa. O que denota a relevância de discutir um Projeto com perspectivas construtivas e integrativas focadas no mercado de trabalho.

O que se espera ao findar a pesquisa é uma exposição da literatura pertinente referente às Políticas Públicas com viés no Mercado de Trabalho, a partir de uma reflexão dos elementos do Programa Residência Técnica e a compreensão das suas Representações Sociais por meio do discurso dos seus participantes.

O campo teórico que sustenta esta pesquisa é de natureza qualitativa, constatada a partir da pesquisa empírica e dos processos sociais no ambiente em que estão inseridos os atores do RESTEC.

## 1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

O Capítulo 1 traz a Introdução. O Capítulo 2 tem como base o arcabouço teórico relacionado à Teoria das Representações Sociais e Política Pública, com viés no Mercado de Trabalho. No Capítulo 3 estão descritos e caracterizados os Procedimentos Metodológicos da pesquisa. O Capítulo 4 apresenta o objeto pesquisado – O Programa Residência Técnica, contextualizado como um projeto a partir de uma Política Pública e delimitado ao contexto das três dimensões da Teoria das Representações Sociais (informação, imagem e atitude). O Capítulo 5 retrata os Resultados da pesquisa, e, por fim, o Capítulo 6 traz as Considerações Finais.

## 2 LITERATURA PERTINENTE

O presente capítulo delinea as questões teóricas que serão a base de sustentação para a formulação de pressupostos, conceitos e categorias da pesquisa. Para tanto, esta se subdivide em Teoria das Representações Sociais e Políticas Públicas.

O QUADRO delimita os contextos trabalhados neste capítulo, descrevendo os principais, porém, não únicos, autores utilizados.

QUADRO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E PRINCIPAIS AUTORES UTILIZADOS

FUNDAMENTAÇÃO	ENFOQUE	PRINCIPAIS AUTORES
Representações Sociais	Informação, Imagem e Atitude	MOSCOVICI (2003) JODELET (1989) JOVCHELOVITCH (2000, 2007) SPINK (1993, 2004) GUARESHI (2003) SANTOS; ALMEIDA (2005) BIJARI (2011) SILVA (2011) SILVA (1996) ALVES-MAZZOTTI (2008) SÊGA (2000) FERRARI; GUEDES (2012) REIS; BELLINI (2011) BARROS (2009) BERGER; LUCKMANN (1995) GUERRA; ICHIKAWA (2011)
Políticas Públicas	Política Pública e Trabalho	SOUZA (2006) SOUZA (2004) MACAMBIRA; CARLEIAL (2009) LOBO; ANZE (2014) FREY (2000) SECCHI (2010) DEMO; OLIVEIRA (1995) KUENZER; GRABOWSKI (2006) FARIA; QUELHAS (2005) MOURÃO; BORGES-ANDRADE (2005) MENDES; SORDI (2013) SILVA; BASSI (2011) DIAS; MATOS (2012) NORONHA FILHO (2013) BERGUE (2012; 2013) HERMANY; FRANTZ (2008) BRESSER-PEREIRA (2012) SCHLESINGER et. al. (2008)

FONTE: A autora (2015).

## 2.1 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A sociedade contemporânea confronta-se com grande quantidade de informações. As questões que surgem exigem, frequentemente, que se busque compreendê-las, aproximando daquilo que já é familiar, usando palavras que fazem parte do cotidiano. Na rotina diária, em cada manifestação, procuram-se explicações, são feitos julgamentos e tomadas posições. Todas essas interações criam e recriam universos onde as representações são produzidas e comunicadas, tornando-se não mais simples opiniões, mas sim teorias do senso comum. Estas teorias ajudam a moldar a identidade de um grupo, e permitindo ao indivíduo sentir-se pertencente a este. Para isso, a Teoria das Representações Sociais - TRS, derivada da Psicologia Social, propicia tal compreensão (ALVES-MAZZOTTI, 2008).

Os autores que mais influenciaram a formulação da TRS foram Max Weber (1904/2000) e Émile Durkheim (1953/1974). Weber teve contribuição relevante na valorização dos sentidos que motivam as ações sociais, bem como, suas considerações sobre a formação da sociedade moderna. Durkheim foi o maior contribuinte para o conceito de representações coletivas (SILVA, 2011). Para ele, representações coletivas são formas estáveis de compreensão coletiva, com a capacidade de conduzir condutas sociais, integrando e conservando a sociedade como um todo, ou seja, apresenta um caráter estático e coercitivo. Posteriormente, a teoria foi aprofundada por Sergé Moscovici (2003) (substituindo o 'coletivas' por 'sociais') considerando o fenômeno das Representações Sociais contemporâneo à introdução do conhecimento científico no senso comum e o deslocamento das fontes de saber social para diferentes polos. Durkheim estava centrado em estudar as representações como produtos sociais. Já Moscovici se interessava também pelos processos de construção e pelo contexto de elaboração das mesmas. Dessa forma, a diferenciação do conceito de representação coletiva, representação, e, Representação Social está na sua gênese e não na sua natureza. O individual e o coletivo são níveis de análise complementares, contribuindo para a investigação da construção social da realidade (FERRARI; GUEDES, 2012).

No contexto de Moscovici (2003), as representações assumem um caráter mais dinâmico relacionado ao modo como os grupos engendram suas representações, assumindo especificidades relacionadas ao ambiente social, de forma que a representação não emanaria de um único poder, mas, responderia à heterogeneidade da sociedade. Dessa forma, o esforço para a compreensão do mundo por meio de uma dimensão racional e prática é no que consiste basicamente a Representação Social. Ampliando o que Weber chama de sentido social e, conseqüentemente, amplia-se a noção de relações sociais (BARROS, 2009; SILVA, 2011).

A Representação Social é uma forma de conhecimento socialmente construída e compartilhada, com um objetivo prático e que concorre para a construção de uma realidade comum a um grupo social. Há formas de conceber e abordar as Representações Sociais, relacionadas ou não ao imaginário social (JODELET, 1989; ALVES-MAZZOTTI, 2008).

Para compreender a base epistemológica da TRS, recorre-se a seguir ao movimento construtivista da Sociologia, a partir de um enfoque que privilegia o percurso das interações às estruturas sociais, ou seja, as estruturas sociais se constroem e se mantem a partir das interações dos sujeitos.

### **2.1.1 A Realidade Socialmente Construída**

A sociologia do conhecimento entende a realidade humana como uma construção social. Como a construção da realidade tem sido tradicionalmente uma questão central da filosofia, esta compreensão tem certas implicações filosóficas. Em suma, a concepção da sociologia do conhecimento implica em uma particular concepção da sociologia em geral. Não implica em não considerar a sociologia como ciência, mas sim, que a sociologia toma lugar na companhia das ciências que tratam do homem enquanto homem. Neste sentido, revelando-se uma disciplina humanista, que não pode perder seu objeto próprio de pesquisa - a sociedade, como parte de um mundo feito pelos homens, habitada por eles, e fazendo estes em um contínuo processo histórico (BERGER; LUCKMANN, 1995).

Realidade é “uma qualidade pertencente a fenômenos que reconhecemos terem um ser independente de nossa própria volição (não

podemos “desejar que não existam”)” (BERGER; LUCKMANN, 1995, p. 11). E conhecimento seria “a certeza de que os fenômenos são reais e possuem características específicas” (p. 11). Estas questões despertam o interesse sociológico inicialmente por sua relatividade social.

O conhecimento se situa no coração da dialética da sociedade. É ele que programa os canais a partir de onde a exteriorização produz um mundo objetivo. Objetivando este mundo por meio da linguagem e ordenando-o em objetos que serão apreendidos como realidade. Na sequência, interiorizando-o (o processo de interiorização é a forma como a manifestação de processos subjetivos de outros, torna-se subjetivamente significativo para mim) como verdade objetivamente válida no percurso da socialização (introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela). Dessa maneira, o conhecimento relativo à sociedade é uma realização no sentido de capturar a realidade social objetivada e no sentido de produzir continuamente esta realidade (BERGER; LUCKMANN, 1995). “O conhecimento também se tornou uma questão política importante, centrado no caráter público, ou privado da informação, e de sua natureza mercantil ou social” (BURKE, 2003, p. II).

Uma realidade social, de acordo com a compreensão da Teoria das Representações Sociais, é criada apenas quando algo novo vem a ser incorporado ao universo consensual. Todo estudo de Representação Social é realizado em razão de esta ser uma forma de conhecimento (SPINK, 2004; GUERRA; ICHIKAWA, 2011).

Nesta perspectiva, os pressupostos centrais são de que a realidade é socialmente construída, à medida que os agentes sociais interagem e definem para si, por meio de processos pouco conscientes ou intencionais, o significado do mundo circundante. Diante disso, as instituições são compreendidas como definidoras de nossa visão de mundo, e assim, influenciadoras do comportamento social (CRUBELLATE; GRAVE; MENDES, 2004).

Um ator social, em qualquer situação diária de resolução de problemas, necessita de referências para agir. Tais referências se apresentam em termos de orientações do passado – hábitos, orientações para o presente – julgamentos, e orientações para o futuro – projeções, e são delineadas e consolidadas por instituições como o Estado, a indústria, associações profissionais, entre outras (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE,

2005). Entretanto, tais referências nunca provêm de modo linear e direto, mas sempre por meio da interpretação, do significado que o agente atribui ao contexto na qual imerge e emerge a prática social. Assim, o mundo institucional exige legitimação, ou seja, formas que possa ser explicado e seja justificado (BERGER; LUCKMANN, 1995).

“A sociedade é um produto humano. A sociedade é uma realidade objetiva. O homem é um produto social” (BERGER; LUCKMANN, 1995, p. 87). Assim, qualquer análise do mundo social que deixe de considerar qualquer um destes três elementos será uma análise distorcida.

### **2.1.2 A Construção das Representações Sociais**

As Representações Sociais são pressupostos explicativos sobre objetos de relevância social, que podem ser entendidas como conexão de sentidos, possuindo dinâmica própria de constituição, manutenção e modificação, exigindo certo tipo de funcionamento cognitivo, e por outro lado fundamentais na formação e manutenção do coletivo. É uma construção e uma expressão do sujeito, que ao manifestar as características do objeto, acaba por gerar uma relação de simbolização (substituindo) e de interpretação (conferindo significados) (MOSCOVICI, 2003). São construções porque representações são sempre representações de um sujeito sobre um objeto, não sendo nunca reproduções desse objeto. São interpretações da realidade, ou seja, a relação com o real nunca é direta, mas, sempre mediada por categorias históricas e, subjetivamente constituídas (SPINK, 1993)

“São poucos os que arriscam conceituar Representações Sociais, apesar de muitos falarem sobre elas” (GUARESHI, 2003, p. 71). O autor afirma ainda que os trabalhos que surgem contribuem, cada um a seu modo, para uma caracterização e estruturação específica. Trata-se de um modelo teórico, um conhecimento científico que visa compreender e explicar a construção do conhecimento leigo, das teorias do senso comum (SANTOS; ALMEIDA, 2005).

Representações Sociais são modalidades de conhecimento prático, orientados para comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo. Sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, contribuem para a construção de uma realidade comum. É uma construção do

sujeito enquanto ator social. São as representações de um sujeito sobre um objeto (JODELET, 1989). Ou seja, retrata um objeto a partir da ótica dos sujeitos envolvidos. Trata-se de uma modalidade de pensamento social que proporciona um estudo sob o ponto de vista de um 'produto' ou 'processo'. Produto ao apreender o conteúdo por meio de seus elementos constitutivos: imagens, informações, valores, expressos pelos atores e obtidos nas narrativas, questionários, documentos, entre outros. Como processo, a partir da relação entre a estrutura da representação e as condições onde foram produzidas, bem como nas práticas sociais que a justificam (ALVES-MAZZOTTI, 2008).

“A proposta básica do estudo da representação social é a busca pela compreensão do processo de construção social da realidade, expressão cunhada por Berger e Luckmann (1995)” (SANTOS; ALMEIDA, 2005, p. 23).

O objetivo da Teoria das Representações Sociais é explicar os fenômenos do homem a partir de uma perspectiva coletiva, sem perder de vista a individualidade. Constitui-se ao mesmo tempo um enfoque e uma teoria, sendo um dos méritos de ser adjetivada pelo social, referindo-se a estímulos, situações, variáveis sociais, entre tantos outros (BANCHS, 2000). Está principalmente relacionada com o estudo das trocas simbólicas infinitamente desenvolvidas em ambientes sociais e nas relações interpessoais, e na maneira como esses símbolos influenciam a construção do conhecimento compartilhado.

A representação indica que a geração de conhecimento e as funções cognitivas do indivíduo respondem a elementos do seu meio social: informativos, valores, ideológicos, crenças, imagens, entre outros. Tais elementos estão relacionados aos aspectos culturais, linguísticos, de comunicação, históricos. Dessa forma, o pertencimento social de um indivíduo tem relação direta com sua visão de mundo. É essa visão de mundo que orientará as práticas sociais do indivíduo. Neste sentido, tanto o interpretar o ambiente atravessa as representações como as ações sobre esse ambiente são por elas determinadas. O contexto social, que sustenta a estrutura histórica, linguística e cultural que converge na elaboração das representações, também é por elas formado e transformado, primeiramente pela significação

que o indivíduo ou grupo lhe atribui, posteriormente pela ação deste (s) (SILVA, 2011).

A TRS propõe uma visão global das relações e comportamentos humanos, permitindo maior compreensão e ação sobre a realidade. Ao explicar o processo em que convergem conceitos básicos como sentido comum, cotidiano e linguagens, mostra como se organiza o pensamento que culmina em determinada representação que é compartilhada pelo grupo social (FERRARI; GUEDES, 2012). Ajuda ainda a compreender como é o processo de transformação de conceitos do universo reificado (mundo da ciência) para o universo consensual (senso comum) e a forma como os elementos desses universos compreendem tais conceitos. No universo reificado se constrói um mundo de pressupostos de uma sociedade, e intermediários transmitem essas construções para os membros da sociedade, que interpretam e utilizam esses conhecimentos em seu cotidiano, por vezes transformando-os. Ou seja, a TRS ajuda na compreensão de como se dá o processo de transformação de “verdades” em senso comum (GUERRA; ICHIKAWA, 2011).

Ao convencionar objetos, acontecimentos ou pessoas lhes dão uma forma definitiva, categorizando-as e gradualmente as colocam como um modelo partilhado por um grupo de pessoas. Tais convenções que se originam do processo de pesquisa mostram que:

Cada experiência é somada a uma realidade predeterminada por convenções, que claramente define suas fronteiras, distingue mensagens significantes de mensagens não-significantes e que liga cada parte a um todo e coloca cada pessoa em uma categoria distinta (MOSCOVICI, 2003, p. 34).

A análise das Representações Sociais implica examinar a linguagem e o discurso individual, sendo esses os meios pelos quais as pessoas expressam suas ideias e vivências. Entende-se dessa maneira que apesar de comungar noções gerais das ideias dominantes, as representações variam conforme a experiência social do indivíduo, onde elementos multifatoriais como: idade, gênero, profissão, classe social, entre outros, faz com que as representações contenham ideias e crenças particularizadas. E é por meio desta mistura de elementos sociais com conteúdos subjetivos particulares que derivam as

práticas e condutas profissionais. Tão logo, as Representações Sociais não são somente conteúdos abstratos, mas principalmente, são o arcabouço teórico e de valores que sustentam ações e comportamentos (PEREIRA, 2013).

A criação e transformação da informação leva à transformação de valores, que, irão influenciar as diretrizes dos relacionamentos humanos, na forma como o ser humano se percebe no mundo e com o outro. Digere-se a nova informação e assim a reinterpreta, buscando ao mesmo tempo, tanto enriquecer e transformar os esquemas cognitivos anteriores; como também adaptá-la aos antigos esquemas cognitivos, na busca de manter o mundo estável e seguro.

(...) a dinâmica das relações é uma dinâmica de familiarização, onde os objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas (...) a memória prevalece sobre a dedução, o passado sobre o presente a resposta sobre o estímulo e as imagens sobre a 'realidade' (MOSCOVICI, 2003, p. 55)

De acordo com Jodelet (1989) a Representação Social tem cinco características básicas:

- I. é sempre a representação de um objeto;
- II. possui um caráter imaginário e com a função de intercambiar a sensação e a ideia, percepção e conceito;
- III. possui caráter construtivo;
- IV. possui caráter simbólico e significante;
- V. possui caráter autônomo e criativo.

A autora privilegia um enfoque cultural e histórico para compreender o simbólico, partindo do pressuposto que uma Representação Social é uma forma de saber prático que liga um sujeito a um objeto. Saber este, que nos leva a três questões: Quem sabe e de onde sabe? Cujas respostas se relacionam à produção e circulação das representações; O que e como se sabe? Relacionada à pesquisa dos processos e estados das representações; Sobre o que se sabe e com que efeito? Enfatizando o aspecto epistemológico das Representações Sociais (JODELET, 1989).

As Representações Sociais se desenvolvem a partir da integração de novos elementos cognitivos em representações existentes, por meio da objetivação e ancoragem (BIDJARI, 2011). Na compreensão de Moscovici (2003):

A. Na *objetivação* (coisificação) as ideias abstratas transformam-se em imagens concretas, por meio do reagrupamento de ideias e imagens focadas no mesmo assunto. “Objetivação une a ideia de não familiaridade com a de realidade, torna-se verdadeira essência da realidade” (p. 71). Suas etapas sucessivas são: seleção construtiva ou descontextualização da informação (algumas informações privilegiadas são selecionadas e destacadas no contexto original de criação, sendo reorganizadas e novamente integradas ao sistema de pensamento do grupo em questão, a partir do contato destes com os conhecimentos científicos, se apropriam e incorporam ao seu universo conceitual de acordo com suas interpretações); criação do núcleo ou esquema figurativo (composição de um esquema em que determinados elementos passam a apresentar um papel mais importante do que outros – converte-se aqui em imagem vinculada a ideias ou palavras) e a naturalização (a imagem se naturaliza e é tratada como real, ocorrendo assim atribuição de uma função à representação, ou seja, a capacidade de orientar condutas). Em primeiro lugar, o processo de ancoragem é que novos conhecimentos, ideias e opiniões são comprovados por um grupo social se eles se encaixam em um esquema de categorização já existente. Se a nova informação couber, eles são integrados na Representação Social já existente e a existente será reformulada (BIDJARI, 2011).

Berger e Luckmann (1995) salientam a importância da significação – produção de sinais, durante a objetivação, pois, cria índices acessíveis de significados subjetivos do momento atual – as mais comuns são as significações linguísticas;

B. Já a *ancoragem* foca na assimilação das imagens criadas pela objetivação, sendo que estas novas imagens se juntam às anteriores, criando assim novos conceitos. Um objeto social ao ser representado é retirado do anonimato. “O que é anônimo, o que não pode ser nomeado, não pode se tornar uma imagem comunicável ou ser facilmente ligado a outras imagens” (p.62). A hierarquia de valores que prevalece na sociedade e em seus grupos

contribui para gerar em torno do objeto uma rede de significações na qual o objeto é inserido e avaliado como um fato social (ALVES-MAZZOTTI, 2008).

A ancoragem define a inserção definitiva de uma ciência na hierarquia de valores e entre as práticas realizadas na sociedade. É essencialmente uma operação formadora de imagens. Por um processo de transformação de noções abstratas em algo concreto, quase tangível (SPINK, 1993; MOSCOVICI, 2003).

Objetivar é transformar algo familiar em não familiar, ancorando assim o desconhecido a uma realidade já institucionalizada, deslocando ou modificando os significados estabelecidos que as comunidades tentam perpetuar (JOVCHELOVITCH, 2000).

O processo de ancoragem relacionado à objetivação articula as três funções básicas da representação: cognição para integrar a realidade, interpretação da realidade, e, orientação de condutas e das relações em sociedade. Dessa forma, este processo propicia a compreensão:

- I. como a significação é conferida ao objeto da representação;
- II. como a representação é utilizada para interpretar o mundo social e a instrumentalização da conduta;
- III. como é a integração em um sistema de recepção e como influencia e é influenciada pelos elementos que ali estão (JODELET, 1989; ALVEZ-MAZZOTTI, 2008).

As Representações Sociais são formas de pensamento prático orientado para a compreensão e o domínio do ambiente social, material e ideal. Assim, elas apresentam características específicas no plano da organização dos conteúdos, das operações mentais e da lógica. Enquanto conteúdo prático se destaca nas seguintes funções:

- I. orientadora de condutas e da comunicação (função social);
- II. proteção e legitimação (função afetiva) e;
- III. familiarização com a novidade (função cognitiva) – relacionando-se com os dois processos: ancoragem e objetivação (SPINK, 1993).

As Representações Sociais emergem como produto de valores, ideias e atitudes enquanto os indivíduos estão tentando dar sentido ao seu ambiente físico e social (BARROS, 2009 apud BIDJARI, 2011).

Não é possível pensar nas Representações Sociais em dimensões particulares. Não estão somente na cabeça das pessoas (cognição), tampouco somente nos seus relacionamentos, ou então apenas nas práticas institucionais, normas e leis da sociedade, ou seja, sua construção está na união de todos estes elementos (GUERRA; ICHIKAWA, 2011)

As Representações Sociais são tanto fruto da reapropriação de conteúdos provenientes de outros períodos cronológicos como daqueles gerados por novos contextos, fazendo com que se estabeleçam simultaneamente como pensamento constituído e constituinte. Assim, de modo geral as investigações tendem muito mais a enfatizar as ações práticas cotidianas na análise do estado atual de determinada representação do que seu processo de gênese e estabilização em que se torna fundamental o papel dos determinantes históricos (VILLAS BÔAS, 2010).

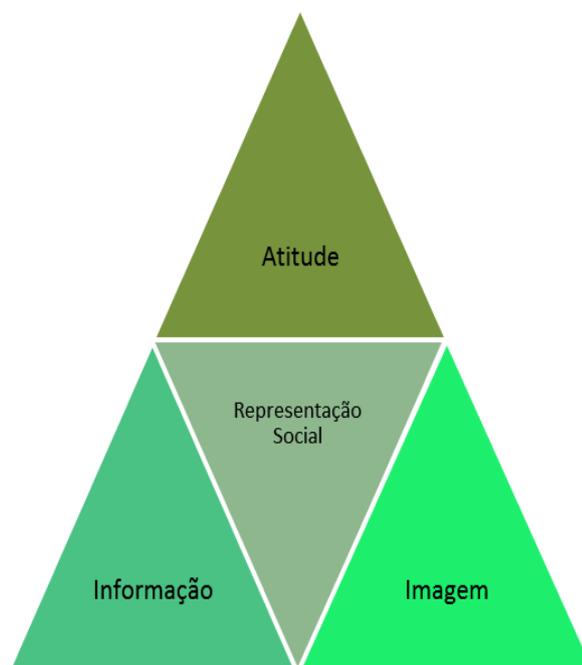
#### 2.1.2.1 Informação, Imagem e Atitude

Moscovici (2003) observa que as proposições, reações e avaliações que são parte da representação, se organizam de maneira diversa em diferentes grupos sociais, culturas e classes, constituindo assim universos de opinião. Dessa forma, cada universo apresenta três dimensões: informação, campo de representação/ imagem e atitude. A informação diz respeito à organização dos conhecimentos que o grupo tem do objeto. O campo de representação remete à imagem, ao conteúdo concreto e limitado de pressupostos referentes a um aspecto determinado do objeto, pressupondo uma hierarquia de elementos. Já a atitude corresponde à orientação geral, favorável ou desfavorável, ao objeto representado (ALVEZ-MAZZOTTI, 2008).

Corroborando com isso, Magalhães (2011) afirma que a primeira (informação) diz respeito à organização dos conhecimentos de um grupo sobre o objeto social; a segunda (imagem) é a ideia que se tem desse objeto associada a um conteúdo selecionado e preciso sobre o objeto, fornecendo a ele uma unidade; e a terceira (atitude) é a posição tomada frente à informação e à imagem que se tem do objeto, ou seja, é uma dimensão da Representação

Social que fornece orientação para ação em relação ao objeto da representação. A estrutura dimensional é demonstrada na FIGURA 1.

FIGURA 1 – A ESTRUTURA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS



FONTE: Magalhães (2011, p. 28).

Quando estudamos representações sociais nós estudamos o ser humano, enquanto ele faz perguntas e procura respostas ou pensa e não enquanto ele processa informação, ou se comporta. Mais precisamente, enquanto seu objetivo não é comportar-se, mas compreender (MOSCOVICI, 2003, p. 43).

As Representações são sociais, elas funcionam como guias na forma de classificar e definir em conjunto, diferentes aspectos da realidade, na forma de interpretá-los, instituí-los e quando necessário, tomar partido a respeito e defendê-lo. A observação das Representações Sociais circula nos discursos (carregadas de palavras), nas imagens (veiculadas nas mensagens) e nas condutas (onde se cristalizam) (JODELET, 1989).

Moscovici (2003 apud Santos e Almeida 2005) propõe três dimensões que dizem respeito à formação do conteúdo das representações, e remetem ao quadro social em que o indivíduo está inserido:

- I. Atitude: a tomada de posição com relação a um objeto. Está ligada a

história do indivíduo ou do grupo;

- II. Informação: remete a quantidade e qualidade do conhecimento possuído a respeito do objeto social;

Juntos, estes dois elementos se estruturam no:

- III. Campo de representação: organiza, estrutura e hierarquiza os elementos da informação apreendida e reelaborada.

Essa análise das dimensões permite descrever as linhas sociais de separação dos grupos, comparando o conteúdo das representações.

## I) INFORMAÇÃO

Percebe-se o mundo tal como é, e todas essas percepções e ideias são respostas aos estímulos do ambiente em que vivemos. Assim, compreender, consiste em processar informações (MOSCOVICI, 2003).

A informação que é recebida e à qual se tenta dar significado, está sob seu controle e não tem outro sentido além do que elas dão a ele (JODELET, 1989; MOSCOVICI, 2003).

Cada contexto atual seleciona um conteúdo do passado que será reatualizado por meio de um recorte e de uma interpretação própria, dependentes, em última instância, do sentido que um determinado grupo irá atribuir ao seu espaço de experiência e horizonte de expectativa (VILLAS BÔAS, 2010, p. 380).

Ao viver em um mundo fechado, tenta-se reproduzir no outro comportamento que confirmem as ideias preconcebidas que se tem deles, ou seja, criando essas informações. Uma vez manifestadas, essas informações confirmam as coordenadas iniciais do nosso mundo individual e perpetuam-no (SÊGA, 2000).

Spink (2004) ressalta que os grupos ou segmentos socioculturais podem variar muito quanto ao grau e consistência da informação que tenham sobre um dado assunto.

O ato de representar não é um processo passivo, reflexo na consciência de um objeto ou ideias, mas sim, um processo ativo, uma reconstrução de um dado em um contexto de valores, regras, reações e associações. Ou seja,

quando se rotula ou categoriza-se algo, busca-se um modelo na memória e se estabelece uma relação positiva ou negativa com ele, nunca sendo neutra, na medida em que recebem um valor e uma ordem hierárquica (MOSCOVICI, 2003; SPINK, 2004).

## II) IMAGEM

Spink (2004) ressalta que o campo de representação é o modo como o sujeito hierarquiza e coordena os significados e atitudes, dependendo do levantamento sistemático de todo o repertório simbólico a respeito do objeto de representação. “A representação iguala toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem” (MOSCOVICI, 2003, p. 46).

Para distinguir a aparência da realidade das coisas passa-se da aparência à realidade por meio de alguma noção ou imagem. Ou seja, as Representações Sociais nascem de variadas transformações que formam novos conteúdos. Diante destas transformações, as coisas não só se modificam como também são vistas de um ponto mais claro. As pessoas se tornam receptivas às manifestações que anteriormente lhe haviam escapado. Assim, todas as coisas que nos tocam são tanto o efeito de nossas representações como as causas delas (SÊGA, 2000; MOSCOVICI, 2003).

O ambiente social é fundamentalmente composto por imagens, e acrescenta-se e descartam-se algumas imagens, continuamente. Assim, o processo envolve a codificação, até mesmo de estímulos físicos, em categorias específicas. Representação é fundamentalmente um sistema de alocação de categorias e nomes. Não só as nossas imagens do mundo social são reflexo dos eventos da sociedade, mas, os próprios eventos da sociedade podem ser reflexo e produto de nossas imagens do mundo social (MOSCOVICI, 2003).

A objetivação, um dos processos de formação das Representações Sociais, consiste em uma operação de dar forma específica ao conhecimento acerca de determinado objeto, tornando concreto, quase tangível, aquele conceito abstrato. Ou seja, objetivar é reproduzir um conceito em uma imagem, tornando as imagens elementos mais de realidade que elementos de pensamento (SPINK, 2004).

As Representações Sociais são desenvolvidas por intermédio da comunicação e por meio da combinação de conhecimentos científicos, socializados, crenças, saberes tradicionais, ideologias e outros sistemas de pensamento, e são consideradas um ato criativo, de aquisição e organização do conhecimento e de ideias, bem como formas de interpretar a realidade (FERRARI; GUEDES, 2012).

### III) ATITUDE

Toda interação humana pressupõem representações. São acontecimentos, que estão psicologicamente representados em cada um dos participantes. (MOSCOVICI, 2003).

As informações transmitidas pela fala são um dos elementos que guiam o comportamento (SUMNER, 2015).

As representações sociais são forjadas por atores sociais para lidar com a diversidade e a mobilidade de um mundo que, ainda que pertença a todos nós, coletivamente nos transcende. Elas são um espaço potencial de fabricação comum, onde cada um vai além das dimensões de sua própria individualidade para entrar noutra dimensão, fundamentalmente relacionada à primeira: a dimensão da esfera pública. (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 81).

“A representação social se caracteriza como um comportamento observável e registrável, e como um produto, simultaneamente individual e social, estabelecendo um forte elo conceitual entre a Psicologia Social e a Sociologia” (SPINK, 2004, p. 59).

A elaboração da Representação Social implica em um intercâmbio de intersubjetividades e o coletivo na construção do saber que não se dá apenas como um processo cognitivo (apregoadado por Piaget), mas que contém aspectos inconscientes, (apregoadado por Freud), emocionais e afetivos tanto na produção quanto na reprodução das mesmas (SPINK, 2004).

Spink (2004) ressalta que os segmentos socioculturais podem variar bastante quanto à atitude ou orientação global em relação ao objeto da representação. O elemento atitude está contido em qualquer significado e pode

ser analisado como dimensão à parte, ou seja, a atitude participa na seleção e estruturação de conteúdo das Representações Sociais.

Representar ou se representar é um ato de pensamento no qual o sujeito se relaciona com um objeto. Não há representação sem objeto. E este pode ser uma pessoa, coisa, evento, fenômeno, ideia, teoria, podendo ser real ou imaginário (JODELET, 1989).

Pelo processo de objetivação transformam-se informações, ideias e imagens em coisas concretas e materiais que constituem a realidade. Cada indivíduo integra, modifica, se apropria e atualiza em determinado momento, as formas sociais das culturas e dos grupos em que está inserido. Assim, quaisquer que sejam as múltiplas mediações das representações, ao final são os indivíduos que exprimem e veiculam, por isso é legítimo tentar captar os reflexos nas condutas individuais por meio da observação e das narrativas das pessoas (SPINK, 2004).

Pode-se saber o que foi dito (conteúdo semântico), o que é pensado (conteúdo representacional) e em que contexto foi construído (grupo específico) a partir da experiência intersubjetiva de construção interpretativa de significados. Dessa forma, ao conhecer os significados de um grupo e participar das ações deste, a pessoa se integra aquele grupo, podendo ser este um campo profissional, uma comunidade, grupo escolar, entre outros (CAMPOS-HERNANDÉZ; GASPAR-HERNANDÉZ; VELÁSQUEZ-BURGOS, 2015).

Muitas vezes as Representações Sociais justificam as atitudes ou mesmo fazem as pessoas agirem de acordo com essas percepções. As representações que um grupo designa sobre o que deve fazer para criar uma rede entre seus componentes, faz com que este grupo tenha os mesmos objetivos e procedimentos (; SÊGA, 2000; RODRIGUES; GUIMARÃES, 2010).

A TRS apresenta-se como referência teórica e instrumental ao identificar conhecimentos e práticas que se articulam no espaço das relações sociais (REIS; BELLINI, 2011).

As atitudes são versões do mundo que são construídas por pessoas no exercício das suas interações com os outros. Além disso, são consideradas como sendo uma avaliação das pessoas, objetos e ideias (BIJARI, 2011).

### 2.1.3 TRS e sua Aplicação Interdisciplinar

Pensar e agir de forma interdisciplinar apoia-se no princípio de que não existe uma fonte de conhecimento completa por si só, sendo necessária a interação com outras áreas para compreender as coisas o mais próximo possível da completude (FERRARI; GUEDES, 2012).

As abordagens encontradas nos estudos de Representações Sociais são variadas. Deve-se não apenas ao fato dos estudos se realizarem em áreas diversas das Ciências Humanas e Sociais, mas também porque não existe uma metodologia padrão. Contudo, o pesquisador deve ter em mente as questões que esta teoria se propõe a responder: como o social interfere na elaboração psicológica que constitui a representação, e, como tal elaboração interfere no social (ALVES-MAZZOTTI, 2008)

Moscovici trabalhava sob a perspectiva de poder 'ler' os fenômenos e objetos do mundo social. Organizou os pressupostos básicos de sua teoria em torno da complexidade do mundo social, se aprofundando não na análise micro, mas, interessado nos seres humanos no contexto mais amplo de suas relações sociais (REIS; BELLINI, 2011). "Do ponto de vista dinâmico, as Representações Sociais se apresentam como uma 'rede' de ideias, metáforas e imagens, mais ou menos interligadas livremente e, por isso, mais móveis e fluídas que teorias" (MOSCOVICI, 2003, p. 210).

No Brasil, no final dos anos 80 o conceito de Representação Social surgiu em revistas especializadas e simpósios internacionais. Após este período foi incorporada por pesquisadores de diversos campos de investigação. A primeira iniciativa efetiva foi em 1997, em João Pessoa (PB), no Encontro Nacional sobre Representação Social e Interdisciplinaridade, correspondendo a um levantamento incipiente da produção acadêmica, que foi enriquecido por Denise Jodelet em suas primeiras visitas à América Latina (SÁ; ARRUDA, 2000). Nas pesquisas posteriores, ainda observou-se ampla penetração da teoria em campos disciplinares orientados para a intervenção nos problemas humanos e sociais, que frequentemente reclamavam de escassez de abordagens teóricas que seriam realmente úteis aos seus propósitos (SÁ; ARRUDA, 2000). Em sua pesquisa, os autores afirmam que o

maior número de publicações entre 1988 e 1997 foi no campo de trabalho e práticas profissionais.

O conhecimento é um fenômeno heterogêneo que engloba múltiplas racionalidades, cujas lógicas não são definidas por uma norma transcendental, mas se refere a contextos pragmáticos. A diversidade de contextos expressa a diversidade de universos subjetivos, intersubjetivos e objetivos representado em suas diferentes formas (JOVCHELOVITCH, 2007).

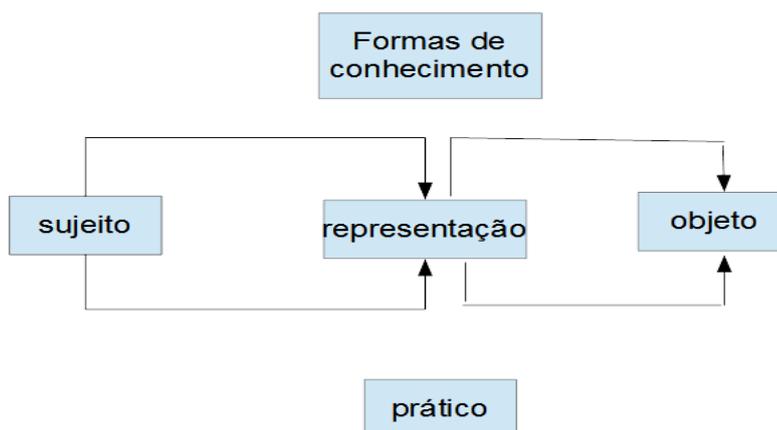
Ao analisar a transversalidade das Representações Sociais, verifica-se que está situada no intermédio dos fenômenos individuais e coletivos, assim, segundo Jodelet (1989) interessa a todas as Ciências Humanas. Contudo, as Ciências Sociais trazem importante contribuição à medida que explicitam a relação estreita entre as produções mentais e dimensões materiais da vida dos grupos. Neste íterim a Psicologia Cognitiva enfatiza o que é conhecido e como é conhecido, ignorando, porém, quem conhece e de onde conhece. Já a Psicologia Social busca entender as marcas sociais do cognitivo e as condições cognitivas do funcionamento ideológico, buscando entender o papel da Representação Social na instituição de uma realidade consensual e sua função sócio cognitiva de integrar a novidade, e, orientar a comunicação e as condutas.

A TRS possibilita diversos estudos, entre eles: a gênese da teoria, a dinâmica existente entre representações, apropriação de representações por um indivíduo ou grupo para sua socialização, o determinismo e voluntarismo dentro da Representação Social, entre outros (GUERRA; ICHIKAWA, 2011). As correntes que se debruçam sobre os saberes (formalizados ou não), procuram superar a clivagem entre ciência e senso comum, tratando ambas como construções sociais sujeitas ao determinante sócio histórico de épocas específicas (SPINK, 1993)

Os dois eixos principais do campo de estudos da TRS segundo Jodelet (1989) seriam: as representações constituem forma de conhecimento prático que se orientam para a compreensão do mundo e sua comunicação; e, elas emergem como elaborações de sujeitos sociais a respeito de objetos socialmente valorizados. A FIGURA 2 procura elucidar o campo, demonstrando que no primeiro quadrante (sujeito-representação) trata da expressão (compreensão) e sua comunicação. Já no segundo quadrante (representação-

objeto) trata da codificação (simbolismo) por meio da interpretação dos atores de um objeto social. Revela o posicionamento do indivíduo *versus* sociedade, fugindo do determinismo social (que o homem é produto da sociedade) e também do voluntarismo (que o homem seria um agente livre), buscando uma posição mais integradora, que ao situar o indivíduo no processo histórico, abre espaço para as forças criativas da subjetividade (SPINK, 1993).

FIGURA 2 – CAMPO DE ESTUDOS DA RS



Fonte: Adaptado de Jodelet (1989).

A representação é uma construção do sujeito enquanto ator social. Sujeito que não é apenas produto de determinações sociais nem produtor independente, ou seja, as representações são sempre construções contextualizadas, resultantes das condições que surgem e circulam (SPINK, 1993).

### 2.1.3.1 As Representações Sociais na Esfera Pública

A esfera pública pode ser definida como o espaço necessário em uma sociedade, com a principal função de produzir visibilidade às questões de interesse comum e permitir a solução de conflitos entre perspectivas. “A esfera pública – enquanto espaço da realidade intersubjetiva – é o terreno no qual elas são geradas, se cristalizam e se transformam” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 175). Assim, o conhecimento, que inclui produção e transmissão das Representações Sociais, pode ser expresso em leis e ordens oficiais, mas, muitas vezes manifestado nas relações face a face (BARROS, 2009). “As

representações sociais são formas de mediação simbólica firmemente radicadas na esfera pública [...] é a esfera pública que fornece o contexto dentro do qual as representações se desenvolvem” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 175).

As atitudes são definidas na cognição, nos valores e estados de disponibilidade organizados pelas experiências. Nas mudanças de atitudes e cognição refletem o esforço em alinhá-las em relação aos comportamentos e seus motivos subjetivos, e não o oposto. Assim, sempre que houver um conflito entre uma opinião e uma ação, racionaliza-se para reduzir a tensão entre as duas. Essa análise do cérebro denomina-se *tematá*, que são organizações mentais situadas entre a percepção e a memória, que visam ordenar o fluxo de informações não selecionadas em modelos apropriados. Ou seja, o objetivo é remeter à memória uma situação anterior e sugerir um comportamento conveniente para a situação atual (SÊGA, 2000). Já Marková (2003) ressalta que *tematá* é uma série de conceitos gerais, de ideias-força, profundamente enraizadas na memória coletiva de um grupo, envolvendo conceitos que se opõe e que irão atuar na formação de compreensão dos mesmos objetos. Ao compreender a *tematá* é possível determinar os conteúdos comuns expressos pelas conversações cotidianas, que geram Representações Sociais (FERRARI; GUEDES, 2012).

Jovchelovitch (2000) propõe uma série de postulados ligados à compreensão das Representações Sociais na esfera pública:

- I. só se compreende as Representações Sociais se forem compreendidos os processos que lhes dão origem, ou seja, há uma relação indissociável entre processo e estrutura, e ambos só podem ser entendidos em sua relação recíproca;
- II. as Representações Sociais estão organizadas em campos que contêm redes semânticas. Campos estes que se mantêm constantes em relação às características históricas das sociedades onde elas emergem. Tais redes que organizam o campo simbólico adquirem configurações diferenciadas, variando em complexidade e em como a experiência imediata é utilizada para construir a representação de determinado objeto. Assim, a história passada e presente estão em relação dialética, e juntas evocam uma relação possível. A

capacidade para essa evocação de realidades alternativas por meio da reflexividade e do diálogo marca o trabalho das Representações Sociais;

- III. para construir as Representações Sociais é preciso a proposição de uma identidade e uma interpretação da realidade. Dessa forma, quando sujeitos sociais constroem e organizam campos representacionais, os fazem de forma a dar sentido à realidade, a apropriá-la e interpretá-la. Não há possibilidade de construção da identidade sem o trabalho representacional;
- IV. as Representações Sociais envolvem simultaneamente a cognição (certo modo de conhecer o mundo – saberes sociais), afetos (desejo de saber ou de não saber) e ação (cognição e afetos são atividades que envolvem sujeitos que se envolvem em práticas sociais);
- V. as Representações Sociais não estão centradas nem em indivíduos, nem na sociedade como espaço abstrato. A filosofia ocidental apregou tão insistentemente sua tradição de centrar-se ou no objetivo ou no subjetivo, e o espaço de intersecção entre os dois frequentemente se perde. Desse modo, é no espaço de mediação entre o sujeito social e sua interação e interdependência com um grupo, na luta para dar sentido e entender o mundo, que as Representações Sociais se encontram. Elas emergem e circulam em espaços de realidade intersubjetiva;
- VI. os meios de comunicação, grupos focais e narrativas são usados como instrumentos de coleta. As Representações Sociais desenvolvem-se pelas mídias, conversações e narrativas. Na análise das Representações Sociais na imprensa, nas narrativas e conversas grupais se observa que estão sempre permeadas por relações de poder. A construção de relatos nunca é um ato neutro.

A partir dos pontos acima, produtos da investigação teórica e empírica, que ligam a teoria com a prática, Jovchelovitch propõe:

- I. a vida pública é uma das condições possíveis para as Representações Sociais emergirem;
- II. o reconhecimento do social como um todo, o social é subjetivo e objetivo ao mesmo tempo. Objetivo ao engendrar em sua dinâmica aspectos históricos, políticos e econômicos que restringem e estreitem as possibilidades de ação humana. Contudo estes limites não são absolutos, o social também é espaço para novas possibilidades, um espaço de comunicação, no qual o eu e o outro se encontram, exploram identidades, constroem símbolos e afetos;
- III. a teoria faz a distinção entre sujeito e objeto, contudo, não transforma essa distinção em dicotomia. A prática contemporânea da psicologia social envolve um diálogo mais que necessário com outras ciências humanas e sociais. Assim, a Teoria das Representações Sociais tem a contribuir oferecendo meios para a compreensão dos afetos, saberes e práticas que constroem os laços que formam uma sociedade (JOVCHELOVITCH, 2000).

Os indivíduos têm como referência o conhecido para tentar ordenar, explicar, atuar diante do que é novo, e a partir das dimensões atitudinais, informativas e do campo de representação elaboram novas representações com vistas a interpretar a realidade. Representações essas, construídas dentro dos grupos a que pertencem, configurando então uma visão comum da realidade, que permite ter uma identidade social em relação ao meio e aos objetivos (FERRARI; GUEDES, 2012).

As Representações Sociais “são conjuntos de conceitos articulados que tem origem nas práticas sociais e diversidades grupais cuja função é dar sentido à realidade social” (SANTOS; ALMEIDA, 2005, p. 22). Dessa forma, coletar dados na esfera pública tem um duplo desafio: capturar o social considerando sujeitos psicológicos, e, entender tais sujeitos enquanto atores da cena social.

### 2.1.3.2 Pesquisas recentes da TRS em Políticas Públicas no Brasil

A construção de Políticas Públicas é permeada por variáveis, entre elas sua Representação Social, seja para quem usufrui, seja para quem elabora, seja para uma nação, ou mesmo para a sociedade em geral. Assim, em pesquisa recente realizada junto à base de dados BDTD do IBCIT, levantaram-se as dez contribuições teóricas de estudos no Brasil que apresentaram o maior percentual de convergência entre Política Pública e as Representações Sociais, no período de 2010 – 2015. Este cenário multidisciplinar (em grande parte direcionado à Psicologia) está representado no QUADRO 3.

QUADRO 3 – PUBLICAÇÕES RECENTES: POLÍTICA PÚBLICA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

CONTINUA

Grande área	Subárea	Ano	Título	Objetivo	M/D*
Humanas	Língua Portuguesa	2013	A mulher na política: representação, gênero e violência no discurso jornalístico	Mostra os conflitos e desigualdades presentes na linguagem analisada por meio do discurso jornalístico	D
Sociais	Psicologia	2014	Regulamentar para quem? As representações sociais de prostitutas sobre a regulamentação da “profissão”	Análise das representações sociais das prostitutas de Sorocaba SP por meio das instituições que tratam a prostituição e que tem contato próximo com essas mulheres	M
		2013	A Psicologia no mundo da vida: representações sociais sobre os (as) usuários (as) do CRAS	Investiga as representações sociais de profissionais da psicologia sobre os usuários dos serviços do CRAS	M
		2012	Representação sociais da comunidade científica brasileira sobre tecnologia social	Análise das representações sociais dos sujeitos que refletem a relação de homogeneidade da tecnologia social com o grupo, no cotidiano e nas práticas comunicativas	M
		2012	Nas tramas de Itamatatiua: as representações sociais da saúde a as trocas comunicativas dos filhos de Santa Teresa	Compreende a construção dos conceitos e práticas da saúde, bem como as relações saúde-doença na comunidade negra de Itamatatiua-MA	M

QUADRO 3 – PUBLICAÇÕES RECENTES: POLÍTICA PÚBLICA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

CONCLUSÃO

Grande área	Subárea	Ano	Título	Objetivo	M/D*
		2011	Representação Social da Igreja Universal do Reino de Deus por evangélicos dela egressos	Identifica as representações sociais dos evangélicos egressos da Igreja Universal do Reino de Deus no Rio de Janeiro	M
	Serviço Social	2013	O controle social na construção e democratização da política de Assistência Social: o papel dos conselhos e a realidade de um município da baixada fluminense	Análise do controle social da política de assistência tendo como objeto o Conselho Municipal de Assistência Social de Mesquita- RJ	M
	Ciências Sociais	2012	Diálogos com as mulheres na política local baiana: famílias, tradições e representações entre o público e o privado: 2009-2012	Identifica como as mulheres investidas em um cargo público exercem a cidadania em espaços públicos e privados alargando o campo das reflexões sobre representações sociais e políticas	D
		2011	Os impasses para implementação do Sistema Único de Assistência Social no município de Guarapuava-PR	Análise dos avanços e limites para a implantação do SUAS no município de Guarapuava, pela reconstrução do Estado Democrático de Direito no Brasil e em particular no Estado do Paraná, atentando para a percepção dos participantes locais	M
	Ciência Política	2011	As transformações da representação nas agendas políticas de aprimoramento da democracia	Análise da criação e estruturação do “poder cidadão” no Equador	M

Fonte: BDTD-IBCIT (Fevereiro, 2015).

\*M – Mestrado D – Doutorado.

Ao analisar as publicações recentes apresentadas no QUADRO 3, é possível perceber pontos convergentes:

- I. a multidisciplinaridade do campo de pesquisa deve-se ao fato de que a Política Pública originada na Ciência Política, pode ser investigada sob a perspectiva de outras áreas do conhecimento (SOUZA, 2006). Da mesma forma como as Representações Sociais, com origem na

- Sociologia, se firmando na Psicologia, são exploradas em um contexto cada vez mais multidisciplinar;
- II. a escolha de um objeto de pesquisa “público” torna-se inevitável, por serem conteúdos que têm como objeto de estudo elementos da sociedade;
  - III. a ênfase nos atores participantes se dá, pois, a Teoria das Representações Sociais compreende a análise do discurso de um sujeito ou grupo de sujeitos, e, ao analisar questões políticas imbricadas na sua Representação Social, o ator social torna-se peça central;
  - IV. a construção de uma Política Pública, programa e /ou configuração de um ambiente público e as Representações Sociais provenientes deste(s), pois, sendo a Política Pública uma construção social, é passível de análise sob o ângulo da sua Representação Social.

## 2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS

Parte-se por caracterizar uma Política Pública, um pouco de sua história e os elementos para sua construção.

As Políticas Públicas emergiram durante a Segunda Guerra Mundial como instrumento capaz de modelar o mundo (MORAN; REIN; GODIN, 2006). Entretanto, as Políticas são influenciadas pela dinâmica do processo de desenvolvimento de um país e da interface com outras sociedades pelos acontecimentos, cenários, atores sociais, políticos e institucionais, e, seus recursos e interações, de confronto e cooperação. Quanto mais complexas forem as questões sociais às quais o poder público é demandado a responder, mais comum será a implementação de Políticas Públicas complexas (NORONHA FILHO, 2013; FERNANDES; CASTRO; MARON, 2013).

Enquanto área do conhecimento, a Política Pública como disciplina acadêmica nasceu nos Estados Unidos da América. Enquanto na Europa, surgia do desdobramento de trabalhos baseados em teorias explicativas relacionadas ao papel do Estado e do Governo, nos EUA, surgia sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado,

passando somente para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos. Na área de governo, propriamente dita, a introdução da disciplina como ferramenta das decisões do governo é produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como meio de enfrentar suas consequências (SOUZA, 2006).

Na língua portuguesa há somente um termo para referir-se a todas as atividades referentes à ação do governo: Políticas Públicas. Considerada uma área do conhecimento contida na Ciência Política, as Políticas Públicas foram adquirindo corpo científico a partir de meados do Século XX na Europa e Estados Unidos. O tema emerge na Administração Pública a partir da década de 90, destacando-se como campo fértil de estudo e congregando contribuições de disciplinas, sendo uma área de estudo que faz ou produz análises do Governo em face de grandes problemáticas públicas e de sua busca por solução (MEAD, 1995; DIAS; MATOS, 2012; BERGUE, 2013).

Na história política contemporânea, vários elementos se firmaram como atores-chave na luta pela ampliação das capacidades de organização política e social. No final do Século XX a ênfase estava nos movimentos sociais, incluindo uma gama ampla de ações cidadãos de reivindicação de direitos. Desde meados do Século XIX, há um denominador comum que gera continuidade, senão na forma, ao menos no conteúdo da luta social: a necessidade de participar da definição dos destinos da sociedade. As formas que se organizam e as mediações estabelecidas tendem a variar, porém, a ênfase continua recaindo na obtenção de crescentes espaços de liberdade coletiva e o papel determinante na vida social a partir da base social (GRAU, 1998). As complexidades que transpassam os problemas sociais culminaram por estimular uma posição mais reflexiva e esclarecida por parte de representantes e segmentos da sociedade civil em relação à interface do cidadão com a administração pública. Esse ambiente vem criando as condições para a emergência de um olhar mais crítico da sociedade sobre a ação governamental (BERGUE, 2012).

Na elaboração de Políticas Públicas, as prioridades são definidas por meio do debate público pautado pela ética e respeitando os direitos sociopolíticos dos cidadãos. A participação é fundamental na Gestão Pública, envolvendo os destinatários diretos das ações governamentais, com interesse em melhorá-las. Esse público, alvo das Políticas Públicas, colabora informando

as demandas, prioridades e capacidades da sociedade, adequando assim os Programas às demandas locais, utilizando melhor os recursos, com melhoria dos serviços, mobilizando recursos locais, instalações, equipamentos e sua manutenção. A própria Constituição Federal Brasileira de 1988 destaca a importância da participação, chamando atenção para que esta seja concebida e concretizada em todas as esferas políticas (HERMANY; FRANTZ, 2008; DIAS; MATOS, 2012).

Na perspectiva do Século XXI, Estado e Sociedade Civil exercem poder, sendo estes, na maioria das sociedades ocidentais, expressões do processo político, apesar de serem distintos, são necessários, e estabelecem uma correlação de forças, na qual o cidadão luta por seus direitos e o Estado procura cumprir com seu dever. As ações implementadas pelo poder público são objeto de debate por parte da sociedade, basta uma iniciativa governamental em andamento para que as pessoas em geral façam comentários e perspectivas sobre ela (MACÊDO, 2011; LECHINEWSKI, 2011).

O Estado é o instrumento de ação coletiva da sociedade. É por meio dele e da ação política (uma ação coletiva) que a sociedade politicamente organizada sob a forma de sociedade civil alcança seus objetivos políticos. Tem, portanto, papel crucial nas sociedades modernas. Como instrumento da nação, o Estado desempenha papel central no desenvolvimento econômico (BRESSER-PEREIRA, 2012).

Tentar estabelecer uma definição para o conceito de Políticas Públicas é uma proposta complexa, contudo, pode-se dizer que não é um requisito para seu entendimento. As Políticas Públicas, sob a ótica da literatura, são heterogêneas e interdisciplinares, decorrentes disso não encontram amparo acadêmico a ponto de convergirem em uma única definição tradicional para seu conceito (SOUZA, 2006).

“O conceito de Política é amplo e complexo, justamente por designar realidades diferentes, mas que, de um modo ou outro, se relacionam” (GUARESCHI, 2003, p. 263). Sendo difícil para condensar, e isso se deve a fatores, entre eles as bases conceituais das formalizações que modificam na medida em que os sistemas políticos e as sociedades se tornam mais complexos. Já no contexto brasileiro esse fenômeno se traduz em um processo de setorialização, compartimentalização e segmentação das Políticas Públicas.

Não se dispõe de modelos acabados ou consensuais para o estudo de determinada Política, mas, de variadas correntes de pensamento ou abordagens (LABRA, 1999; SILVA; BASSI, 2011; TROTTMANN, 2012).

As definições, dentro dessa temática para a literatura nacional e estrangeira, muitas vezes são similares, porém, apresentam diferenciações pontuais. Apesar das abordagens diferentes, as definições de Políticas Públicas assumem em geral, uma perspectiva que o todo é mais importante que a soma das partes, e, que os indivíduos, as instituições, as interações, ideologias e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores (SOUZA, 2006).

O QUADRO 4 apresenta alguns dos conceitos formulados por estudiosos da área em nível nacional e internacional. As correntes/abordagens foram dimensionadas de acordo com as teorias de Secchi (2010); Howlett; Ramesh; Perl (2013).

QUADRO 4 – DEFINIÇÕES E ABORDAGENS DO CONCEITO DE POLITICA PÚBLICA

CONTINUA

CORRENTE/ ABORDAGEM *	CONCEITO	AUTOR/ANO
Estatista: Considera a Política como Pública somente quando emanada de ator estatal. Enxergam o governo como agente-chave no processo político.	é uma opção pela qual o governo opta ou recua em suas ações	Dye (1973)
	corresponde a um conjunto que engloba tudo que o governo faz para a sociedade - soma de todas as atividades desenvolvidas por determinado governo	Peters (1986)
	compreende o conjunto de ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.	Rua (1997)
	são respostas do Estado às questões sociais ou de interesse da sociedade, as quais se desenvolvem em três momentos: o da concepção, o da orçamentação e o da implementação, à sua vez, vinculados às funções de planejamento, orçamentação e execução.	Pires (2001)
	é a combinação dos seguintes fatores: a substituição de um paradigma disciplinar por outro; o reflexo dos traços da estrutura governamental e a coalizão social.	Ortolani (2006)

## QUADRO 4 – DEFINIÇÕES E ABORDAGENS DO CONCEITO DE POLITICA PÚBLICA

## CONCLUSÃO

CORRENTE/ ABORDAGEM *	CONCEITO	AUTOR/ANO
	prática social de administrar o Estado, tendo em vista os valores e objetivos socialmente partilhados ou acordados. É a arte de argumentar e fazer compromissos (concessões mútuas) para alcançar e manter o poder, e para governar. É a arte de tomar decisões racionais não de acordo com a ética da convicção mas com a ética da responsabilidade.	Bresser-Pereira (2012)
Multicêntrica: Considera a Política Pública se o problema que tenta enfrentar é público	é um aglomerado de atores, instituições, processos decisórios e resultados, existindo relações causais entre estes componentes.	Labra (1999)
	refere-se à participação popular nas decisões da cidade	Ivo (2004)
	o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada problemática, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público.	Guareschi, Comunello, Nardini, Hoenisch (2004)
	a essência conceitual é o problema público, é isso que define sumariamente se uma Política é ou não pública – sua intenção de responder a um problema público. Trata do conteúdo concreto e simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões	Secchi (2010)
	é aquela que visa o desenvolvimento geral, tomando como objeto tudo aquilo considerado um bem público	Ferraz <i>et. al.</i> (2012)
	elaboração, preservação e a correção das regras gerais, visando atender às demandas da sociedade.	Noronha Filho (2013)
Estatista/Multicêntrica: enxerga o governo como agente- chave no processo político de enfrentamento de um problema público	é um conjunto de ações com objetivo de produzir efeitos específicos na vida dos cidadãos.	Lynn (1980)
	conjunto de decisões, de opções e ações que a administração pública leva a efeito, orientada pela coletividade e balizada por meio do interesse público	Bergue (2012)

FONTE: Condensado pela autora com base nos autores citados.

\*com base nas definições de Secchi (2010) e Howlett; Ramesh; Perl (2013).

Dye (1973) foi um dos pioneiros a discutir o tema no contexto mundial. Para ele a opção ou recuo nas ações do governo são Políticas Públicas, uma vez que são atos do governo, provedor direto dessas Políticas. Diante disso, é crescente e constante a expectativa da sociedade, seja ela representada por

um indivíduo ou o grupo deles, de que o governo solucione problemas, formulando Políticas Públicas para alterar uma situação que de alguma forma desagrade à sociedade (SECCHI, 2010).

Secchi (2010) ainda ressalta que Políticas Públicas podem regular comportamentos, organizar burocracias, distribuir benefícios, ou extrair impostos – ou todas essas coisas ao mesmo tempo. As pessoas esperam dos governantes que façam muitas coisas por elas. Na verdade não há algum problema pessoal ou social para um grupo que não exigirá uma solução do governo, ou seja, uma Política Pública projetada para aliviar o desconforto pessoal ou mal-estar social (DYE, 1973; 2013).

Uma Política Pública implica no estabelecimento de estratégias orientadas à solução de problemas públicos e/ou obtenção de maiores níveis de bem-estar social. Resultando de um processo de decisão que surge no seio do governo com participação da sociedade civil, onde estão estabelecidos os meios, atores e fins das ações a serem executadas para atingir os objetivos estabelecidos. Deve estar sustentada em um corpo teórico que oriente os cursos da ação a que se destina, bem como a tomada de decisões, estabelecimento de prioridades e destinação de recursos financeiros públicos. Além disso, deve expressar uma visão da sociedade, bem como o papel do Estado em relação a esta (DIAS; MATOS, 2012).

Política Pública diverge de decisão política. Pode existir decisão política, no contexto de uma Estratégia de condução política que, implique em não incluir determinado ponto ou problema, caracterizando a decisão de não agir. Contudo, isso não se confunde com Política Pública, que por sua vez, requer execução (SECCHI, 2010; BERGUE, 2013).

A Política Pública é um todo organizado a partir de unidades. Seu caráter holístico implica em dois pressupostos:

- A. a multidisciplinaridade do campo – embora seja reflexo da Ciência Política, não estão por nenhum motivo restrita a esta. Sua pluralidade revela que são objetos de análise de outros campos do conhecimento; e,
- B. as possibilidades teóricas e metodológicas que suporta - não existe apenas uma maneira de discutir e abordar as questões das Políticas

Públicas, mas esse campo abrange diferentes abordagens (SOUZA, 2006).

Dentre as definições e modelos sobre Políticas Públicas, pode-se extrair e sintetizar seus elementos principais:

- a Política Pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz;
- a Política Pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes;
- a Política Pública é abrangente e não se limita a leis e regras;
- a Política Pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados;
- a Política Pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma prática de longo prazo;
- a Política Pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação (SOUZA, 2006, p. 36)

Após a contextualização de Políticas Públicas, seguem elementos relacionados à sua construção e gestão, visando contribuir na contextualização da pesquisa.

### **2.2.1 Construção de Políticas Públicas**

A organização da vida política pode ser compreendida como a adoção de mecanismos redutores de incerteza do ambiente social e que possibilitam aos atores a construção de expectativas de comportamento por parte dos demais (EMMENDOERFER; SILVA, 2009). A Política é feita com base em informações, e esta permeia todos os processos de gestão, estabelecendo papel relevante no ato decisório (TEIXEIRA; FREITAS DUARTE; LAURINDO, 2014). Destarte, Davenport e Prussak (1998) salientam que a informação reduz a incerteza, ou seja, “utilizamos informação principalmente para tomar decisões” (p. 151), sejam elas políticas ou não.

A Administração Pública contemporânea precisa responder paralelamente aos ditames do desempenho governamental e da legitimação democrática contínua. Uma posição normativa que orienta o debate contemporâneo das Políticas Públicas. Colocando como indagação quais

instrumentos socioinstitucionais precisam ser adotados para perseguir esse paralelo (ABRUCIO, 2011; BERGUE, 2013).

A intervenção do Estado por meio de Políticas Públicas pode trazer ou não melhoria do *status quo* da sociedade, pois, depende da imagem que se tem sobre o papel de cada um e do momento histórico dos seus atores. As Políticas se articulam com a dinâmica do crescimento e são condicionadas pela natureza das relações entre capital e trabalho, estão diretamente relacionadas às tendências que conformam a dinâmica do mercado de trabalho em cada sociedade – mecanismo de inclusão social. Dessa forma, não se podem compreender os dilemas da política social fora da dimensão do trabalho, entendido como a forma concreta de reprodução e inserção social, e como valor histórico e cultural instituído, conferindo identidade social e matriz de sociabilidade no marco de uma construção coletiva (IVO, 2004; CHIORATO, 2013).

Na literatura das Ciências Sociais os atores são todos os indivíduos, grupos ou organizações que desempenham um papel na arena política. Os atores relevantes são aqueles capazes de influenciar, direta ou indiretamente, o conteúdo e os resultados da Política Pública. Podem ser divididos entre atores governamentais (políticos, designados politicamente, burocratas e juízes) e não governamentais (grupos de interesse, partidos políticos, meios de comunicação, destinatários das Políticas Públicas, organizações do terceiro setor e outros *stakeholders*: fornecedores, organismos internacionais, comunidades epistêmicas, financiadores, especialistas, entre outros). Também denominados de atores sociais, e seu papel é influenciar de alguma forma tais Políticas, defendendo seus interesses próprios ou de grupos que representam. De modo que as Políticas Públicas são resultado das ações tomadas por esses atores ao influenciar o seu processo de formulação (SECCHI, 2010; DIAS; MATOS, 2012). O QUADRO 5 descreve os atores no contexto das Políticas Públicas.

QUADRO 5– ATORES EM POLÍTICAS PÚBLICAS

ATORES	DESCRIÇÃO
Atores fundamentais	Políticos e alta equipe administrativa
Partidos políticos	Tanto os de situação quanto os de oposição
Equipes de governo	Nomeados para integrar equipes que assessoram os políticos
Corpo técnico	Burocracia, constituída por funcionários de carreira
Juízes	Poder judiciário
Mídia	Veículos de comunicação em massa
Empresas	Corporações transnacionais, pequenas e médias empresas
Sindicatos e associações profissionais	Organizações sindicais e de representação profissional
Organizações do terceiro setor	ONGs, entidades filantrópicas, fundações
Atores do conhecimento	Escritórios de assessoramento legislativos, institutos vinculados a partidos políticos, organismos internacionais, centros de pesquisa
Grupos de pressão	Conjunto de indivíduos que procuram defender seus interesses junto aos órgãos de governo
Movimentos sociais	Movimentos de curta duração com objetivos bem determinados
Associações comunitárias	Sociedades de amigos de bairros, associações representativas de comunidades territoriais específicas (quilombolas, caiçaras, ribeirinhos, entre outras)

FONTE: Extraído de Dias; Matos (2012, p. 44).

O processo político é mais amplo quanto mais atores sociais<sup>1</sup> dele fizerem parte. Das relações entre esses atores que resultará a Política Pública em si (MONTEIRO, 1980; LOBATO, 2006).

O governo deverá assegurar a participação dos atores sociais para equacionar e solucionar problemas relacionados à educação e qualificação profissional, tendo em vista que a modernização nas relações de trabalho só será possível se todos os envolvidos participarem ativamente dos destinos da formação profissional (ALVES; VIEIRA, 1995).

Três elementos são essenciais para a compreensão do conteúdo dentro das Políticas Públicas: as esferas institucionais envolvidas, os atores relevantes e os pontos de veto.

- I. as esferas institucionais essenciais, ou campo de representação, são: o Estado, como estrutura constitucional, organizações burocráticas e processos de decisão no contexto das estruturas de poder político; o Governo, pelas regras de constituição do poder

<sup>1</sup> A palavra 'ator' é importada das artes cênicas para as ciências políticas, explicitando a conotação de interpretação de papéis. Entendendo assim, que os indivíduos, grupos e organizações que influenciam o processo político não têm comportamentos estáticos, mas sim dinâmicos de acordo com os papéis que interpretam. (SECCHI, 2010).

soberano, às instituições específicas do processo de seleção e substituição dos governantes e de inserção das instituições e procedimentos de seleção dos governantes; e, as Instituições, de agregação de interesses e dos padrões de inserção, na estrutura política formal, que dão o formato próprio de cada sociedade;

- II. a identificação dos atores e de suas posições nas instituições permite observar as interações sociais e políticas existentes entre os atores e sua influência (poder) junto aos demais atores políticos e esferas institucionais;
- III. os pontos de veto representam uma expressão de oposição que pode inibir a inovação política, sendo rígidos, mas não permanentes ou imutáveis (THELEN; STEINMO, 1992; EMMENDOERFER; SILVA, 2009).

O papel primordial dos políticos é identificar os problemas públicos e decidir as Políticas Públicas adequadas para combatê-los. Os políticos são representantes legítimos de interesses com acesso privilegiado às esferas de poder estatal. Deve-se ter em mente que não há um modelo ideal de Política Pública, pois, elas são respostas contingentes à situação de uma região ou de um país, ou seja, pode funcionar em um dado momento em um dado país, pode não dar certo em outro lugar, ou no mesmo lugar em outro momento (SECCHI, 2010; DIAS; MATOS, 2012).

A elaboração de uma Política Pública consiste em definir o quê, quando, com que consequências e pra quem. Estão relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política que vigora. Dentro dessa esfera, as Políticas Públicas se realizam em um campo onde se entrecruzam interesses e visões de mundo conflitantes e onde muitas vezes, os limites entre o público e o privado, são de difícil demarcação (ROCHA, 2004; TEIXEIRA, 2002; SECCHI, 2010; BRESSER-PEREIRA, 2012; NORONHA FILHO, 2013).

O debate sobre um problema que fundamente uma Política Pública é fundamental para sua compreensão. O problema público é a diferença entre a situação atual e a situação ideal, possível para dada realidade pública. Sem um problema claro e definido, não é possível a legitimização e implementação de uma Política Pública (SILVA; BASSI, 2011).

Toda proposta de ação pública formulada necessita para sua efetivação a aprovação do Legislativo e do Executivo, culminando na formalização de Lei. Este é um ponto crucial na gestão das Políticas Públicas, pois, muitas ações propostas não são executadas na forma como foram concebidas, conseqüentemente deixam de atingir seu objetivo (FREY, 2000; CRISTO, 2003; LECHINEWSKI, 2011).

Ollaik e Medeiros (2012) reforçam que a literatura indica que os trâmites burocráticos e exigências legais relacionadas à documentação para firmarem convênios que retardam a liberação dos recursos são os principais entraves para a implementação de Políticas Públicas no Brasil.

A montagem da agenda é o processo pelo qual os problemas chegam à atenção dos governos. A formulação diz respeito à elaboração das propostas no âmbito governamental. Na tomada de decisão os governos adotam ou não um curso de ação. Já a implementação é o modo pelo qual os governos dão um curso efetivo à Política. Na avaliação os processos pelos quais os entes estatais e membros da sociedade monitoram os resultados das Políticas e mantem ou extinguem certa Política (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013).

O ciclo de Políticas Públicas contém várias versões, abaixo o QUADRO 6 sintetiza as sete principais fases. Apesar de sua utilidade heurística, o ciclo raramente reflete a real dinâmica, ou, vida de uma Política Pública. Fases nem sempre se apresentam em sequência, e muitas vezes surgem misturadas (SECCHI, 2010).

QUADRO 6 – CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

CONTINUA

Identificação do problema	Um problema nem sempre é reflexo da deterioração de uma situação, mas, sim a melhora desta em outro contexto. Sua delimitação envolve definir quais são os seus elementos e sintetizar em uma frase a essência do mesmo.
Formação da agenda	Se um problema é identificado por um ator político, e esse ator tem interesse na solução deste, poderá lutar para que tal problema entre na lista de prioridades de atuação, ou seja, na agenda. Pode tomar a forma de um programa de governo, um planejamento orçamentário, entre outros.
Formulação de alternativas	A formulação de alternativas de solução é desenvolvida por meio de escrutínios formais ou informais das conseqüências do problema, de seus potenciais custos e benefícios de cada alternativa possível.

## QUADRO 6 – CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

## CONCLUSÃO

Tomada de decisão	Representa o momento que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento são explicitadas.
Implementação	São produzidos os resultados concretos da política pública. É onde as regras, processos sociais e rotinas se convertem em ação.
Avaliação	Fase em que o processo de implementação e desempenho são examinados com a intenção de conhecer melhor o estado da política e o grau de redução do problema que a gerou. Pode levar a: continuação (casos em que as adversidades são pequenas); reestruturação (adversidades de implementação existem, mas não são suficientemente graves para comprometer a política) ou extinção (casos em que o problema público foi resolvido, ou quando os problemas de implementação são insuperáveis, ou ainda, quando a política perde sua razão de existir).
Extinção	Pode ser extinta por três razões principais: Problema que originou a política foi resolvido; os programas ou ações que ativavam a política são entendidos como ineficazes; o problema, ainda não resolvido, perdeu sua importância e saiu das agendas políticas e formais.

FONTE: Adaptado de Secchi (2010, p. 33-53)

Deste modo, as quatro primeiras etapas se referem à concepção de uma Política Pública, posteriormente ocorre sua concretização e ao final ela é avaliada.

A troca teórica entre a Administração Pública e disciplinas afins, como Ciência Política, Sociologia e ainda subdisciplinas da Administração, estimulou o desenvolvimento de referenciais analíticos que permitem melhor uma compreensão do processo de formulação e implementação de Políticas Públicas (LOBATO, 2006).

As subseções a seguir compõem a base teórica necessária para compreensão do objeto da pesquisa, Programas Governamentais.

### 2.2.2 Programas Governamentais

As organizações públicas possuem características ímpares que as diferenciam das organizações do setor privado. O governo tem por missão zelar pelo bem social, realizando serviços que beneficiem a comunidade, fornecendo-lhes segurança, estradas, proteção, suprimentos de água, energia, entre outros. (SCHLESINGER *et. al.*, 2008).

Os estudos dentro de Gestão Pública se dividem em duas áreas: Gestão Organizacional (contribui para o gerenciamento dos recursos disponíveis, apoiando o governo na execução de suas Políticas Públicas) e a Gestão Governamental (voltada à análise e gestão de programas de governo, definidos para executar um conjunto de Políticas Públicas solicitadas pela sociedade em dado momento). (SCHLESINGER *et. al.*, 2008).

A partir da Gestão Governamental que são executadas as Políticas Públicas. Assim, a formulação e a gestão de suas ações é antes de tudo uma opção política que pode variar de acordo com o grau de informação e capacidade técnica disponível para a tomada de decisão. Portanto, dependem da formulação de alternativas que se baseiam em processos continuados de avaliação de políticas. Depende ainda, do conjunto de forças envolvidas no processo, pois, acompanhando as demandas por políticas específicas que dão sustentação aos processos de tomada de decisão e diretrizes aos processos de gestão que visam a sustentabilidade, observa-se uma ampliação no número de atores envolvidos na gestão pública. A organização das partes interessadas por intermédio de parcerias pode criar condições sinérgicas para que se alcancem os resultados desejados e duradouros. (FERNANDES *et. al.*, 2012).

Política é a fase onde as propostas ganham forma, onde são definidas metas, recursos e objetivos. Dela surge um Plano, que é o conjunto de Programas que tem o mesmo objetivo. Plano, Programa e Projeto são palavras que surgiram em períodos distintos e tem também definições distintas, porém, apontam para o contexto de planejamento e remetem à ação humana, orientada por um fim e uma intencionalidade. Plano é a mais antiga, surgindo no Século XIV e que traz até hoje a ideia de traçar, delinear, remetendo a um sujeito coletivo – o Estado. Já Programa teria surgido em 1789, e até o Século XIX era utilizada para convidar a fazer alguma coisa. Seu uso contemporâneo deu-lhe outro sentido, pode ter o sentido coletivo, contudo apresenta acepção mais restritiva, remetendo a um sujeito que pode ser indivíduo, partido e/ou organização. Constitui um conjunto de atividades, sem término predeterminado, que geralmente decorre de uma Política Pública e corresponde ao atendimento de um direito social. Pode ser entendido como um conjunto de Projetos que visam alcançar um mesmo objetivo. Tais Projetos guardam estreita relação entre si e em conjunto se destinam a converter em realidade os objetivos e

metas do Plano de Governo. Assim, os Programas organizam e otimizam os recursos disponíveis. Já a palavra Projeto surgida em 1680, traz como sujeito não mais o coletivo, mas sim, o universal, abarcando tanto o individual quanto o coletivo (DE PAULA, 2003; DIAS; MATOS, 2012).

As políticas públicas podem fazer uso de diversos instrumentos para que as orientações e diretrizes sejam transformadas em ação. Políticas públicas tomam forma de programas públicos, projetos, leis, campanhas publicitárias, esclarecimentos públicos, inovações tecnológicas e organizacionais, subsídios governamentais, rotinas administrativas, decisões judiciais, coordenação de ações de uma rede de atores, gasto público direto, contratos formais e informais com *stakeholders*, dentre outros (SECCHI, 2010, p. 8)

A FIGURA 3 sintetiza a execução de uma Política e sua transformação em Planos, Programas, Projetos e Atividades, onde são expressas as prioridades definidas. Prioridades estas que devem ser organizadas na forma de uma agenda coerente na qual estão definidos os impactos esperados, responsabilidades, cronograma e a metodologia, considerando os recursos financeiros, técnicos e humanos, bem como, instrumentos e ferramentas a serem utilizados (FERNANDES *et. al.*, 2012)

FIGURA 3 – POLÍTICA PÚBLICA MATERIALIZADA EM PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS



FONTE: Adaptado de Prates (2014)

“As ações decorrentes de políticas, programas e projetos representam escolhas que objetivam equacionar, superar ou mitigar determinadas situações consideradas problemáticas ou até mesmo indesejáveis” (MARINHO; BALESTRO; WALTER, 2009, p. 96).

Uma descrição completa e precisa dos componentes de um Programa torna-se essencial para avaliar sua execução. Por componentes entende-se as estratégias, atividades, formas de comunicação e recursos necessários para sua implementação, bem como, a definição dos beneficiários e as situações em que se dá sua concretização.

O QUADRO 7 resume as categorias inclusas em componentes de um programa.

QUADRO 7 – COMPONENTES DE UM PROGRAMA GOVERNAMENTAL

Beneficiários pretendidos	-Características sócio demográficas apropriadas para o programa -Requisitos de elegibilidade -Mecanismos de recrutamento -Processo de seleção de beneficiários
Contexto institucional previsto para implementação do programa	-Tipos de organizações públicas que vão participar da execução do programa e suas características
Forma prevista de execução	-Atividades: quem faz o quê? Com quem? -Recursos Humanos: de que tipo, com que formação e experiência? -Materiais (equipamentos, infraestrutura) necessários à execução do programa -Informação e sistema de informação -Escopo previsto para o programa

FONTE: Adaptado de Costa; Castanhar (2003).

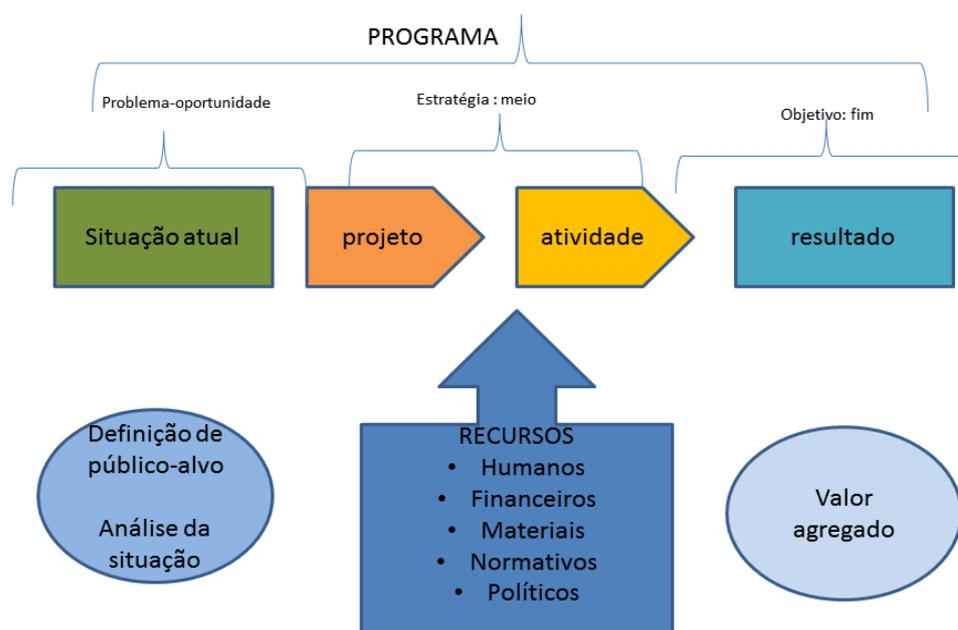
No campo social, a avaliação é entendida como um mecanismo de regulação de ações e Políticas sociais, que pode permitir a diminuição das possibilidades de fracasso de um Programa de interesse social. Ou seja, é percebida como avaliação dos efeitos nítidos dos Programas em relação aos objetivos propostos (MENDES; SORDI, 2013).

“Normalmente, as equipes governamentais encarregadas da execução de uma Política fazem avaliações que consistem em relatórios de acompanhamento, que descrevem as ações desenvolvidas no curso da implementação do Programa” (SILVA; BASSI, 2011, p. 320). Contudo, o Brasil

não possui tradição de acompanhar os resultados das Políticas Públicas, apontando para a ausência de informações que possam servir como base para uma análise qualitativa da eficácia desses resultados. São gastos no país algo em torno de 0,5 % do Produto Interno Bruto com educação para o trabalho, em um sistema que tem sua eficácia discutida. Visto que, forma-se sem saber onde há necessidade de profissionais. As Políticas Públicas de emprego focalizam a qualificação em si, deixando a desejar na aplicação e acompanhamento adequado dos recursos (BRASIL, 2003; AMORIM *et. al.*, 2010).

Compreende-se um Programa como um conjunto de ações de intervenção em determinada área. A FIGURA 4 demonstra que ele se origina de um anseio (problema ou oportunidade) da sociedade, que passará por um estudo estratégico para definição de atividades, e por fim, resulta em valor agregado para o público a que foi destinado.

FIGURA 4 – ETAPAS DE UM PROGRAMA GOVERNAMENTAL



FONTE: Adaptado de Moisés (2008).

## 2.3 POLÍTICA PÚBLICA E TRABALHO

O trabalho pode articular o crescimento econômico e o desenvolvimento humano. Desta forma, Políticas Públicas são a possibilidade de aprofundar tal articulação (DEMO; OLIVEIRA, 1995; LOBO; ANZE, 2014).

A educação e a produção do conhecimento desempenham papel estratégico no processo de construção de uma sociedade fundada na justiça social com a participação de todos na produção, na utilização do que foi produzido, na cultura, poder, para isso demandando processos educativos articulados em formação humana e sociedade na perspectiva da autonomia crítica, ética e estética (KUENZER GRABOWSKI, 2006).

A capacitação exige um clima político e econômico que facilite a consecução dos objetivos propostos, neste caso, a criação de empregos. Quando há alta taxa de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) há tendência do aumento de oportunidades de emprego, pois, o PIB sinaliza aumento da produção interna do país. A geração de empregos pode ser atribuída a um cenário de redução da taxa de juros básicas do país, uma vez que os juros elevados tendem a desaquecer o setor produtivo (FARIA; QUELHAS, 2005; MOURÃO; BORGES-ANDRADE, 2005).

Na Alemanha, França, Itália e Canadá, agentes sociais ligados às empresas e trabalhadores exercem importante papel. Nos Estados Unidos, o mercado se constitui como ente regulador do sistema de competências profissionais. No Brasil, as Políticas Públicas oscilam de acordo com os grupos de pressão da sociedade, ou dos humores políticos, podendo contar com o apoio dos agentes sociais (AMORIM *et. al.*, 2010). O Estado e seus agentes empreendem ação conjunta com empresas, universidades e trabalhadores para regular o sistema de competências e qualificação a partir de regras definidas sobre as iniciativas, sistema de financiamento e organismos técnicos. O retrato das Políticas Públicas de emprego ativa no Brasil, revela números insignificantes quando comparadas à década de 90. Neste período o investimento em qualificação profissional atingiu 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB), já em 2007 ocupavam um lugar marginal frente aos investimentos anteriores. Essas informações demonstram o processo de decadência ou

perda de relevância das Políticas Públicas de Emprego (PE) no país na década de 2000 (MACAMBIRA; CARLEIAL, 2009).

O mercado de trabalho tem função conectora entre a procura por mão de obra e a oferta de trabalho. Necessário que esse vínculo esteja em correto funcionamento, do contrário, o crescimento econômico pode não causar impacto positivo sobre os empregos ou, ainda, os investimentos em educação podem não significar ganhos de produtividade e melhores salários. Para que se tenha um bom funcionamento desse sistema, o mercado de trabalho deve ser apenas um facilitador dessa conexão. Não se considera o mercado de trabalho como instrumento para que o Estado influencie a redistribuição de recursos (MENEGUIN, 2011).

A educação profissional exige foco no mercado e enfrenta dois desafios: sua integração com uma Política Pública de emprego, trabalho e renda, e, a definição precisa de seu foco, sob a premissa da empregabilidade (SEFOR, 1995). Diante deste contexto, o Brasil precisa encontrar a dosagem correta de regulamentações e intervenções, além de um desenho institucional correto para atingir os objetivos de emprego, produtividade e segurança (MENEGUIN, 2011).

A formação profissional não é fruto só dos conhecimentos adquiridos no trabalho, resulta de saberes provenientes de diversas esferas: formais, informais, teóricas, práticas e tácitas, sem desconsiderar as características pessoais dos indivíduos. Assim, o treinamento no ambiente organizacional provoca uma sinergia positiva, traduzindo a teoria para a prática, confrontando a experiência profissional e social em um processo de aprendizagem no qual o conhecimento se transforma em competência (FREITAS, 2003; ROCHA-PINTO, 2007).

No contexto da educação e do trabalho na sociedade contemporânea, há a intenção de que a educação cumpra o seu papel na preparação de alunos para o acesso ao mercado de trabalho e na vida social. Na sociedade brasileira esta afirmação pode ser confirmada pela legislação que determina as diretrizes para educação nacional como postulado a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei nº 9.394 / 96, que preconiza que a educação deve estar ligada ao mundo do trabalho e a prática social. De tal forma, percebe-se a intenção de fornecer, por meio da educação, formação que

abarque o mundo do trabalho na sociedade contemporânea e que se desenvolva em conformidade com as exigências da sociedade, marcada por amplos processos de mudança intensificados pela globalização (PAES; PAULA E SILVA, 2015).

A formação dos trabalhadores é uma das muitas funções que já foram de exclusiva incumbência estatal, mas, que passam a ser percebidas como função do setor produtivo, pois a formação profissional como preparação para o trabalho está associada ao relacionamento entre capital e trabalho. Contudo, não perde a dimensão da importância do Estado nesta esfera, pois, guarda relação com o desenvolvimento do país. A Constituição Federal já dimensiona a importância e executabilidade da formação profissional quando afirma que esta deve permitir ao indivíduo adquirir e desenvolver conhecimentos teóricos, técnicos e operacionais relacionados à produção de bens e serviços. Estabelecendo neste sentido um papel ativo do trabalhador de saber-fazer, como sujeitos do processo de construção de um saber ocupacional e não mero objeto do sistema produtivo. Dessa forma, cabe ao Estado fornecer condições para que o cidadão possa formar-se para atuar no mundo do trabalho (MOURÃO; BORGES-ANDRADE, 2005).

Uma das questões mais relevantes na discussão da formação profissional é a obsolescência do conhecimento, já que antigamente o ofício era aprendido e executado da mesma forma por toda a vida. Na contemporaneidade, a necessidade de aprendizagem contínua traz a necessidade de relacionar-se com formação e treinamento de forma constante e esta responsabilidade não pode ficar a cargo somente do Estado (MOURÃO; BORGES-ANDRADE, 2005).

A Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional destaca que a qualificação para o trabalho exige uma estratégia integrada, construída mediante parceria entre os vários atores sociais – governo, empresas, trabalhadores, educadores, de modo que beneficie toda a sociedade (SEFOR, 1995). O projeto dos Programas de qualificação profissional pressupõe uma ativa participação de representantes da sociedade civil na identificação das demandas, no planejamento das atividades, e nos processos de monitoramento e avaliação.

Cada sistema de qualificação profissional, antes de ser resultado de um projeto predeterminado, é, acima de tudo, produto de uma infinidade de confrontações, transações e ajustes entre a burocracia estatal, as categorias profissionais envolvidas, os sindicatos, os partidos políticos, os parlamentares, e os grupos de interesses que circundam a indústria laboral (LABRA, 1999).

Um Programa de educação profissional é a vertente da educação que forma e qualifica profissionais com objetivo permanente de desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, em todos os setores da economia, sendo essencial para o desenvolvimento do país. Conduzindo a uma formação profissional de caráter integral, que associa os conceitos teóricos com as práticas tecnológicas e a vivência dos problemas reais da sociedade, estimulando o desenvolvimento do espírito crítico, criativo e de cidadania, preponderantes para que os egressos deste segmento educacional desempenhem o papel de agentes de transformação social (BRASIL, 2003).

Surge assim, a necessidade de substituir o termo educação profissional, com uma visão estreita e precária vinculada à ideia de atender aos interesses do setor produtivo, para uma concepção de educação para trabalhadores, que integra esferas educacionais para atender às demandas da transformação social. Ocorrendo principalmente em espaços públicos, mediante gestão, financiamento e Políticas Públicas (LIMA, 2006; KUENZER; GRABOWSKI, 2006).

As transformações no campo da economia, intermediadas pela globalização dos mercados, e reestruturação produtiva efetiva no mercado de trabalho; a intensificação da ciência e da técnica como força produtiva; e, a revolução no campo da informação e da comunicação, exigem dos governos uma atenção profunda com a educação e qualificação dos trabalhadores e cidadãos. A qualificação profissional deve ser garantia de certa ordem social e de mecanismo de regulação. Torna-se necessária uma Política Pública de educação profissional, estratégica sob a perspectiva de sustentabilidade profissional, que precisa estar articulada com uma série de outras Políticas em curso, nas diversas áreas: desenvolvimento econômico, industrial e de ciência e tecnologia; política de trabalho, emprego e geração de renda; de inclusão e desenvolvimento social; de educação; de saúde, agricultura e para a juventude; entre outras (VIZEU; GONÇALVES, 2010; ZARAFIAN, 2012; BERGUE, 2013).

Ao abordar as Políticas Públicas de emprego, cabe dividi-las em ativas e passivas. As ativas procuram elevar a demanda por trabalho, fazendo com que os empregadores contratem mais. Exemplos desse tipo de Política são: criação de cargos no setor público, subsídio às novas contratações, oferta de crédito a microempreendedores, entre outras. As Políticas passivas caracterizam-se por diminuir o número de desempregados, reduzindo a oferta de trabalho e fazendo com que menos pessoas procurem emprego. São exemplos: indução a aposentadoria para trabalhadores com dificuldade de reintegração no mercado, adiamento da entrada dos jovens no mercado com incentivo para passarem mais tempo no sistema escolar, redução das horas trabalhadas, entre outras (MENEQUIN, 2011). A Política Pública ativa mais popular é a que permeia a formação profissional, principalmente porque as organizações exigem cada vez mais qualificação de seus trabalhadores (FREITAS *et. al.*, 2007).

### **2.3.1 Mercado de Trabalho Brasileiro**

A formulação de concepções, políticas e formas de organização da educação profissionalizante depende da forma como se entende essa relação. Não é possível dissociar a educação do contexto social na qual ela é produzida, dando origem a resultados melhorados, sucessiva, contínua e cumulativamente. Nesse contexto, as regras institucionais permitem que as demandas sociais se tornem visíveis e significantes do ponto de vista político, olhando os atores sociais como agentes da história e analisando arranjos institucionais que estruturam as relações entre Estado, sociedade e a formulação de Políticas por meio de um processo de interação contínuo (KUENZER; GRABOWSKI, 2006; NORONHA FILHO, 2013).

No Brasil há três tipos de formação e qualificação profissional.

- I. A formação educacional/profissional inicial - organizada em Programas de longa duração, por vezes, parte dos sistemas nacionais de educação, constitui-se uma via do processo de formação secundária;
- II. A formação profissional continuada - associada a Programas específicos de qualificação relacionados a uma ocupação, destina-se aos

trabalhadores ocupados, podendo ser realizado interna ou externamente às empresas;

- III. A formação profissional de inserção – estruturada em Programas específicos de qualificação é orientada para jovens ou trabalhadores desempregados com dificuldades de se inserir no mercado de trabalho (BRASIL, 2007b).

Apresenta-se, a seguir as principais transformações ocorridas no Brasil, relacionadas ao mercado de trabalho.

As Políticas de mercado foram criadas e implementadas de forma fragmentada entre a década de 1920 e de 1990, à medida que buscavam atender as necessidades da industrialização (BRASIL, 2007a)

Entre a década de 1930 e 1990 a questão da formação e qualificação profissional esteve presente, talvez a Política que teve mais atenção devido às necessidades da indústria. Entretanto, outras Políticas foram pensadas e discutidas, porém, ou não foram implementadas ou sua execução não teve o apoio suficiente para se consolidar como Política Pública de impacto sobre a mão-de-obra (BRASIL, 2007b)

Fazendo um retrospecto das Políticas, Programas e reivindicações expostas no QUADRO 8, percebe-se que muitas questões só foram implementadas anos depois de entrar em discussão. A cronologia segue até o ano de 2005, ano que se institui legalmente o Programa Residência Técnica.

#### QUADRO 8- CRONOLOGIA DE EVENTOS DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

CONTINUA

DATA	PRINCIPAL MARCO HISTÓRICO
1891	publicado no Diário Oficial um decreto que tratava do trabalho do menor, regulando questões como higiene, jornada de trabalho e proibindo atividades perigosas e insalubres
1919	foi assinado o Tratado de Versailles, fazendo a obrigatoriedade do Estado em cumprir determinadas recomendações, substituindo o contratualismo individualista para a emergência do trabalhador como ente coletivo organizado em sindicatos
1927	criam-se seguros contra doenças. Estabelece-se assim, os primeiros traços do Direito do Trabalho
1930	a partir da década de 30 a indústria passa a ser o foco da economia nacional. Esta década foi considerada um marco analítico do funcionamento das instituições políticas brasileiras. Em 1930 foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

## QUADRO 8- CRONOLOGIA DE EVENTOS DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

## CONCLUSÃO

1940	foi instituído o salário mínimo
1943	entrou em vigor a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)
1963	criado o Estatuto do Trabalhador Rural
1964	os trabalhadores autônomos e as domésticas foram incluídos na Previdência Social
1970	na década de 70 a política de intermediação de mão-de-obra ganha expressão quando o Governo Federal instituiu o Serviço Nacional de Emprego (SINE)
1976	1976 foi criado o Serviço Nacional de Formação Profissional (SENAR). Também, foi criada no Brasil, pela Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul a primeira Residência em Medicina Comunitária
1977	o Decreto nº 80.281, cria a Residência Médica, modalidade de pós-graduação <i>lato sensu</i> , caracterizada pela formação em serviço
1978	a Residência se torna multiprofissional
1986	o seguro desemprego foi instituído em 1986, mas, somente ampliou sua cobertura na década de 90
1994	o governo instituiu o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) concedendo crédito para micro e pequenas empresas.
1995	1995 o governo implantou o Plano Nacional de Qualificação Profissional PLANFOR, com a meta ambiciosa de coordenar todo o conjunto de instituições voltadas para a qualificação profissional
2003	o Ministério da Educação iniciou uma discussão com todos os segmentos envolvidos com a modalidade educacional profissionalizante e tecnológica – elaboração de Políticas Públicas para o setor com subsídios para discussão da proposta da Lei Orgânica para Educação Profissional e Tecnológica
2005	foi instituído o Plano Plurianual Nacional e Estadual e o Convênio Único que explicitava as funções do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR): seguro-desemprego, intermediação da mão-de-obra, qualificação social e profissional, orientação profissional, certificação profissional, pesquisa e informações sobre o mercado de trabalho e todas as funções e ações com vistas à inserção no mercado de trabalho e ao fomento de atividades autônomas e empreendedoras

FONTE: Elaborado pela autora (2015) com base em Brasil (2006; 2007a; 2007b); Macambira e Carleial (2009); Souza (2007).

O Programa de Residência Multiprofissional é uma das Políticas de educação profissional com viés de inclusão na área da saúde, implementado em 2005, tendo como um de seus eixos estruturantes, a integração entre as instituições de ensino e os serviços de saúde, caracterizada por ações que visavam à mudança das práticas de formação e atenção, do processo de trabalho e da construção do conhecimento, a partir das necessidades dos serviços. (BRASIL, 2006).

Neste interim de educação profissional, o decreto 5.554 de 2005 no âmbito do Estado do Paraná autoriza a criação do Programa Residência Técnica, e posteriormente, a Lei 16.020 de 19 de dezembro de 2008 visou instituir uma ação articulada entre Estado e Universidade para elaborar um projeto de formação continuada denominado Residência Técnica, semelhante ao Programa de Residência Médica e de Residência Multiprofissional, visando

atender especificamente a complementação da formação de engenheiros e arquitetos para a gestão de obras públicas.

### **2.3.2 Qualificação Profissional**

O questionamento da educação para o trabalho vem crescendo, passando a exigir mudanças no modelo de formação profissional. Um dos sinais dessa transformação é a multiplicidade de termos utilizados para essa atividade: formação profissional, educação profissional, aprendizagem, capacitação, qualificação para o trabalho, requalificação, habilidades básicas e específicas, treinamento, ensino técnico, aquisição de competências, educação básica e formação contínua, sem se precisar muito bem as diferenças e pontos em comum entre esses termos. Espera-se da formação, garantia não só de competência, habilidade e qualificação, mas, principalmente, de empregabilidade (esse termo significa simplesmente uma boa chance de uma pessoa se empregar, manter o emprego, e se desempregada, conseguir trabalho). O emprego é a materialização de uma relação social que se estabelece entre a força de trabalho e o capital. No Brasil ainda é incipiente a articulação entre formação profissional e Políticas Públicas de educação e emprego (FARIA; QUELHAS, 2005).

A formação profissional não pode ser entendida como um conceito limitado e com significado único na sociedade, se trata de um conceito multifacetado e por vezes polissêmico. Uma das faces da formação profissional é sua densidade política e social, na qual a formação integra o debate educação-trabalho, assumindo papel estratégico para recuperar a positividade do trabalho (MOURÃO; BORGES-ANDRADE, 2005).

A qualificação, como um construto social, está intimamente ligada à produção e reprodução da força de trabalho, tendo importante papel na possibilidade dos indivíduos entrarem, permanecerem ou serem excluídos do processo. Isso significa que não se pode tratar a qualificação como algo exclusivo do mundo do trabalho ou do mundo da educação. Trata-se da necessidade de percebê-la como um ponto de intersecção, para o qual devem convergir diferentes abordagens e contribuições, entre elas a dos sujeitos trabalhadores (LIMA; MOREIRA, 2005).

A qualificação profissional, seja ela, adquirida no interior do sistema educacional, ou por associação entre este e a experiência profissional, remete sempre à assimilação de conhecimentos, ou seja, saberes formalizados, que possam ser generalizados e transmitidos. Orientando estes conhecimentos para resolução de situações-problema profissionais (ZARAFIAN, 2012)

A discussão sobre educação e qualificação profissional no Brasil, iniciou-se, de modo mais consequente, com a desindustrialização nos anos 1950, por meio da substituição das importações. Data-se desse período a divisão entre educação formal e educação para o trabalho. As instituições de formação profissional sempre atuaram de forma independente e paralela aos sistemas de educação regular e, orientadas na maioria das vezes, exclusivamente para o trabalho. A consequência foi a perda do controle do setor público sobre as instituições que ofereciam formação profissional (ALVES; VIEIRA, 1995).

A partir dos anos 1990, a terminologia 'competência', passa a ser utilizada no vocabulário das organizações em um momento marcado pelo desenvolvimento de políticas de emprego orientadas pelas mudanças organizacionais na gestão de recursos humanos. Essa terminologia tem sido reconhecida como substituta da noção de qualificação profissional ancorada nos postos de trabalho. Deste modo, a noção de competência procura adequar a formação profissional às exigências de racionalização de uma nova forma de organização do trabalho. Refere-se ao processo de aquisição de conhecimentos fundamentando suas análises na psicologia da aprendizagem, embora também utilize teorias de outras áreas do conhecimento. (ALANIZ, 2004).

Ao observar as características da competência referentes ao desenvolvimento intelectual proveniente da aquisição de conhecimentos técnicos, relações estabelecidas no trabalho e fora dele, e, educação escolar, percebe-se que não há uma oposição à noção de qualificação profissional, mesmo porque, a qualificação não é um conceito estático e evolui no decorrer da história (ALANIZ, 2004).

Utiliza-se nesta pesquisa o conceito de qualificação profissional como o de obtenção de conhecimento e habilidades que possam ser aplicadas no trabalho.

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este capítulo caracteriza a pesquisa, delimita o ambiente e a amostra estudada, além de relatar a forma de coleta e análise dos dados.

A pesquisa buscou analisar as Representações Sociais de uma iniciativa de desenvolvimento de um Projeto, fruto de uma Política Pública relacionada à inserção de profissionais recém-formados no mercado de trabalho. Esboça-se a partir da Teoria das Representações Sociais sobre a percepção dos atores envolvidos no Programa.

“A metodologia escolhida é, portanto, consequência do modelo teórico adotado e possibilita a relação prática com o objeto a ser estudado” (SANTOS; ALMEIDA, 2005, p. 20).

E uma vez definido o problema a ser estudado e as populações relacionadas, há de se escolher qual aspecto será investigado. Para, posteriormente, elaborar o instrumento e procedimentos de pesquisa, visto que a TRS permite investigação com uma diversidade de métodos e técnicas de pesquisa (REIS; BELLINI, 2011).

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, com ênfase qualitativa, pois, observa atributos ou categorias, e não, a classificação e mensuração quantitativa (GIL, 1987; SPINK, 2004). Trata-se de pesquisa qualitativa ao buscar perceber os significados e subjetividades presentes nas narrativas dos entrevistados sobre um Programa que desperta olhares e interpretações.

Parte-se da revisão de literatura, da análise documental e entrevista narrativa. Utiliza amostragem não probabilística, cuja fundamentação não se situa na matemática ou estatística, mas, depende exclusivamente dos critérios do pesquisador. Para a análise qualitativa, utilizou-se da análise de conteúdo, preconizada por Laurence Bardin (2004), um método empírico que “não se

trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações” (p.27).

Na pesquisa em Representação Social, Spink (2004) apresenta alguns aspectos comumente empregados nos estudos:

I. observação – a observação tem papel proeminente nos estudos de RS – estimulada pela teoria e repleta de métodos analíticos e sutis – dando meios de compreender a gênese e a estrutura das Representações Sociais;

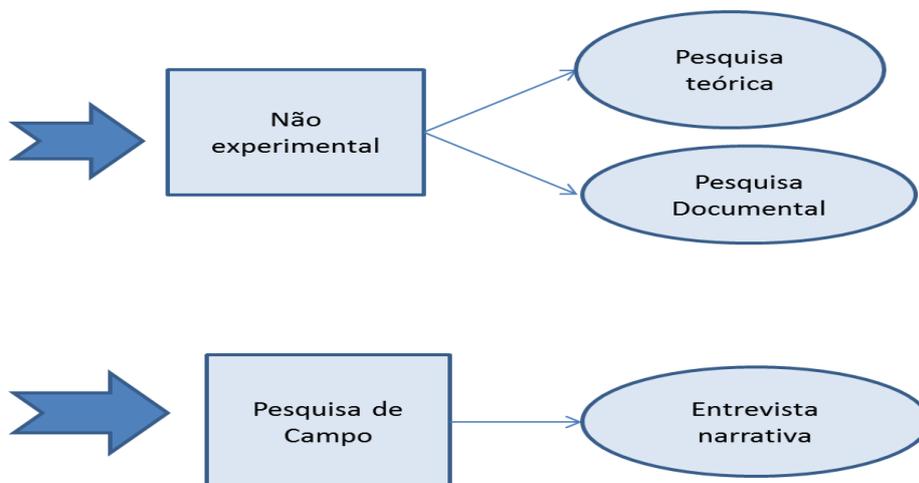
II. coleta de dados – a análise centrada na totalidade do discurso, é um tanto demorada e como consequência, utiliza poucos sujeitos. O trabalho de interpretação segue: transcrição da entrevista; leitura e escuta e por fim, após ter apreendido os aspectos mais gerais da construção do discurso, é necessário retornar aos objetivos da pesquisa e, definir claramente o objeto da representação. Argumenta ainda a coleta de dados já disponíveis (dados materiais que indicam situações objetivas e subjetivas da população estudada;

III. análise de conteúdo – possibilita a observação dos dados por meio de uma visão mais ampla, na qual a totalidade do material pesquisado permite levantar categorias do grupo. Pela codificação transforma dados brutos permitindo atingir a representação do conteúdo;

IV. tratamento – na validação os testes paramétricos são os mais usados para levantamentos extensivos, enquanto os não paramétricos são utilizados para fazer inferências em pequenas amostras.

Portanto, esta pesquisa utiliza métodos e técnicas consoantes aos estudos das Representações Sociais caracterizados na FIGURA 5.

FIGURA 5 – CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA



FONTE: A autora (2015).

### 3.2 AMBIENTE DA PESQUISA

A pesquisa se delimita a investigar o Programa Residência Técnica, suas diretrizes, abordagens e participantes (alunos residentes, executores (UFPR) e gestores (SEOP)). O universo investigado é o Programa Residência Técnica e a delimitação do universo se dá na primeira fase do Programa (2006-2010), coordenada pela extinta Secretaria de Obras Públicas do Estado do Paraná (SEOP).

#### 3.2.1 Participantes da Pesquisa

A população escolhida para objeto desta pesquisa é aquela envolvida diretamente no Programa durante sua primeira fase. Insere-se neste contexto o Governo do Estado do Paraná, a partir dos membros que compunham a Secretaria de Obras Públicas do Estado - denominados de gestores; os membros da UFPR – executores do projeto pedagógico; e, os alunos residentes – profissionais recém-formados e sujeitos da sociedade.

### 3.2.2 Identificação da amostra

Conforme descrito anteriormente o corpo de participantes se divide em três esferas: Governo, Universidade e Alunos.

- I. Governo: Devido à oscilação do corpo funcional da SEOP durante o período, será delimitada a amostragem por acessibilidade dos entrevistados, que segundo Gil (1987) é destituído de qualquer rigor estatístico, no qual o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes, representem o universo. Durante o desenvolvimento do Programa diferentes servidores estiveram à frente da gestão na SEOP, optou-se assim, pela seleção de dois participantes da fase de construção do RESTEC, composto por um coordenador e um secretário, caracterizados como ‘gestores’;
- II. Universidade: Os membros do corpo da Universidade Federal do Paraná – também denominados de ‘executores’ da proposta, cuja delimitação da amostragem, também foi por acessibilidade, pois, dos cinco membros da equipe de execução, foram entrevistados dois, que gentilmente aceitaram participar. Houve ainda a participação de um tutor, responsável pela parte de elaboração dos materiais para os residentes. Os professores que atuaram especificamente ministrando disciplinas, sem efetiva participação na criação e desenvolvimento do Programa, não foram incluídos na amostra investigada;
- III. Alunos: caracterizados como ‘residentes’, formado por profissionais recém-formados (na época) que efetivamente concluíram o Programa (removidos da amostra os servidores estaduais participantes, pelo entendimento de que estes já estavam incluídos no mercado de trabalho). Foram aceitos pelo Programa 119 alunos, 60 na primeira turma (2008-2009) e 59 na segunda turma (2009-2010). Dos 119 aprovados nas duas turmas iniciais, excluídos os 27 servidores públicos, assim, 63 efetivamente foram certificados pelo Programa e 23 contribuíram com suas narrativas. O perfil dos respondentes, bem como os respectivos códigos utilizados na análise estão descritos no QUADRO 9.

QUADRO 9 – PERFIL DOS RESPONDENTES

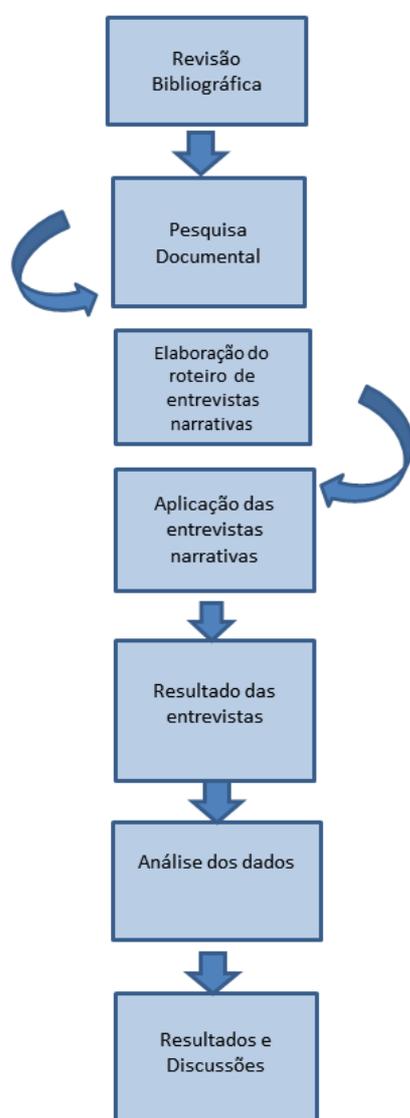
<b>RESIDENTES</b>	
<b>PROFISSÃO</b>	<b>CÓDIGO</b>
ENG. CIVIL	R1
ARQUITETO	R2
ENG. CIVIL	R3
ARQUITETO	R4
ARQUITETO	R5
ARQUITETO	R6
ARQUITETO	R7
ARQUITETO	R8
ENG. CIVIL	R9
ARQUITETO	R10
ARQUITETO	R11
ARQUITETO	R12
ENG. CIVIL	R13
TEC, CONST. CIVIL	R14
ARQUITETO	R15
ARQUITETO	R16
ENG. CIVIL	R17
TEC. CONST. CIVIL	R18
ARQUITETO	R19
ARQUITETO	R20
ARQUITETO	R21
ARQUITETO	R22
ARQUITETO	R23
<b>UFPR</b>	
<b>FUNÇÃO</b>	<b>CÓDIGO</b>
EXECUÇÃO	E1
EXECUÇÃO	E2
TUTOR	E3
<b>SEOP</b>	
<b>FUNÇÃO</b>	<b>CÓDIGO</b>
GESTOR	G1
GESTOR	G2

Fonte: dados da pesquisa (2015)

### 3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na sequência apresentam-se os procedimentos metodológicos adotados para possibilitar o alcance dos objetivos da pesquisa. São eles: levantamento bibliográfico, pesquisa documental, construção e aplicação de instrumentos de coleta e análise dos dados. A FIGURA 6 traz a sequência destas etapas.

FIGURA 6– PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS



FONTE: Elaborado pela autora (2015).

O levantamento bibliográfico foi desenvolvido a partir de material já elaborado, como livros, artigos de periódicos, teses e dissertações sobre a temática. No processo de revisão teórica, identificaram-se os temas a serem estudados, posteriormente, levantaram-se na literatura, fontes de informação disponíveis dentro do assunto, que após a leitura e ordenamento dos temas, permitiram a elaboração dos textos (GIL, 1987). O resultado desse processo foi a redação de duas seções. A primeira, abordando a Teoria das Representações Sociais, na qual se dá o recorte teórico em seus três pilares (informação, imagem e atitude) e, a segunda, a partir de Política Pública e as questões relacionadas ao Mercado de Trabalho.

Na sequência, utilizou-se de pesquisa documental, que conforme afirma Godoy (1995) é quando a escolha dos documentos se dá em função dos objetivos e ideias, não podendo ser aleatória, mas, em sintonia com o problema e objeto de estudo. A análise documental visa dar forma conveniente e representar de outro modo as informações presentes no documento. Como propósito de armazenar sob uma forma variável e facilitar o acesso do observador, de modo que este consiga extrair o máximo de informação (aspecto quantitativo) e pertinência (aspecto qualitativo) (BARDIN, 2004).

Assim, a análise documental relacionada ao RESTEC teve por base: editais, legislação, e, informações de domínio público e administrativas (SEOP). Para isto, utilizou-se um protocolo de coleta (Apêndice C) para possibilitar a identificação dos objetivos, normas e diretrizes gerais do Programa, e, construir a categorização das Representações Sociais do Programa.

O QUADRO 10 busca relacionar os temas na literatura pertinente para alcançar o cumprimento dos objetivos específicos, seu procedimento e a forma de análise.

QUADRO 10 – OBJETIVOS DA PESQUISA, LITERATURA PERTINENTE, PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E DE ANÁLISE

OBJETIVOS	REFERENCIAL	QUESTÕES NORTEADORAS	PROCEDIMENTOS	ANÁLISE
Apresentar o Programa Residência Técnica como elemento de uma Política Pública do Trabalho	2.2 <a href="#">POLÍTICA PÚBLICA</a> 2.3 <a href="#">POLÍTICA PÚBLICA E TRABALHO</a>	<i>Enquanto parte de uma política pública o RESTEC foi/é... A situação problema existente era... Quanto ao atendimento das demandas locais, o RESTEC ... A contribuição para a sociedade...</i>	Levantamento Bibliográfico  Análise documental  Entrevista narrativa	Análise de Conteúdo
Identificar informações, imagens e atitudes relacionadas ao Programa Residência Técnica	2.1 <a href="#">TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS</a>	<i>Tudo começou quando... Para mim o RESTEC foi/é... Eu associo o RESTEC a... O Programa Residência Técnica representou para mim... De positivo ficou... De negativo... Atitudes neutras...</i>	Levantamento bibliográfico  Análise documental  Entrevista narrativa	Análise de conteúdo
Analisar os desdobramentos do Programa Residência Técnica na vida profissional dos participantes	2.1 <a href="#">TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS</a> 2.2 <a href="#">POLÍTICA PÚBLICA</a> 2.3 <a href="#">POLÍTICA PÚBLICA E TRABALHO</a>	<i>As práticas vivenciadas no RESTEC trouxeram...</i>	Levantamento bibliográfico  Análise documental  Entrevista narrativa	Análise de conteúdo

FONTE: Elaborado pela autora (2015).

A partir da reflexão teórica a pesquisa expande sua aplicação ao objeto empírico. A investigação empírica buscou verificar se os conteúdos bibliográficos e documentais legitimam a realidade. Instrumentalizada nesta pesquisa, por meio de entrevista narrativa. O QUADRO 11 apresenta as técnicas utilizadas, as fontes e abrangência.

QUADRO 11 - TÉCNICAS DE COLETA

Técnica	Fontes de dados	Abrangência
Análise documental	Leis, Decretos, Publicações e Controles internos do RESTEC	21*
Entrevista narrativa	Gestores e Executores (SEOP e UFPR)	5
	Alunos Residentes	23

FONTE: Dados da pesquisa

\*entre mais de 200 documentos (físicos e eletrônicos; públicos e de acesso restrito), 21 foram compilados e analisados.

Oliveira e Paiva (2008) afirma que a pesquisa narrativa consiste na coleta de histórias sobre um tema onde o investigador encontrará informações para entender determinado fenômeno. E podem ser obtidas por meio de vários métodos: entrevistas, diários, autobiografias, gravação de narrativas orais, narrativas escritas, e notas de campo.

As entrevistas narrativas foram coletadas sob diferentes formatos: de forma presencial, gravadas em meio eletrônico; via redes sociais, e complementadas, por correio eletrônico.

As narrativas se caracterizam como documentos que são escritos pelos próprios sujeitos da pesquisa sobre uma determinada situação e contexto profissional. Um aspecto importante e interessante com o qual a narrativa escrita pode contribuir é na compreensão de um acontecimento que, de alguma forma, marcou o sujeito pesquisado, como a vivência desse fato foi observada, sentida e pensada. (COELHO; MONTEIRO, 2012, p. 35)

A narrativa escrita também é utilizada para analisar as Representações Sociais. Silva Leme; Bussab; Otta (1989) utilizaram para investigar a representação social da Psicologia e do Psicólogo entre 1976 e 1984. Assim como Holzmann (2013) por meio de entrevista narrativa escrita, coletada em forma de poesia, buscou captar as percepções acerca dos conhecimentos produzidos em saúde mental no Estado do Paraná.

Destarte, esta pesquisa permitiu que os entrevistados utilizassem diferentes formas para expressar as suas representações sociais sobre o RESTEC.

Às solicitações foi anexado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A), e, o roteiro com a proposta para a narrativa (Apêndice B). A estratégia de coleta será detalhada a seguir.

### 3.4 ESTRATÉGIA DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A coleta de dados se deu a partir de duas fontes de evidência: a análise de documentos e as entrevistas narrativas.

Para a análise documental foi elaborado um Protocolo de Pesquisa (Apêndice C), visando a coleta de informações junto a decreto, editais e legislação pertinentes ao RESTEC. A partir desta análise prévia foi possível identificar os atores participantes dentro da Secretaria de Obras do Estado, sendo um destes servidores, que cedeu relatórios e outros documentos administrativos do período. Destaca-se, que este material foi essencial para o acesso aos dados dos alunos residentes e apuração das informações referentes ao desenvolvimento do Programa.

As informações relativas e esses documentos passaram pelos seguintes procedimentos: dentre os materiais disponibilizados em mídia digital, foram selecionadas as planilhas que apresentavam a relação total dos alunos aprovados para cada uma das duas turmas da primeira versão do Programa. Entre os documentos disponibilizados, havia informações dos alunos desistentes em cada turma. Estes foram removidos das planilhas iniciais, bem como os servidores da SEOP, permanecendo no banco de dados somente os alunos que efetivamente concluíram o Programa e que se encontravam fora do mercado de trabalho. Tais planilhas continham informações como: nome completo, formação educacional, documentos pessoais, endereço, naturalidade, *e-mail* e telefone.

A pesquisa documental possibilitou identificar os objetivos, normas, diretrizes, e principais participantes do Programa, para assim possibilitar a construção da categorização das Representações Sociais.

Tendo em vista a sustentação na TRS, para as entrevistas buscou-se uma técnica de coleta que permitisse encorajar os envolvidos no Programa Residência Técnica a contar suas experiências e percepções. Optou-se pela entrevista narrativa. A entrevista narrativa tem em vista uma situação que encoraje e estimule o informante (neste tipo de entrevista o informante é o entrevistado) a contar a história sobre algum acontecimento importante da sua vida e do contexto social. (JOVCHELOVITCH; GASKELL, 2013).

As narrativas são um método utilizado em pesquisas nas Ciências Sociais. “Não há experiência humana que não possa ser expressa na forma de uma narrativa” (JOVCHELOVITCH; GASKELL, 2013, p. 91). Por meio da entrevista narrativa é possível encorajar o sujeito a contar algo sobre algum acontecimento da sua vida e do contexto social. Tendo por base a ideia de reconstrução de acontecimento sociais a partir do ponto de vista dos informantes, a influência do entrevistador nas narrativas deve ser mínima (MUYLAERT *et. al.*, 2014).

Uma das funções da entrevista narrativa é contribuir com a construção histórica da realidade (BERGER; LUCKMANN, 1984), que partindo do relato de fatos passados, promove o futuro, visto que no passado há também potencial de projetar o futuro. O recurso da narrativa coincide com a perspectiva de movimento, no sentido teórico, ou seja, por meio dela é possível conduzir a uma nova representação do objeto em estudo (MUYLAERT *et. al.*, 2014).

É um instrumento para investigar representações da vida pública. Ou seja, um programa governamental pode ser investigado a partir deste prisma. É um método de pesquisa qualitativa, não estruturada, de profundidade, com características específicas. O esquema narração substitui o esquema pergunta-resposta que define a maioria das situações de entrevista. Pressupõe-se que a perspectiva do entrevistado se revela melhor nas histórias onde o informante está usando sua própria linguagem espontânea na narração dos acontecimentos. (JOVCHELOVITCH; GASKELL, 2013).

Um dos indicadores diferenciais para a entrevista narrativa são projetos onde várias versões estão em jogo. Diferentes atores constroem histórias diferentes, e as maneiras como elas diferem são fundamentais para se aprender a dinâmica plena dos acontecimentos. Assim, a percepção de

diferentes atores sobre um mesmo acontecimento e/ou objeto é enriquecedora. (JOVCHELOVITCH; GASKELL, 2013).

Algumas proposições da Entrevista Narrativa que foram fundamentais para a decisão sobre o uso destas na pesquisa:

- I. a narrativa privilegia a realidade do que é vivenciado pelos contadores de história: a realidade de uma narrativa é aquilo que é real para o contador;
- II. as narrativas não copiam a realidade do mundo fora delas: elas propõem representações/interpretações particulares do mundo;
- III. as narrativas não são abertas à comprovação e não podem ser submetidas a julgamento de verdadeiras ou falsas: elas expressam a verdade de um ponto de vista, de uma situação específica no tempo e no espaço;
- IV. as narrativas estão sempre inseridas no contexto sócio histórico.

Assim, para estabelecer a fidelidade da narrativa o pesquisador precisa organizar informações adicionais de fontes diferentes, para cotejar com material secundário e revisar a literatura ou documentação sobre o objeto a ser investigado. (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2013). Dessa forma, na discussão dos resultados e análise das narrativas são apontados os pontos confirmados pela análise documental.

Para a elaboração do Roteiro da Entrevista Narrativa (Apêndice B) levou-se em consideração o objeto teórico de estudo (Representações Sociais) e o objeto empírico (Programa Residência Técnica). O roteiro teve por base teórica o conteúdo sobre TRS (dimensões: informação, imagem e atitude) e Políticas Públicas relacionadas ao mundo do trabalho (construção, desenvolvimento e resultados de um projeto). A linguagem utilizada, de forma intencional, convidava o participante a contar a sua história, com frases que o levariam a falar sobre como tudo teve início, a situação problema, o atendimento às demandas sociais, a representação do RESTEC como parte de um projeto a partir de uma Política Pública, a contribuição para a sociedade, a Representação Social dos residentes sobre o Programa para sua vida profissional (emprego e trabalho), na sua identidade social (saberes e práticas que constroem laços para formar a sociedade) e nas suas atitudes (positivas, negativas e neutras).

As narrativas foram coletadas e gravadas ou redigidas com consentimento dos entrevistados, após, procedeu-se com a transcrição das entrevistas para, possibilitar sua análise. Ao todo foram realizadas 28 entrevistas. Com o resultado dessas transcrições foi possível estabelecer as categorias para análise e discussão dos resultados.

#### 4.5 Análise, interpretação e discussão dos Dados

A análise documental visa dar forma conveniente e representar de outro modo as informações presentes no documento, com o propósito de armazenar sob uma forma variável e facilitar o acesso do observador, de modo que este consiga extrair o máximo de informação (aspecto quantitativo) e pertinência (aspecto qualitativo) (BARDIN, 2004). Instrumentalizada pela análise de conteúdo que “é uma construção social” (BAUER; GASKELL, 2013, p. 203).

Assim, também a análise dos dados das entrevistas, realizou-se em três etapas: a transcrição das narrativas; leitura do material, interposto com a escuta das narrativas, procurando captar as verbalizações principais relacionadas à TRS; por fim, a partir dos objetivos da pesquisa, categorizar os dados, e interpretá-los de acordo com o referencial teórico de sustentação da pesquisa.

Acredita-se que a análise de conteúdo seja a técnica adequada para compreensão e interpretação de dados provindos da perspectiva teórica de Representações Sociais, pois, é utilizada quando se quer ir além dos significados, da leitura simples do real e pode ser aplicada a todos os instrumentos de coleta desta pesquisa. Aplica-se a tudo que é narrado em entrevistas ou depoimentos, ou mesmo escrito em jornais, textos ou panfletos, como também em imagens de filmes, pinturas, televisão e toda comunicação não verbal como: gestos, comportamentos e outras expressões. O tratamento descritivo constitui a primeira fase do procedimento.

Preconizada por Bardin (2004) utiliza-se nesta pesquisa a análise por categorização. “É uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (p. 111). O critério

para categorizar pode ser: semântico (categorias temáticas), sintático (verbos, adjetivos), lexical (classificação das palavras de acordo com o seu sentido) e expressivo (categorias que classificam as diversas perturbações da linguagem). Classificar em categorias impõe a investigação do que cada elemento tem em comum com os outros, e o que propicia o seu agrupamento é a parte comum existente entre eles. Comporta duas etapas: o inventário - isolando os elementos; e a classificação - repartindo os elementos, e impondo certa organização às mensagens. A categorização é semelhante à análise documental em seu objetivo: fornecer, por condensação uma representação simplificada dos dados brutos. A análise por categorias é cronologicamente a técnica mais antiga dentro da análise de conteúdo, e na prática, a mais utilizada.

Utilizou-se a categorização subsidiada por análise temática, na qual se recortam as narrativas e a partir da leitura surgem categorias sobre os conteúdos. Levou-se em conta a frequência dos temas extraídos do conjunto das narrativas considerados como dados segmentáveis e comparáveis.

As etapas para a análise dos dados foram:

- I. Transcrição das narrativas individuais (as captadas por áudio);
- II. Leitura dos textos transcritos;
- III. Seleção de termos ou palavras geradores de categorias;
- IV. Categorização das narrativas;
- V. Comparação das categorias provenientes dos grupos de participantes.

#### 3.4.1.1 Descrição e Interpretação dos dados

As narrativas são consideradas interpretações e representações de algo, expressando a verdade de um ponto de vista em determinado tempo, espaço e contexto sócio histórico. Dessa forma, se lida com as representações das experiências de outros ao interpretá-las a partir da interação estabelecida (MUYLEAERT *et. al.*, 2014).

As narrativas foram lançadas no Wordle.net (2015), uma ferramenta gratuita para análise semântica (nuvem de palavras) que hierarquiza e

seleciona conteúdos pelo seu peso apresentado no texto analisado. Por intermédio desta, foi possível ilustrar um panorama geral e ilustrativo das palavras mais frequentes presentes nas narrativas. Salientando que este procedimento serviu apenas como elemento complementar à análise de conteúdo por categorização, pois, as Representações Sociais não podem ser analisadas somente em palavras, mas sim, precisam estar alinhadas ao contexto e sentido que é dado a elas.

Levou-se em consideração, para esta análise a abordagem de Spink (2004) ao afirmar que independente dos procedimentos para coleta e análise dos dados, não podem se distanciar de duas arenas de consenso:

I. Ênfase nas condições de produção (só pode ser analisado no contexto social que emerge e circula, contexto este, presente nos estudos sob duas formas: mediante o estudo de situações complexas – instituições, comunidades e eventos; ou, focalizando atores socialmente definidos). Desse modo, a pesquisa buscou focar nos participantes de um Projeto inserido em uma Política Pública;

II. Uso de material espontâneo – a conversação está no centro do universo consensual, pois, ela molda e anima as representações, dando-lhes vida própria. Assim, justifica-se a opção pela entrevista narrativa.

A autora ainda alerta que a Representação Social permite desenvolver estudos descritivos populacionais derivados de análises estatísticas, como também, estudos individuais dinâmicos. Neste caso, as representações seriam os dados empíricos que são direcionados para um processo de análise que os insere no movimento histórico (individual e social), permitindo assim chegar às categorias que constituem o psiquismo humano.

#### 3.4.1.2 Categorização Descritiva

De acordo com o referencial teórico duas categorias foram previamente definidas: 1) Um projeto a partir de uma Política Pública; 2) Mercado de Trabalho e Perspectivas Profissionais. Uma terceira categoria surge a partir da leitura das narrativas e agrupada como 3) Outras revelações. Dentro de cada

uma destas categorias emergem contextos específicos relacionados às três dimensões da TRS e que possibilitam responder: Quem sabe e de onde sabe? O que sabe e com que efeitos?

Para auxiliar na análise de conteúdo por categorização, foi utilizado o *software Atlas TI® (2015)*. Trata-se de um conjunto de ferramentas que suporta a análise de textos escritos, arquivos de áudio e vídeo, além de dados visuais e gráficos. Instrumento considerado adequado para trabalhar análise de conteúdo e categorização de informações provenientes da pesquisa qualitativa, conforme segue descrito mais detalhadamente a seguir.

A análise de conteúdo é realizada por categorização, dividindo o texto em três partes: na primeira - a transcrição, na segunda - uma primeira redução visando condensar o texto e na terceira, separam-se apenas as palavras-chave que permitem desenvolver as categorias. Inicialmente, a partir de cada narrativa coletada, posteriormente interpretando conjuntamente as demais narrativas e relatos documentais (agrupando e comparando as trajetórias individuais) com todos os aspectos relevantes tanto aos informantes quanto ao pesquisador (MUYLAERT *et. al.*, 2014).

A pesquisa buscou interpretar as RS como elas sendo um fenômeno, um objeto de investigação, ou seja, elementos da realidade social. (GUARESHI, 2003). A metodologia empregada se assemelha muito a maioria das metodologias empregadas para esta finalidade. Primeiro identifica-se a partir das expressões ou narrativas, as unidades de sentido (semelhanças semânticas, que agrupadas se constituem categorias). As categorias formam a Representação Social do fenômeno em estudo. Das narrativas foram definidas as categorias, e estas, relacionadas às três dimensões retiradas da Teoria das Representações Sociais apontadas por Sergé Moscovici: informação, imagem e atitude. Procedimento este, facilitado pelo mapa conceitual realizado pelo software Atlas TI (2015).

Para a interpretação, partiu-se do pressuposto de que uma Representação Social é uma forma de saber prático que liga um sujeito a um objeto. Saber este, que leva a: Quem sabe e de onde sabe? - cuja resposta se relaciona à produção e circulação das representações; O que e como se sabe? - relacionada à pesquisa dos processos e estados das Representações; Sobre

o que se sabe e com que efeito? - enfatizando o aspecto epistemológico das Representações Sociais (JODELET, 1989).

O QUADRO 12 ilustra as etapas da categorização.

QUADRO 12 – CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

<b>Categorias</b>	<b>Dimensão TRS</b>	<b>Questionamentos</b>
5.2.1 Um Projeto a partir de uma Política Pública	I – IM - A	Quem sabe e de onde sabe? (sujeitos x objeto)
5.2.2 Mundo do Trabalho e Perspectivas profissionais	IM-A	
5.2.3 Outras Revelações	IM-A	O que sabe e com que efeitos? (representações)

FONTE: Elaborado pela autora (2015) com base nos dados da pesquisa

\*Informação (I) = tomar conhecimento do objeto

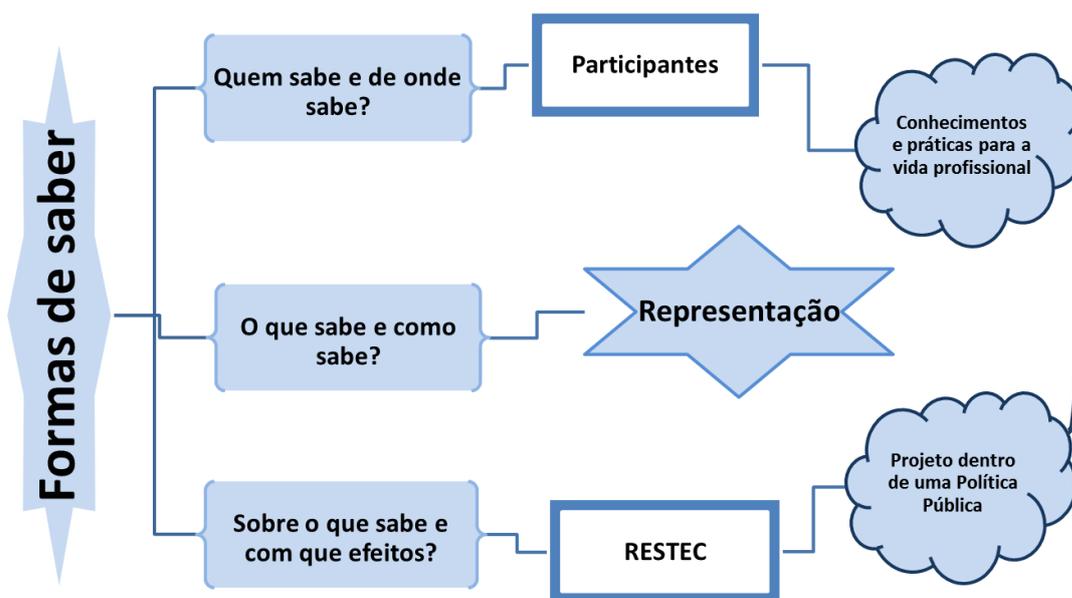
\*Imagem (IM) =pressupostos do objeto

\*Atitude (A) =avaliação do objeto

Após a categorização, apresentada no QUADRO 12, utilizou-se o Atlas Ti para auxiliar na organização das narrativas e que pudessem contribuir para a análise e interpretação dos conteúdos.

A FIGURA 7 esquematiza o processo utilizado para analisar as representações de um saber prático que liga os sujeitos (participantes) a um objeto (RESTEC),

FIGURA 7 - ESTRUTURA DE ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS



FONTE: Adaptado de Jodelet (1989)

Os resultados desta análise se referem às duas fontes de coleta de dados: documental e narrativas, e serão apresentados e interpretados pelas categorias citadas, a partir das dimensões das Representações Sociais descritas no QUADRO 12.

#### 4 O PROGRAMA RESIDÊNCIA TÉCNICA

Um das primeiras informações publicadas sobre a implantação de um Programa de Residência Técnica no setor de engenharia teve origem nas atividades do Programa de Qualidade e Produtividade na Construção Civil RS (PQPCC/RS) criado em 1992 pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Rio Grande do Sul (SINDUSCON/RS), e contava com a participação de empresas do setor, órgãos públicos de pesquisa e as principais universidades gaúchas. Oriundo de um processo de melhoria de qualidade setorial foi concebido para aproximar a comunidade acadêmica e o mercado empresarial. Foi implantado na PUCRS um Programa piloto, entre outubro de 1994 e outubro de 1995, atendendo um perfil de engenheiros recém-formados para atuação na área de gerenciamento na construção civil. Tal proposta buscava cumprir os seguintes objetivos:

- I. minimizar a dicotomia existente entre formação teórica e prática, oportunizando o exercício profissional ao vincular conhecimentos teóricos e práticos;
- II. aprimorar a formação dos egressos dos cursos, aproximando-os do perfil exigido pelo mercado de trabalho;
- III. oportunizar aos recém-formados a adaptação à carreira em um processo apoiado pela universidade e órgão/empresa contratante;
- IV. distinguir os cursos de determinada universidade pela oferta de profissionais mais adaptados às exigências do setor;
- V. aproximar a universidade das instituições de classe e da comunidade empresarial permitindo maior permeabilidade de exigências e anseios recíprocos, obtendo-se ganhos diretos pelo desenvolvimento de projetos comuns, permanente atualização de currículos, aproximação das empresas às tecnologias disponíveis na universidade e vice-versa, etc.;
- VI. qualificar a oferta de profissionais ao mercado (GIUGLIANI *et. al.*,

1999).

Visando atender:

- I. universidade - com a meta de qualificar a formação oferecida e aproximar-se do mercado;
- II. empresas e seus órgãos representativos – que buscam mão de obra mais qualificada, com menor investimento em treinamento e retorno mais ágil na produção;
- III. estudantes - oportunidade de acessar o mercado de trabalho em condições sustentadas, recebendo formação complementar e com remuneração ao longo do período;
- IV. entidades de classe – com o papel de atuarem institucionalmente para aprimoramento do setor e tendo no Programa um instrumento eficiente para contribuir com o aperfeiçoamento do meio profissional (GIUGLIANI *et. al.*, 1999).

Os resultados obtidos indicaram que 50% dos alunos que concluíram o Programa na PUCRS receberam convites para permanecerem nas empresas parceiras e outra parcela significativa manifestava interesse pela contratação, mas, por dificuldades financeiras inerentes à situação de crise do mercado, à época, não o fizeram. Já em pesquisa pelo SINDUSCON RS junto às empresas contratantes, apurou-se 90% de satisfação. Índices estes utilizados para recomendação ao SENAI RS para manutenção do apoio financeiro ao projeto, observando o cumprimento das metas propostas (GIUGLIANI, 1999). Contudo, não houve mais qualquer publicação de iniciativa nesta área pela PUCRS, que tem mantido somente o programa de residência multiprofissional em saúde.

Há iniciativas de projetos semelhantes ao RESTEC em outros Estados. Na Bahia, a partir de 2013, se configurou uma residência técnica voluntária (os residentes não recebiam bolsa). Em setembro de 2015, a USP abriu inscrições para a modalidade de Residência Técnica com bolsa auxílio para atuação na Prefeitura de São Paulo, informando ser este um dos programas pioneiros no país precedido apenas pelo Estado da Bahia (USP, 2015). No entanto, o Programa Residência Técnica no Estado do Paraná antecedeu a estes, sendo instituído em 2008, por meio de uma parceria entre Governo do Estado do

Paraná, Secretaria de Obras Públicas e a Universidade Federal do Paraná (PARANÁ, 2010a).

Em 2011, o Programa passou a ser gerido pela autarquia denominada Paraná Edificações, instituição subordinada ao Departamento de Logística e Infraestrutura do Estado do Paraná, atuando em parceria com as Universidades Estaduais (Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Centro-Oeste) ofertando cursos de especialização em gestão pública para diferentes áreas do conhecimento: Serviço Social, Psicologia, Direito, Ciências Contábeis, Administração, Pedagogia, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Secretariado, Engenharia da Computação por meio de parceria com a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS).

As próximas seções pretendem demonstrar alguns aspectos do RESTEC como projeto a partir de uma Política Pública, dimensionados em:

- I. Criação, natureza e funcionamento;
- II. Construção e desenvolvimento; e,
- III. Atores participantes.

#### 4.1 CRIAÇÃO, NATUREZA E FUNCIONAMENTO

As Políticas Públicas têm sua origem na Constituição Federal, uma vez que regulamentam direitos dos cidadãos. A Constituição determina as competências do Estado, sendo a primeira referência legal para a elaboração, execução e avaliação das Políticas. A partir dessa referência macro, cada Política tem seu marco legal estabelecido por legislação específica (DIAS e MATOS, 2012).

A primeira autorização legal para um Programa de Residência Técnica foi instituída pela Lei 9.933/1999 ao dispor sobre as competências do CONMETRO e do INMETRO. Em sua redação concebia o estabelecimento de parcerias com entidades de ensino para a formação e especialização profissional nas áreas de sua atuação, inclusive para programas de residência técnica (BRASIL, 1999).

Para a criação do RESTEC no âmbito do Estado do Paraná, exigências legais levaram à necessidade de se aprovar na Assembleia Legislativa a Lei Estadual nº 14.803 sancionada em 20 de julho de 2005, e regulamentada pelo Decreto Estadual 5.554/05 (Anexo B), publicado em diário oficial em 20 de outubro de 2005 (PARANÁ, 2005).

De acordo com o Art. 1º, § 9 a §12 que instituiu o Programa:

[...] os alunos residentes realizarão atividades de natureza teórica, no ambiente acadêmico das Instituições de Ensino Superior conveniadas, e atividades práticas junto aos órgãos das Secretarias de Estado e entidades autárquicas, exercendo, em caráter exclusivamente de apoio, funções inerentes à respectiva formação profissional, devidamente supervisionada e acompanhada por profissional técnico do quadro de servidores efetivos do Estado, com formação em ensino superior na área de atuação, e pela Instituição de Ensino Superior conveniada (PARANÁ, 2008)

Para o crescimento socioeconômico sustentável e para o aumento da competitividade dos produtos circulantes, é fundamental a qualidade e disponibilidade da infraestrutura oferecida à sociedade. Dessa forma, a gestão das obras públicas está envolvida na maior parte das operações relacionadas a este crescimento e, conseqüente aumento da competitividade (PARANÁ, 2010b).

Deste modo, o Programa Residência Técnica da UFPR visava capacitar engenheiros e arquitetos na área de edificações públicas. Parte das vagas destinava-se para servidores públicos e as demais para profissionais formados há até três anos, que seriam distribuídos em 35 municípios do Estado do Paraná. O objetivo foi permitir que jovens recém-formados aprendessem a gerir obras públicas, além de preparar os servidores estaduais para a execução de obras com a qualidade esperada. Uma modalidade de ensino à distância, na forma de pós-graduação -curso de especialização (lato sensu), com duração de dois anos e até quarenta horas semanais de atividades, dividido em aulas práticas e teóricas (PARANÁ, 2010a).

O escopo e o compromisso do Programa iniciaram articulando a Secretaria de Obras Públicas do Paraná com os profissionais das áreas de engenharia e arquitetura, para suprir uma necessidade da sociedade e auxiliar o governo na entrega de obras públicas esperadas pela população. Articular o

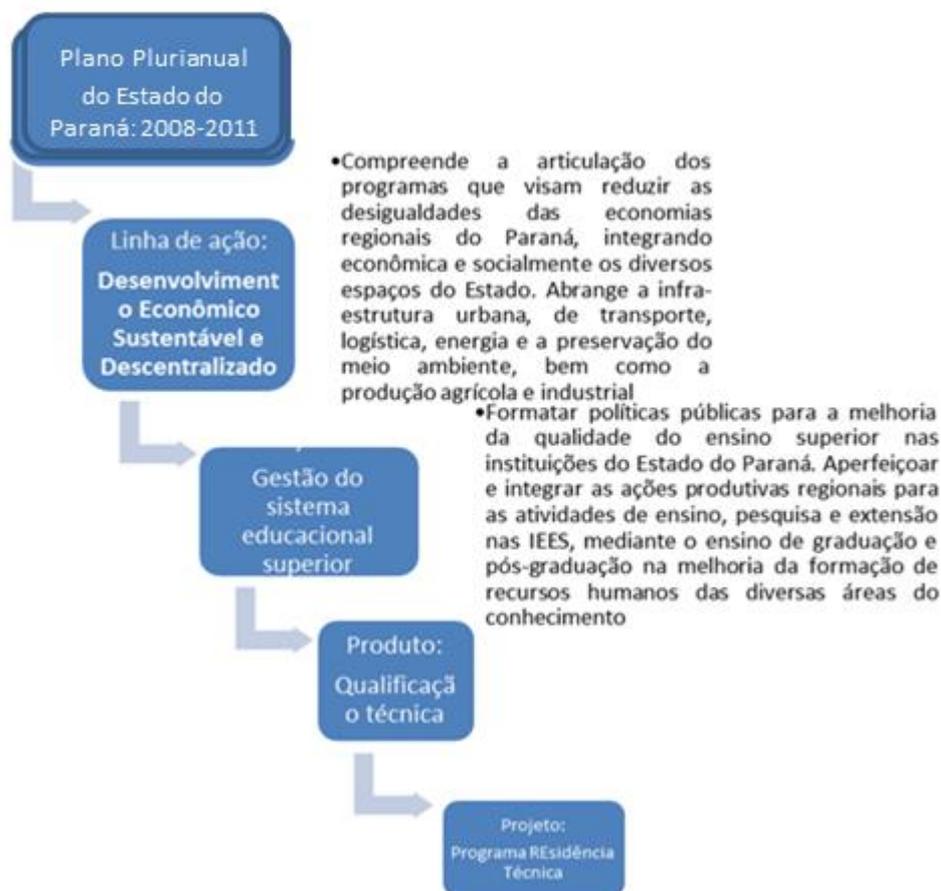
Programa com os setores produtivos da sociedade era o cerne da proposta, e por meio da interação com os setores produtivos relacionados à gestão de obras públicas, possibilitada pela inserção dos atores acadêmicos, a Universidade toma conhecimento dos problemas, desafios e interesses deste setor, e, nesse processo, direciona seus esforços para contribuir com a solução ou atendimento. Ao fazer isso, a Universidade contribui diretamente para o desenvolvimento econômico do País (BRASIL, 2009).

No âmbito do convênio entre o Estado do Paraná, a Secretaria de Obras Públicas e Universidade, a UFPR iniciou um Curso de Pós-graduação lato sensu que abrigou engenheiros civis e arquitetos oriundos das instituições de ensino, com até três anos da formatura, que ainda não tivessem oportunidade de exercer de maneira formal a sua profissão. Portanto, estes profissionais tornar-se-iam alunos de pós-graduação da UFPR, do Setor de Tecnologia, sendo capacitados em Gestão de Obras Públicas das áreas de engenharia e arquitetura.

Quando foi proposto, o Programa contemplava a atividade de formação prática e curso na modalidade de Educação a Distância (EAD) denominado “Especialização em Gestão de Obras Públicas” desenvolvido pelo Setor de Tecnologia da UFPR, atendia a uma demanda da SEOP, além da carência do Governo do Estado do Paraná de capacitação para seus engenheiros e arquitetos, e da falta de profissionais em suas unidades de trabalho. A justificativa para ofertar o curso foi a necessidade de treinamento de seu público alvo espalhado pelas cidades do interior do Estado do Paraná (FREITAS *et. al.*, 2007). Adicionado a isso a possibilidade de agregar novos conhecimentos à universidade por meio da experiência dos residentes (FREITAS *et. al.*, 2011).

Um Programa é um conjunto de ações de intervenção em determinada área. O RESTEC é um Projeto dentro de um Programa que se origina de um Plano de Governo, caracterizado na FIGURA 8.

FIGURA 8 – PLANO, PROGRAMA E PROJETO



FONTE: Adaptado de PARANÁ (2007)

Plano: Plurianual

Estratégia: Desenvolvimento Econômico sustentável e descentralizado

Programa: Ensino Superior e Desenvolvimento Científico-Tecnológico

Ação: Gestão do sistema educacional superior

Produto: Qualificação Técnica

Projeto: Programa Residência Técnica

Segundo o PPA do Estado do Paraná (durante o período de 2008-2011), o Programa Residência Técnica estava enquadrado no Plano como eixo do Programa 'Ensino Superior e Desenvolvimento Científico-Tecnológico' na categoria 'Gestão do Sistema Educacional Superior' com a finalidade de formatar Políticas Públicas para a melhoria da qualidade do ensino superior

nas instituições do Estado do Paraná. “O relatório do Plano Plurianual - PPA estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas físicas e financeiras da administração pública na forma de programas” (PARANÁ 2007, p. 60). Concebido como um programa de primeiro emprego, por meio de repasse do Tesouro no valor de R\$ 450.000,00, visava:

Incentivar e preparar profissionais das áreas de engenharia civil e arquitetura para o primeiro emprego, através do “Programa de Residência Técnica”, instituído pela Lei 14.805/05 e regulamentado pelo Decreto 5.554/05. Promover a qualificação desses profissionais para atuar nas diversas etapas da execução de obra pública, permitindo significativo crescimento. Garantir o recebimento do acervo técnico que lhes proporcionará a experiência necessária para atividades autônomas, participação em concursos públicos ou mesmo como membros do mercado fornecedor de serviços de engenharia para o Estado (PARANÁ, 2007).

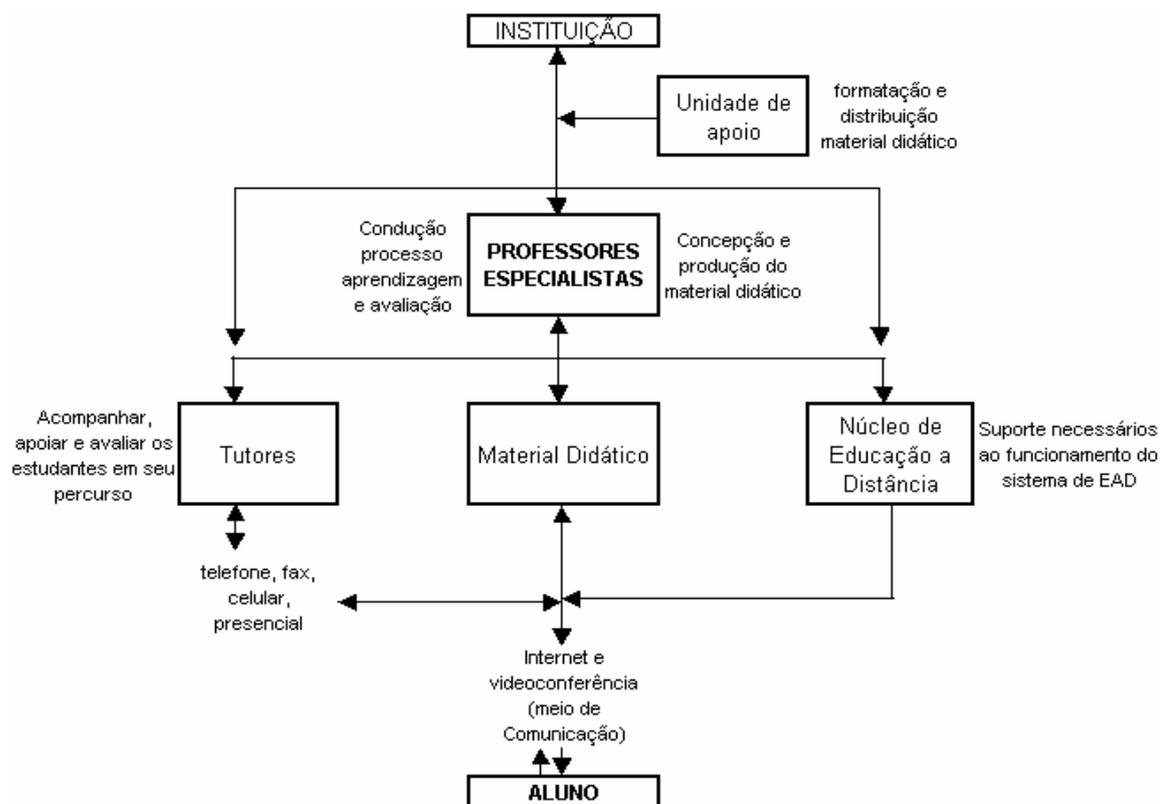
Foram consideradas na definição do escopo do primeiro curso do Programa em 2007, as necessidades informadas pela Secretaria do Governo. Foram identificadas carências na área de gestão de obras públicas, relacionadas com os engenheiros e arquitetos. Assim, foram mapeadas as características técnicas e gerenciais requeridas para o perfil ideal dos profissionais que deveriam ser formados pelo curso. O perfil também foi baseado em pesquisas científicas realizadas na UFPR. Dessa forma, tais estudos e discussões conduziram a oferta das disciplinas identificadas como essenciais para o curso (FREITAS *et. al.*, 2007).

Os demais recursos disponíveis foram distribuídos da seguinte forma:

- I. pessoas: professores mestres, especialistas e doutores da UFPR, engenheiro sênior da SEOP, dois tutores, psicóloga da Secretaria de Estado de Obras Públicas – SEOP;
- II. equipamentos: disponíveis computadores na UFPR e na SEOP - Salas equipamento de videoconferência em Curitiba, Ponta Grossa, Guarapuava, Cascavel, Maringá, Londrina e Pato Branco. Plataforma de software e a infraestrutura da UFPR;
- III. financeiros: Fundo Paraná e previsão de orçamento da SEOP.

A estrutura do curso está representada na FIGURA 9.

FIGURA 9 – ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO DO CURSO



FONTE: FREITAS *et. al.* (2007, p. 1D07 – 9)

O Programa Residência Técnica foca nas necessidades emanadas por cada Secretaria/Órgão, para cumprimento de sua missão. Carbone *et. al.* (2006) definem competências como a combinação sinérgica de conhecimentos, habilidades e atitudes que são expressas pelo desempenho profissional dentro de determinado contexto organizacional agregando valor às pessoas e organizações. As ações de capacitação são desenhadas estrategicamente visando alinhar competências técnicas, organizacionais, gerenciais, humanas e sociais às metas estabelecidas para atender ao Plano de Governo (GIACOMINI; RIBEIRO; ZIOBRO, 2011).

No projeto pedagógico do curso de Residência Técnica procurou-se estabelecer as competências dos profissionais com base em habilidades que envolvem todas as dimensões de atuação. Esta perspectiva implica rupturas na dinâmica interna dos espaços institucionais como, também, nos demais espaços que o indivíduo atua como cidadão. O trabalhador, ao articular saberes em face dos problemas encontrados em seu trabalho, atua criticamente. Ele é envolvido como um todo, rompendo-se com as delimitações

impostas pelo mero fazer, atingindo-se o seu ser (DESAULNIERS, 1997). Alicerçada a partir de quatro aprendizagens fundamentais, coloca-se ênfase no saber ser, sobre o qual se fundam os demais saberes: saber-fazer, saber-aprender e saber-conviver (DELORS, 2001).

#### 4.2 CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO RESTEC

Residência Médica, Residência multiprofissional e mesmo a Residência Técnica, sempre apresentaram uma variedade de projetos metodológicos, mas, todos defenderam a utilização de metodologias ativas e participativas e a educação permanente como eixo pedagógico. São estas as inovações, aperfeiçoamentos e ousadias que seguem apresentados pelos Programas. Demonstrando na prática, de forma dinâmica, que se trabalha para promover a solução dos problemas, de forma transdisciplinar, intersetorial, atentos às questões socioeconômicas, culturais, ecológicas e religiosas (BRASIL, 2006).

Dentro do contexto político social, o estabelecimento de financiamento regular para os Programas de Residências Técnicas e o investimento na sua potencialidade pedagógica e política, tem por objetivo possibilitar tanto a formação de profissionais quanto contribuir com a mudança do desenho econômico social do mercado de trabalho (BRASIL, 2006).

O objetivo principal do convênio que deu origem ao RESTEC foi atendido pelo curso de pós-graduação a distância e às ações de residência técnica que congregaram os profissionais envolvidos (alunos e profissionais do Governo do Estado) numa rede de colaboração abrangendo todo o Paraná e com sua base instalada na UFPR. Além da formação de jovens recém-formados, o Programa atuou na preparação de servidores estaduais para executar obras públicas, reforçando e contribuindo com a governança, ou seja, a forma com que recursos econômicos e sociais são gerenciados, visando promover o desenvolvimento (PARANA, 2010a; PEREIRA, 2009).

O QUADRO 13 complementa o QUADRO 7, já apresentado, com informações específicas do RESTEC.

QUADRO 13 – COMPONENTES DO PROGRAMA RESIDÊNCIA TÉCNICA

Beneficiários pretendidos	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Engenheiros, arquitetos, ou tecnólogos formados até 36 meses para atuar na Secretaria de Obras do Estado do Paraná e em seus escritórios regionais</li> <li>- Mecanismos de recrutamento: processo seletivo com prova, análise de currículo e entrevista</li> <li>-Divulgado em Universidades, Agencia do trabalhador, programas de rádio, CREA</li> </ul>
Contexto institucional previsto para implementação do programa	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Convênio entre SEOP PR e UFPR.</li> </ul>
Forma prevista de execução	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Atividades e recursos humanos: A UFPR encarregada da especialização em gestão de obras públicas e a SEOP com as atividades práticas divididas da seguinte forma: 30 horas de aulas em serviço e 10 horas de aulas teóricas</li> <li>-Materiais (equipamentos, infraestrutura) das aulas foram cedidos pela UFPR</li> <li>- Materiais e objetos de trabalho – fornecidos pela SEOP</li> <li>-Informação e sistema de informação – construídos e cedidos pela UFPR em parceria com as Universidades Estaduais</li> <li>-Duração de até 24 meses concomitante com o curso da especialização</li> </ul>

FONTE: Adaptado de Costa; Castanhar (2003).

No Paraná pelo menos 11.300 funcionários públicos receberam certificação em cursos de capacitação nas áreas de gestão de pessoas, planejamento, logística pública, tecnologia da informação e comunicação. Em 2013, implantou-se uma câmara técnica específica para tratar dos cursos de graduação, pós-graduação e residência técnica (SOUZA, 2004; PARANÁ, 2013).

No Brasil, a Residência é uma realidade no campo da medicina e sua aplicação em outras áreas foi um modelo pioneiro, que trazia riscos, tais como: falta de recursos (inadequado dimensionamento), a burocracia das instituições públicas, a equipe multidisciplinar necessária, novo embasamento jurídico e necessário (FREITAS *et. al.*, 2007).

#### 4.3 ATORES PARTICIPANTES

Necessidade estratégica do Estado é a de manter estreitos vínculos com setores da sociedade e, conseqüentemente, o fará com aqueles que são reais demandantes, não só pela possibilidade de prever ou acomodar demandas,

mas também pela capacidade que tenham de difundir interesses ou amortecer interesses contrários. O fato de demandas serem ou não atendidas não reside exclusivamente na capacidade do Estado reprimi-las ou cooptá-las, reside também, na capacidade dos atores sociais de ganhar espaços, institucionais ou não, assim como conquistar outros atores, estejam ou não representados no aparelho estatal. Assim, quanto mais as demandas forem contrárias aos interesses do Estado, mais necessária será a aliança com outros atores (LOBATO, 2006).

Para que um Programa originado de uma Política Pública se efetive há uma condição fundamental, a capacidade de intervenção de atores políticos envolvidos no processo. Assim, as transformações propiciadas por uma Política Pública só será possível se os agentes demonstrarem “capacidade não só para diagnosticar e analisar a realidade social, econômica e política em que vivem, mas também, interagir e negociar de forma democrática com os atores envolvidos no processo” (RODRIGUES, 2010, p. 25).

Para a construção do Programa Residência Técnica os atores envolvidos em primeira instância foram: Universidade, por meio da UFPR como unidade executora; Governo do Estado do Paraná, por meio da SEOP como unidade gestora; e, Sociedade, em um primeiro momento, por meio dos alunos residentes como unidade atuante. Lembrando ainda que, a sociedade como um todo se beneficia desta parceria, com a melhoria na gestão das obras públicas.

#### I) Universidade - UFPR

No Brasil, as universidades públicas são as principais responsáveis pelo oferecimento dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Como consequência, elas são também as principais responsáveis pela geração da pesquisa e pelo desenvolvimento de atividades de ciência e tecnologia e de interação com a sociedade. Torna-se inevitável, portanto, que as soluções para os desafios enfrentados pelo país contem com a participação direta e imprescindível das universidades federais brasileiras.

A rede federal, como algumas estaduais, pela sua qualidade e presença em todo o território, são referência para assumir uma perspectiva de

profissionalização. A sociedade brasileira reafirma o valor e a importância estratégica do conjunto destas instituições na construção de uma educação profissional duradoura, capaz de responder as demandas de curto, médio e longo prazo. A estruturação de uma rede de Educação Profissional que articule e vincule as demandas do processo produtivo à Política de criação de emprego e renda é imprescindível. Este sistema deve dar-se em torno da Política Pública, Estratégica e de Estado com capacidade para articular não somente as redes e esferas públicas, mas também, as redes, sistemas e iniciativas privadas.

Nesse contexto que a Universidade se insere, cabendo a ela promover a superação da perplexidade, da paralisia teórica e prática, do adesismo e do voluntarismo ingênuo. Enquanto instituição produtora do conhecimento, a Universidade deve oferecer aos governos e aos atores sociais subsídios para as escolhas que precisam ser feitas, os instrumentos científicos de que necessitam para intervenções e atuações lúcidas e comprometidas com a plena emancipação humana. Assim, reconhecer o papel da Universidade Pública no enfrentamento das crises contemporâneas não significa superestimar suas capacidades ou subestimar o que importa enfrentar e superar. Trata-se, sobretudo, de ver a Universidade como parte ativa e positiva de um processo de mudança (BRASIL, 2009).

As instituições de educação superior aportam conhecimentos formais, mas também saberes que dependem das vivências pessoais dos professores e demais agentes educacionais. Este aporte inclui experiências, métodos de trabalho, valores e habilidades que são a base da formação profissional e de um modelo de práticas que oferecem garantias mínimas que os egressos tenham comportamentos, conhecimentos e habilidades característicos da profissão (CAMPOS-HERNADÉZ; GASPAR-HERNANDÉZ; VELÁSQUES-BURGOS, 2015).

Ao longo dos últimos anos, a universidade tem contribuído com as empresas nas atividades de pesquisa e desenvolvimento de produtos; além de gerir o processo de formação e qualificação de pessoas (FREITAS *et. al.*, 2007).

Os Programas de Residência Técnica são uma parceria proposta com as universidades, que trazem benefícios para todos os envolvidos. À

Universidade, pela oferta de cursos de extensão e de especialização, guiando e capacitando as organizações e estimulando ações de educação continuada.

Por isso uma proposta de parceria com as universidades pode gerar benefícios para todos. A universidade podendo ofertar cursos sequenciais de nível técnico e superior, orientando e capacitando tecnologicamente a organização para ofertar cursos de formação a distância e trabalharem juntos em ações de educação continuada, como cursos de especialização e mestrado profissional (FREITAS *et. al.*, 2007). O QUADRO 14 descreve a equipe executora composta por membros da UFPR.

QUADRO 14 - EQUIPE DE EXECUÇÃO - UFPR

Nome	Titulação	Função	Atividades	Carga horária semanal (horas)
Ricardo Mendes Junior	Doutor	Coordenador	Coordenação do projeto; Definição detalhada do cronograma; Definição do escopo; Modelagem; Artigos e Relatórios Técnicos; Relatório Final.	6
Mauro Lacerda Santos Filho	Doutor	Pesquisador	Validação e testes. Orientação na elaboração de material instrucional para Engenharia e Arquitetura, cursos piloto e relatórios técnicos. Relatório Final.	3
Sérgio Scheer	Doutor	Pesquisador TIC	Estudos de tecnologia. Definição do escopo. Elaboração de artigos e relatórios técnicos. Relatório Final.	3
Maria do Carmo Duarte Freitas	Doutora	Pesquisador EAD	Estudos conceituais do problema. Definição do escopo. Estudos ergo-pedagógicos do sistema. Validação e testes. Tutoria nos cursos piloto. Elaboração de artigos e relatórios técnicos. Relatório Final.	6
Suzete de Paula Bornatto	Doutora	Pesquisador EAD	Apoio na elaboração e revisão do material de apoio ao ambiente, manual do professor, manual do aluno e manual do tutor. Tutoria nos cursos piloto.	6

FONTE: RESTEC (2008)

## II) Governo do Estado do Paraná – Secretaria de Obras Públicas

Para que o Estado do Paraná tenha um crescimento socioeconômico sustentável e para o aumento da competitividade dos produtos paranaenses, é fundamental a qualidade e disponibilidade de sua infraestrutura. Assim, a

gestão das obras públicas está envolvida na maior parte das operações relacionadas a este crescimento (PARANÁ, 2010b).

A Secretaria de Obras Públicas do Estado do Paraná foi o órgão que gerenciou a execução dos projetos solicitados pelas outras secretarias estaduais até o ano de 2011. De acordo com a Lei 11.066/95 (Anexo A) o campo de atuação da SEOP/PR era o órgão da administração estadual que tinha como finalidade: planejamento, organização, direção, execução e fiscalização das atividades relacionadas aos serviços de engenharia em todos os imóveis em uso pela administração estadual direta e indireta, independente da fonte de recursos (PARANÁ, 1995).

A diretriz institucional defendida pela SEOP PR era de uma visão instrumental de Política Pública, representada pela eficiência operacional na realização de obras públicas (PARANÁ, 2010a). Essa concepção instrumental representa a busca por legitimidade institucional do campo organizacional estatal perante a sociedade brasileira, e nesse sentido, condiciona a própria atuação e sua consolidação institucional no campo (JUSTEN e MORETTO NETO, 2014).

O Programa foi gerido pela SEOP, havendo alterações durante sua vigência, dos Coordenadores e Secretários de Obras. O curso foi oferecido pela UFPR em parceria com as universidades estaduais de Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel e Guarapuava e com a Universidade Federal Tecnológica do Paraná em Pato Branco a partir de 2008. O curso teve duração aproximada de dois anos e desenvolveu atividades práticas supervisionadas na sede da SEOP, em Curitiba, e nos 14 escritórios regionais da Secretaria (PARANÁ, 2015).

### III) Sociedade - Alunos residentes

Ao discutir a inserção profissional dos jovens diplomados no ensino superior no Brasil, é preciso indagar: O que acontece com os jovens com este nível de formação? Quais são as políticas e perspectivas de inserção no mercado de trabalho destes jovens?

Fernandes *et. al.* (2015, p. 160) relatam a contribuição dos residentes no seu respectivo contexto de atuação:

A presença do residente pode ser um fator propulsor da prática reflexiva dos profissionais, entendida como a habilidade de refletir criticamente sobre seu próprio raciocínio e suas decisões. Isso porque motiva o profissional a 'executar' bem suas atividades e faz com que ele reveja seus conhecimentos, estude e 'pense alto'. Essas ações diminuem o automatismo da prática e impulsionam o raciocínio analítico e a capacitação permanente.

Dessa forma,

[...] quanto mais abertos estiverem os profissionais para a permuta das experiências vivenciadas por cada qual, quanto mais desburocratizadas e velozmente essas trocas acontecerem e quanto mais frequente e naturalmente elas ocorrerem, maiores serão as oportunidades individuais de cada um poder acrescentar à sua bagagem novos conhecimentos que, mixados aos já existentes em suas mochilas individuais, poderão vir a reoxigenar toda a equipe, desde a introdução de conceitos novos ou da simplificação de rotinas, até o aperfeiçoamento ou, mesmo, o desenvolvimento de um produto inédito (ARAUJO FILHO, 2003, p. 23).

O Programa Residência Técnica durante o período de 2006-2010 abriu duas seleções, contemplando 120 vagas, das quais 119 foram preenchidas pelas duas primeiras turmas (2008-2009: 60 e 2009-2010: 59). Destes 27 eram servidores do Estado. Concedendo ao final do curso, para os 63 alunos concluintes, dois certificados: um de Especialista em Gestão de Projetos e Acompanhamento de Obras Públicas e outro, do Acervo Técnico do CREA PR (PARANÁ, 2010a).

A inserção no mundo do trabalho é importante na definição da identidade social do sujeito (MOURÃO; BORGES-ANDRADE, 2005). Apesar de PARANÁ (2015) informar que cerca de 80% dos residentes da primeira turma já estavam empregados antes de finalizarem sua participação no Programa, a pesquisa apurou que 16 residentes da primeira turma eram servidores, ou seja, já estavam inseridos no mercado. Entre os demais, 18 desistiram do Programa antes da sua conclusão.

#### 4.4 ALINHAMENTO TEÓRICO

Os fundamentos teóricos adotados no desenvolvimento desta pesquisa estão apoiados na seguinte estrutura:

- I. Na relação possível entre Políticas Públicas e a Teoria das Representações Sociais;
- II. Na interpretação das Representações Sociais a partir das dimensões: Informação, Imagem e Atitude;
- III. Na constatação de que a sociedade é influenciada pela criação e desenvolvimento de Políticas Públicas;
- IV. Na criação de Programas de Governo com vistas a suprir carências e demandas da sociedade;
- V. No entendimento do Programa Residência Técnica como um Projeto alinhado a um Programa, dentro de um Plano Governamental.

Neste sentido, a revisão teórica teve o intuito de apresentar a vertente das Políticas Públicas sob o viés da Representação Social, discutindo possíveis contribuições da incorporação destes elementos ao objeto investigado.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a intenção de contribuir para o entendimento dos resultados, apresenta-se de forma sintética, conceitos e escolhas que determinaram a interpretação. Concordando com Guareshi (2003) que:

a interpretação é um movimento novo, que a partir dos dados coletados na realidade empírica, e sob a iluminação teórica fornecida pelo referencial escolhido, tenta construir uma síntese interpretativa para poder chegar mais próximo à compreensão, ou mesmo à explicação, dos fenômenos apresentados (GUARESHI., 2003, p. 24).

Fato é que “toda interpretação é arriscada, pode, e muitas vezes deve, ter uma reinterpretação” (GUARESHI, 2003, p. 23) decorre disso a necessidade de justificar as interpretações, pois, “chegamos a algumas conclusões que não pretendem ser absolutas, mas sim relativas a esse momento específico e aos olhares que lhe foram dirigidos” (GUARESHI, 2003, p. 25)

A pesquisa empírica busca complementar as informações obtidas na literatura e na análise documental a fim de relacionar o contexto teórico com os elementos práticos. Cabe ao pesquisador, quando traça sua estratégia de análise, considerar os prós e contras da opção metodológica e o arcabouço teórico que melhor se ajuste à abordagem do objeto de estudo selecionado (CAVALCANTE, 2011).

Neste capítulo são descritos, analisados e interpretados os dados provindos da análise documental e das narrativas, a partir das categorias definidas pela análise de conteúdo: Projeto dentro de uma Política Pública; Mercado de Trabalho e Perspectivas Profissionais; e, Outras Revelações. Tais categorias serão interpretadas a partir das dimensões: Informação, Imagem e Atitude (TRS) buscando responder: Quem sabe e de onde sabe? O que sabe e com que efeitos?

## 5.1 QUEM SABE E DE ONDE SABE

Os sujeitos investigados são formados por três grupos de participantes da primeira fase do Programa Residência Técnica no Estado do Paraná, no período de 2006-2010: equipe gestora da SEOP, equipe executora da UFPR, e, alunos residentes.

Foram entrevistados: dois gestores, três executores e 23 residentes (engenheiros, arquitetos e técnicos em construção civil, sendo 61% do sexo feminino e 39% do sexo masculino).

A análise das Representações Sociais implica examinar a linguagem e o discurso individual, sendo esses os meios pelos quais as pessoas expressam suas ideias e vivências. (PEREIRA, 2013). Neste sentido, utiliza-se o construto de Representações Sociais para analisar os conhecimentos formados, sentimentos, opiniões e imagens expressos pelos participantes do RESTEC.

A Representação Social de indivíduos ou grupos é necessária para compreender como os atores sociais estão captando e interpretando as questões de Políticas Públicas relacionadas ao mundo do trabalho, e especialmente como agem e como pensam em situações concretas de sua realidade (REIS; BELLINI, 2011). A observação das Representações Sociais circula nos discursos (carregadas de palavras), nas imagens (veiculadas nas mensagens) e nas condutas (onde se cristalizam) (JODELET, 1989).

- I. A **informação** diz respeito à organização dos conhecimentos que um grupo tem do objeto. (ALVEZ-MAZZOTTI, 2008).
- II. O campo de representação remete à **imagem**, ao conteúdo concreto e limitado de pressupostos referentes a um aspecto determinado do objeto, pressupondo uma hierarquia de elementos (ALVEZ-MAZZOTTI, 2008).
- III. As **atitudes** são versões do mundo que são construídos por pessoas no exercício das suas interações com os outros. Além disso, eles são considerados como sendo uma avaliação das pessoas, objetos e ideias (BIJARI, 2011).

## 5.2 O QUE SABE E COM QUE EFEITOS

Esta subseção busca apresentar o conhecimento sobre o RESTEC e os efeitos das representações nas práticas dos sujeitos.

As Representações Sociais emergem da realidade vivenciada pelos sujeitos, sejam eles gestores, executores ou residentes. Os documentos materializam a representação daqueles que captaram as necessidades da sociedade de uma ação governamental, denominada Política Pública.

Uma das funções das Representações Sociais é conhecer e tornar significante o objeto (SILVA, 1996), assim, o processo de tomar conhecimento do Programa RESTEC pelos participantes se relaciona à dimensão **informação**, também estão presentes na análise os pressupostos dos participantes em relação ao Programa, o que revela a dimensão **imagem ou campo de representação**. Ao construir imagens sobre um objeto o sujeito o faz a partir de sua maneira de ser e conhecer, a partir de suas expectativas (SILVA, 1996).

Por tratar-se de um Projeto dentro de um Programa Governamental inserido em uma Política Pública há aspectos de avaliação favorável ou desfavorável do mesmo, refletindo a dimensão **atitude**.

### 5.2.1 Um projeto a partir de uma Política Pública

É na Política que as propostas ganham forma. Dela surge um Plano, que é o conjunto de Programas que tem o mesmo objetivo. Um Programa é um conjunto de atividades, sem término predeterminado, que geralmente decorre de uma Política Pública. Pode ser entendido como um conjunto de Projetos que visam alcançar um mesmo objetivo. Tais Projetos guardam estreita relação entre si e em conjunto se destinam a converter em realidade os objetivos e metas do Plano de Governo (DIAS; MATOS, 2012).

*Enquanto parte de uma política pública o RESTEC foi/é...*

Um projeto inserido no contexto de uma Política Pública pode ser representado em seus documentos oficiais. A criação do RESTEC na Secretaria de Estado de Obras Públicas do Paraná foi autorizada por meio do Decreto 5554 de 2005, e, a Lei 16.020 oficializou sua implantação.

A dimensão **imagem** expressa por meio destes documentos retrata o RESTEC como um conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Que fruto de uma Política Pública representa um processo de inclusão para os recém-formados que não tem experiência profissional e que vislumbram uma colocação no mercado de trabalho (R12)

A representação para os gestores é de que ele surge como uma solução para formar profissionais com melhor qualidade para o Estado do Paraná. “Concebemos o Programa de Requalificação como um curso de pós-graduação, lato sensu, de arquitetura e engenharia da obra pública”. (G2)

O objetivo inicial era qualificar os servidores da SEOP, que há muito estavam sem qualquer treinamento em serviço. Contudo, percebeu-se a possibilidade de ampliação do escopo e conseqüentemente, a capacitação de mais pessoas para a gestão de obras.

A **imagem** expressa nas narrativas dos gestores é da representação do RESTEC como uma política de inclusão, alcançando um público que outras políticas não alcançam. Uma política social é focalizada e na maior parte das vezes assistencialista.

Uma espécie de estágio remunerado para os alunos matriculados no curso de pós-graduação que não fossem empregados do governo, aliás, que estivessem desempregados, para os qualificarem através do curso de pós-graduação e melhorarem as chances de se empregarem no mercado de fornecedores de serviços à administração pública, na área de arquitetura e engenharia. (G2)

Assim, “a inserção no mercado de trabalho era sem dúvida uma ideia, pois, até então, em 2006 não era uma conjuntura em que o mercado estava assim tão favorável do ponto de vista de geração de emprego, principalmente na área da construção civil”. (G1). Contudo, o verdadeiro foco inicial era revitalizar a SEOP, a partir de um subprograma (ou projeto) do programa de

qualificação do quadro técnico da Secretaria de Estado de Obras Públicas, que ampliado o escopo, cria-se o Projeto Residência Técnica:

*Tudo começou quando...*

O Programa Residência Técnica no Paraná não nasceu por acaso. A **informação** dos executores revela que os antecedentes remontam a 1999-2000, a partir de uma pesquisa de dissertação que utilizou um curso via internet, e, de um mestrado à distância realizado pelo Programa de Construção Civil da UFPR. Ampliando estas ações foi criado em 2002-2004 o Programa de Capacitação Profissional do CREA-PR – o PROCREA, ativo até a data de conclusão desta pesquisa. Assim, a ideia do RESTEC se originou de uma evolução do PROCREA para trabalhar com o primeiro emprego a partir de uma iniciativa do Governo Federal, período em que o país começava a se preocupar com o primeiro emprego e surgia a necessidade do Estado do Paraná colocar isso como o primeiro emprego profissional. O Governo do Estado tinha criado o Paraná Cidade e precisava treinar pessoal com recursos recebidos do Banco Mundial e solicita auxílio à UFPR. A Universidade apresentou algumas das ações já descritas anteriormente, e, por se tratar de um modelo específico para engenheiros e arquitetos, foram encaminhados à SEOP, que adotou a ideia.

Toda proposta de ação pública formulada necessita para sua efetivação a aprovação do Legislativo e do Executivo, culminando na formalização de Lei. (FREY, 2000; CRISTO, 2003; LECHINEWSKI, 2011).

A partir disso, começa o processo de seleção do RESTEC. Os meios mais citados pelos quais os residentes tomaram conhecimento desta seleção (**informação**) foram por: meio de amigos, ex-colegas ou conhecidos. Contudo, outros também citaram: agência do trabalhador, divulgação em rádio/televisão, boletim informativo do CREA, portal do Governo do Estado, entre outros. Ressalta-se que a chamada pública para o RESTEC que se deu via edital 001/08 (Anexo E). O processo seletivo foi conduzido pela UFPR, que incluía “uma inscrição em um site do programa que tinha uma avaliação em web sobre patologia e construtibilidade”, seguido de “análise curricular, entrevista, seleção, integração e apresentação do local de atuação”.

*A situação problema existente era...*

Cobrir a falta de investimento no serviço público, pela não contratação efetiva de engenheiros e arquitetos para o quadro funcional do Estado. (R1)

Uma Política Pública implica no estabelecimento de estratégias orientadas à solução de problemas públicos e/ou obtenção de maiores níveis de bem-estar social. (DIAS; MATOS, 2012) Perante este quadro, a **imagem** era de uma “SEOP sem mão de obra suficiente para fornecer um serviço de qualidade. Os residentes vieram para somar”. (R8)

A representação do RESTEC na esfera governamental estava em suprir a carência de fiscais nas muitas obras gerenciadas pela SEOP. Por exemplo, a Secretaria de Educação, tinha diversas obras de reformas e ampliações de escolas, além das demandas dos outros órgãos do Estado.

O Programa nada mais é do que a materialização do entendimento governamental para um problema concreto de determinada parte da sociedade. O problema público é a diferença entre a situação atual e a situação ideal possível para dada realidade pública (SILVA; BASSI, 2011).

Para o Estado a situação problema era representada pela má qualidade geral da obra pública retratada na narrativa de um dos gestores:

O pessoal do quadro apontou como uma das providências que seriam primordiais para que houvesse melhoria da qualidade da obra pública - a requalificação do pessoal, através de cursos e palestras. O pessoal também apontava a má formação profissional do quadro técnico – arquitetos e engenheiros, das empresas prestadoras dos serviços técnicos para a SEOP como também responsáveis por parte do problema. (G2)

O problema da SEOP era possuir deficiência no número de funcionários para atender a demanda de serviço, não havendo número suficiente de profissionais concursados para todas as tarefas, neste intuito o programa de residência veio para poder ajudar o órgão através de profissionais recém-formados, qualificando-os. (R14)

Já de acordo com a **imagem** dos residentes a situação problema era representada por uma necessidade de “profissionais recém-formados e com dificuldades no mercado pela falta de experiência prática e insegurança profissional para prestar serviços com segurança e qualidade”. (R18)

Neste sentido o RESTEC torna-se muito importante, pois, no Brasil, os bacharéis da área (engenheiros tradicionais) entram no mercado sem experiência. Tornando-se técnicos (de nível superior) pelos simples fato de se registrarem nos CREAS e cursarem uma graduação (G2)

*Quanto ao atendimento das demandas locais, o RESTEC...*

“Foi fundamental para que o Governo do Estado do Paraná conseguisse reformar, ampliar e melhorar construções de interesse e uso públicos, além de projetar e construir novos edifícios públicos conforme a necessidade da população paranaense”. (R18)

A elaboração de uma Política Pública consiste em definir o quê, quando, com que consequências e pra quem (ROCHA, 2004; TEIXEIRA, 2002; SECCHI, 2010; BRESSER-PEREIRA, 2012; NORONHA FILHO, 2013). Para responder a esta questão relacionada ao RESTEC:

O *quê?* A **imagem** de um projeto que permitisse que jovens recém-formados (engenheiros, arquitetos e tecnólogos em construção civil) aprendessem a gerir obras públicas, além de, preparar os servidores estaduais para a execução de obras com a qualidade esperada.

*Quando?* A **informação** de que a partir da formalização da Lei 16.020/2008 efetivando o convênio entre SEOP e UFPR.

*Com que consequências?* Suprir uma necessidade da sociedade e auxiliar o Governo na entrega de obras públicas esperadas pela população.

*Para quem?* Jovens recém-formados (até três anos da conclusão da graduação) e servidores públicos do Estado do Paraná.

Dessa forma, conseguiu agregar profissionais, mesmo que recém-formados, fornecendo mão de obra qualificada para os órgãos que necessitavam. (R11)

A **imagem** dos residentes em relação ao mercado de trabalho é representada pela “garantia de trabalho, salário e experiência por dois anos”; (R15)

Comparando as diretrizes do RESTEC (análise documental) com as narrativas, é possível perceber a ênfase na qualificação para o mercado de trabalho.

Na visão dos executores era “a oportunidade de ter um treinamento em serviço, cursando 10 horas de aulas e 30 horas de práticas. O que possibilitou ao aluno recém-formado a condução de trabalhos ainda com a orientação de professores, assim como é realizado na medicina com a Residência Médica”.  
(E3)

Dentro do PPA do Estado do Paraná (2008-2011) e com a finalidade de formatar Políticas Públicas para a melhoria da qualidade do ensino superior nas Instituições do Estado do Paraná, o Programa Residência Técnica foi um dos eixos para qualificação do pessoal técnico da SEOP. A **imagem** retratada nos documentos oficiais é de que o convênio que origina o RESTEC congregava os profissionais envolvidos (alunos e profissionais do Governo do Estado) por meio de um curso de pós-graduação e de ações de residência técnica. Assim, uma prévia das atividades desenvolvidas pode ser observada no Seminário de abertura da segunda turma do Programa (Anexo D).

Para um dos residentes o processo de preparação exigiu: “uns três meses para recebermos os treinamentos, e, nos ambientarmos com o sistema”.  
(R8)

De forma geral, as narrativas confirmam que um dos objetivos, que era trazer experiência prática aos residentes, foi atendido.

*De positivo ficou...*

Os *efeitos sobre o que os residentes sabem* do RESTEC se materializam nas **atitudes** positivas ressaltadas nas narrativas e reforçadas pela pesquisa documental (relatórios de prestação de contas ao final de cada turma). Sendo que as atitudes aqui expressas, integram os níveis afetivos e emocionais dos participantes.

I. Os alunos efetivamente discutiram e aprofundaram alguns temas relevantes para a construção de obras públicas.

O programa proporciona maior conhecimento em várias áreas de atuação do arquiteto e engenheiro: desde a elaboração de orçamentos,

projetos, processos licitatórios, relatórios de vistoria de obras, laudos de avaliação de imóveis, faturas e fiscalização de obras. (R5)

II. Inserção no mercado e crescimento na carreira.

“Um grande aprendizado profissional que vou levar para o resto da minha carreira.” (R9);

III. Conhecer a fundo a gestão de obras públicas, pois, o conhecimento adquirido é um diferencial, conforme explicação de um dos gestores:

Temas como: noções de Direito Administrativo, estudo das Leis que são concernentes ao exercício da profissão como o arcabouço legal de licitações e contratos com a área pública, Lei de Responsabilidade Fiscal, Estatuto do Funcionário Público, e outros dispositivos legais que fazem parte do dia a dia dos profissionais que labutam na obra pública, quer como funcionários da administração pública, ou como fornecedores de serviços, criaram um embasamento de conhecimentos administrativos e éticos que contribuem com a gestão de obras públicas no Estado do Paraná. (G2)

IV. Atestado de residência técnica agregando ao currículo.

“Tivemos a oportunidade de recolher ART (anotação de responsabilidade técnica), o que gerou um acervo muito bom pro meu currículo.” (R17);

V. Amizades e laços profissionais.

“Eu gerei laços de amizade até hoje cultivados, ganhei amigos e parceiros, tive a sorte de cruzar com excelentes pessoas e profissionais”. (R7)

VI. Cursar uma especialização em serviço.

Pelos efeitos positivos da Política Pública ancorada no Programa Residência Técnica é possível perceber a Representação Social do meio acadêmico, como forma de contribuição direta dos seus atores no meio social capaz de somar aos seus esforços e subsidiá-lo, de forma crítica e autônoma. Entendendo que a Universidade não substitui as responsabilidades do Estado, mas, soma-se aos seus esforços e subsidiá-lo, de forma crítica e autônoma, no desempenho dessas atribuições;

VII. Motivação dos residentes oxigenando a máquina pública.

“Cada setor que recebeu o residente teve a possibilidade de melhorar bastante a qualidade dos trabalhos”. (R17);

VIII. Vivência com profissionais altamente experientes em gestão de obras públicas.

“Vivência e troca de conhecimento com profissionais com bastante experiência na esfera pública”. (R6)

IX. Abertura de portas no mercado de trabalho.

“A iniciativa privada também ganha com o preparo de profissionais que possam atender a este ramo”. (R4)

X. A compreensão da necessidade da Residência Técnica como elemento obrigatório na formação dos engenheiros e arquitetos.

“Acredito que a residência técnica deveria ser instrumento obrigatório para qualquer profissão, pois, o recém-formado se sente muito inseguro no início de sua carreira, e a residência é um período de aprendizado que amadurece o que o foi aprendido durante a graduação”. (R13)

A representação dos residentes enfatizando a obrigatoriedade da residência é fundamental para a possibilidade de mudança no desenho institucional da estrutura dos cursos de graduação. “As representações sociais orientam as atividades sociais e são uma postura frente à realidade social” (FERRARI; GUEDES, 2012, p. 7)

#### *A contribuição para a sociedade...*

Ao discutir a inserção profissional dos jovens diplomados no ensino superior no Brasil, é preciso indagar: Quais são as políticas e perspectivas de inserção no mercado de trabalho destes jovens?

Representando engenheiros e arquitetos recém-formados, o RESTEC contribuiu na melhoria do quadro técnico para a gestão das obras públicas do Estado do Paraná, conseqüentemente, interagindo diretamente no mercado, formando melhores profissionais (E1), pois, o residente adquire um arcabouço teórico prático, proporcionado pela interação entre Universidade e Secretaria de Obras, tornando-o melhor preparado para atuar.

De um modo geral para os gestores e executores, a **imagem** é de que “o ganho social foi o maior de todos” (E2), pois, “todos ganham: a Universidade ganha; os alunos ganham experiência; e o Estado ganhou uma nova equipe”. (G1)

A sociedade ganha, pois, recebe profissionais mais técnicos e competentes após a experiência proporcionada pelo Programa. (G2)

“A academia apresenta ganhos e proporciona ganhos, não só pela capacitação, ao ter objetos extremamente tangíveis que necessitam de melhorias constantes, mas, pelo acesso às informações e como um grande laboratório de campo para estudos de caso”. (R4)

A contribuição social se deu principalmente no que diz respeito a uma quantidade enorme (milhares) de obras de reformas, reparos, melhorias, ampliações e novas construções, e, também, pelo fato de que a sociedade recebeu de volta, após o programa RESTEC, dezenas de engenheiros civis, arquitetos e tecnólogos, todos sem dúvida nenhuma, melhor preparados, e, em condições de promover de modo melhor o crescimento e desenvolvimento do Brasil (G2).

É na política que as ideias ganham forma. Assim, pelas representações sociais dos participantes há a compreensão do papel social do Programa e que este condiz com a **imagem** de sua criação: uma solução para formar profissionais com melhor qualidade para o Estado do Paraná. (G2)

*De negativo ficou...*

Os efeitos sobre o que os residentes sabem do RESTEC se materializam nas **atitudes** expressas na sequência, sendo tais aspectos mais de caráter operacional e pedagógico, e, que poderiam ser facilmente contornados conforme as sugestões de melhorias indicadas:

I. Falta de infraestrutura nas regionais para atendimento ao programa.

“A estrutura para aula era precária, ensino à distância com as aulas ministradas em Curitiba e o interior assistindo por vídeo, o sinal cortava, às vezes não dava para escutar bem”. (R20) “Precisava, neste sentido, de profissionais mais capacitados para lidar com os imprevistos operacionais” (E1);

II. Resistência por parte de alguns chefes e funcionários do quadro.

“Os profissionais na época não estavam preparados para serem tutores. Muitos não tinham paciência ou vontade em repassar os conhecimentos”. (R10)

Não nos dava liberdade, autonomia, enfim, serviço, para aprendermos de fato como as coisas funcionavam, acabamos não aprendendo muito, nem de orçamento, nem de fiscalização, nem da própria rotina da secretaria. [...] Decepcionada com a forma de que às vezes éramos tratados na própria Regional, falta de respostas, ofensas, isso infelizmente, deixou a desejar. (R16)

Estes aspectos refletem que o programa deixou de atender em sua totalidade o objetivo de que os residentes exercessem funções inerentes à respectiva formação profissional, devidamente supervisionada e acompanhada por profissional técnico do quadro de servidores efetivos do Estado.

Contudo, para um dos gestores a troca de conhecimentos entre o residente e o supervisor só veio a agregar:

A convivência extremamente profícua, solidária, sinérgica e duplamente contributiva que foi entre o empedernido e austero profissional experimentado em anos de labuta, mas, pouco confortável com as últimas novidades da tecnologia de processamento e interação, conectada com o jovem meio irreverente, mas, alegre e divertido, com muita facilidade com as tecnologias atuais, contudo, pouco familiarizado com os segredos dos projetos, processos e obras. (G2)

Representações Sociais são explicações que se originam por meio das comunicações interindividuais. (REIS; BELLINI, 2011) Neste aspecto Freire (1987) adverte que é necessário romper com a forma depositária de transmissão, transferência de valores e conhecimentos. Pois uma relação existente entre um professor/ supervisor e aluno pode não ser de um sujeito detentor do saber absoluto, mas, de um diálogo provocando reflexões, atuando no agir e no pensar dos residentes;

III. Problemas com a transmissão das aulas por meio das vídeos conferências, principalmente na UEM e UEL.

“O maior problema era a falta de apoio quanto às questões tecnológicas.” (R7)

A citação revela a impotência dos residentes diante dos imprevistos tecnológicos que surgiram principalmente durante o decorrer da primeira turma;

IV. Questão política (transição de gestão na SEOP, transição de mandato governamental, problemas na renovação do convênio SEOP-UFPR).

“A universidade é bastante complexa para operacionalizar” (G1);

A parte legal do Programa foi desenvolvida com apoio de instituições da sociedade como IEP e CREA. Contudo, surge o problema de pagamento das bolsas, que o governo só poderia assumir a partir de uma mudança na Lei, que necessitou de dois anos para ser aprovada. A partir disso, foi iniciado o processo para aprovação do projeto e em 2006 iniciava a primeira turma do Programa. Os recursos recebidos foram aplicados no pagamento das bolsas e nos equipamentos instalados para as aulas. A fonte de recursos não permitiu o pagamento aos professores que tiveram que trabalhar de forma voluntária sem receber qualquer repasse pelos serviços prestados. Aliás, a partir da segunda turma houve dificuldade na aplicação dos recursos que eram repassados via convênio com a Fundação de Apoio à UFPR, bem como questionamentos do Tribunal de Contas do Estado (Anexo F) e a gestão financeira passou para a Universidade Estadual de Ponta Grossa;

V. Baixo valor da bolsa residência.

A representação para os residentes é que o valor pago a título de bolsa refletia em: “Éramos mão de obra barata” (R12), tal afirmativa reforça informações apuradas na pesquisa documental relacionadas a uma forma de subcontratação destes profissionais, aspectos estes, questionados pelo TCU (Anexo F);

VI. Conhecimento da burocracia que envolve a máquina pública.

“Ver com funciona o órgão público: desorganização, burocracia e descaso em alguns momentos”. (R11);

VII. Falta de comprometimento do Estado com o crescimento sustentável de suas obras.

“A falta de renovação do corpo de engenheiros do Estado e a falta de comprometimento do Estado com um crescimento organizado e sadio de suas obras” R3 e “Falta de visão e compromisso com a missão de administrador público” (G2);

VIII. ‘Cobaias’ de um projeto novo (R3), a representação de um dos residentes demonstra a falta de planejamento e estrutura citada em várias outras narrativas.

“O curso em si foi falho, pois, fomos a primeira turma e a Universidade não tinha estrutura preparada para funcionar corretamente (problemas nas

transmissões ao interior, aulas faltantes” (R3) “Hoje acredito que se houvesse um investimento tecnológico para atender essas falhas, seria perfeito”. (R20);

IX. A maneira como a UFPR encarou o Programa.

“As coisas aconteceram porque muitos foram além das suas responsabilidades, foi por amor à causa mesmo, por acreditar no RESTEC” (E1), revela um dos gestores ao afirmar que realizavam várias atividades simultaneamente e por vezes de forma improvisada.

Para sanar estes pontos, os participantes apontam como propostas de melhorias:

“A ideia foi muito boa, mas, poderia ser uma pós mais bem estruturada e reconhecida.” (R8)

“Os professores foram excelentes, porém, faltou organização” (R17).

“Falta de aproveitamento dos residentes após o término do curso” (R14).

“O conteúdo do curso e a metodologia poderiam ser melhores. Eu repetiria a dose, mas, com melhorias e atualizações” (G2).

No Brasil, a Residência é uma realidade no campo da medicina e sua aplicação em outras áreas foi um modelo pioneiro, que trazia riscos, tais como: falta de recursos (inadequado dimensionamento), a burocracia das instituições públicas, a equipe multidisciplinar necessária, novo embasamento jurídico e necessário (FREITAS *et. al.*, 2007). Pontos estes confirmados pelas narrativas, e, nos relatórios de prestação de contas encaminhado ao Governo do Estado após a finalização de cada uma das duas turmas.

Uma inquietação constatada em diversas narrativas, é considerada como a última fase na construção de um projeto: sua continuidade ou descontinuidade.

As narrativas indicam que tanto residentes, quanto executores e também os gestores defendiam a continuidade do Programa, exemplo disso está nas citações: “o Programa foi excelente em termos técnicos e profissionais e acho muito importante que tenha continuação, e, que não fique limitado a um mandato de Governo somente” (R9). “pois, para o Estado o custo benefício foi grande.” (R10)

“O Governo do Estado poderia instituir uma sequência no Programa não só para este ou aquele governo, mas, uma coisa frequente” (R6) cita um dos residentes. Enquanto um dos gestores lamenta que “o Estado tem feito muita

coisa, e às vezes se perde do ponto de vista de construir uma continuidade” (G1), reforçado por um dos executores “precisava ser mais bem estudado e ter continuidade” (E1).

De acordo com levantamento documental, o Programa retornou em outro mandato, porém, não mais gerido pela SEOP e nem sob a condução da UFPR, estando restrito às Universidades Estaduais, em parte pela dificuldade orçamentária de repassar os recursos via Fundação de Apoio à UFPR. Diante disso, Ollaik e Medeiros (2012) reforçam que a literatura indica que os trâmites burocráticos e exigências legais relacionadas à documentação para firmarem convênios que retardam a liberação dos recursos são os principais entraves para a implementação de Políticas Públicas no Brasil. Fato este que afastou a UFPR da execução do RESTEC a partir de 2011.

Para um dos executores: “problemas burocráticos e legais todos os projetos têm, a gente tem problema, resolve, acha soluções e segue. Para crescer precisaria ser institucionalizado e a gente perdeu porque não teve esse reconhecimento e apoio” (E2).

A articulação do Programa Residência Técnica com as Políticas Públicas apresenta contribuição potencial para superar a fragmentação, desarticulação e superposição de Programas e Projetos Sociais. Ao assegurar fontes estáveis para seu financiamento, estão garantidas também a sustentabilidade financeira e a possibilidade de continuidade das ações do Programa;

“Houve falta de investimento para proliferação desse Programa nessa e em outras áreas com a mesma necessidade” (E3).

A institucionalização de Políticas Públicas do Programa Residência Técnica é uma das estratégias para consolidar a proposta na agenda política das esferas de governo. Para isso, é preciso avançar na elaboração e aprovação de normas e legislações específicas que fortaleçam institucionalmente o Programa. Deve-se ressaltar que nos últimos anos foram dados alguns passos nesta direção. Em 2013, o Programa, dentro dos moldes iniciais, foi extrapolado para outras áreas acadêmicas, ofertando cursos de especialização em gestão pública para: Serviço Social, Psicologia, Direito, Ciências Contábeis, Administração, Pedagogia, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Secretariado, Engenharia da Computação, bem como capacitando e certificando os profissionais, e assim, facilitando seu ingresso no

mercado de trabalho (PARANÁ, 2008; BRASIL, 2013). Contudo ainda não há replicação do projeto em esfera federal, somente tentativas de aprovação de Projeto de Lei. (Anexos H e I).

Apesar de o Programa ter retornado em outra configuração, e, em outro mandato governamental, para os participantes fica retratada a **imagem** de descontinuidade.

### 5.2.2 Mundo do Trabalho e Perspectivas Profissionais

As Políticas estão diretamente relacionadas às tendências que conformam a dinâmica do mercado de trabalho em cada sociedade. Dessa forma, a dimensão do trabalho é entendida como a forma concreta de reprodução e inserção social, e como valor histórico e cultural instituído, confere identidade social e matriz de sociabilidade no marco de uma construção coletiva (IVO, 2004; CHIORATO, 2013).

Na década de 1990, o Brasil apresentava uma taxa de variação do emprego no patamar de 7% ao ano, evidenciando a carência de alocar significativos recursos públicos nas atividades voltadas para o mercado de trabalho (MACAMBIRA; CARLEIAL, 2009). Alinhando essas questões ao Programa Residência Técnica pode-se observar a relevância de se oferecer aos profissionais a oportunidade de inserção profissional que aliando a teoria com a prática, potencializam seus conhecimentos e habilidades, além de adquirir experiência e atitudes no campo prático.

Esta preparação para o mundo do trabalho está presente na expectativa dos residentes e coaduna com o **campo de representação ou imagem**, que, de acordo com a TRS provém da transformação dos conteúdos conceituais relacionados ao objeto, em imagens (SILVA, 1996). São sensações mentais, impressões que um objeto deixa em nosso cérebro (MOSCOVICI, 2003) e se refletem nas **atitudes** que temos em relação ao objeto.

A Categoria Mundo do Trabalho e Perspectivas Profissionais surgiu tanto nos documentos coletados como nas narrativas, e, revela que o

Programa teve como consequência a oportunidade de inserir os residentes no mercado de trabalho a partir da qualificação.

*Para mim o RESTEC foi/é...*

A **imagem** do RESTEC para os residentes está representada em “o Programa representou uma grande porta de entrada para o mercado profissional” (R9).

Já na visão dos executores e gestores:

“Para os jovens, que estavam desempregados e vivendo sua trajetória profissional em meio a uma crise de empregabilidade do setor, era uma chance que se abria para ampliar a oportunidade do exercício profissional de forma digna e justa.” (G2)

“De forma geral, gerou o primeiro emprego para os residentes, proporcionou uma melhor inserção no mercado” (E2).

Um dos indicadores da preocupação com o mercado de trabalho é que das quatro oficinas oferecidas para os residentes na primeira turma, uma delas era específica sobre ‘*A situação do jovem no mercado de trabalho paranaense*’.

No Brasil há três tipos de formação e qualificação profissional: formação educacional/profissional inicial (como exemplo o ensino técnico médio); formação profissional continuada (destina-se aos trabalhadores ocupados, podendo ser realizado interna ou externamente às empresas); e a formação profissional de inserção (estruturada em Programas específicos de qualificação, orientada para jovens ou trabalhadores desempregados com dificuldades de se inserir no mercado de trabalho) (BRASIL, 2007b).

Dessa forma, pode-se entender o RESTEC como Programa de formação profissional com viés de inserção conforme relato dos residentes: “uma oportunidade de me inserir no mercado de trabalho, trabalhando e continuando a aprender” (R7), pois, “a residência possibilita ao recém-formado ter seu primeiro emprego com a vantagem de estar sendo supervisionado por um profissional com mais experiência que ele” (R17).

O RESTEC veio “trazer especialização para recém-formados como um treinamento em serviço” (E1). “Trouxe um vasto conhecimento na prática, que demoraria muito a ter, se não tivesse participado” (R20).

A qualificação, como um construto social, tem importante papel na possibilidade dos indivíduos entrarem, permanecerem ou serem excluídos do processo. Por isso não se pode tratar a qualificação como algo exclusivo do mundo do trabalho ou do mundo da educação. Trata-se da necessidade de percebê-la como um ponto de intersecção, para o qual devem convergir diferentes abordagens e contribuições, entre elas a dos sujeitos trabalhadores (LIMA; MOREIRA, 2005).

*Eu associo o RESTEC a...*

“Preparar profissionais para acesso e desempenho de atividades profissionais em órgãos estatais, como também preparar fornecedores e eventuais empreendedores para este nicho de mercado” (R4).

O mercado de trabalho tem função conectora entre a procura por mão-de-obra e a oferta de trabalho. A inserção no mundo do trabalho é importante na definição da identidade social do sujeito (MOURÃO; BORGES-ANDRADE, 2005; MENEGUIN, 2011). E é por meio da educação, que se pode proporcionar formação que abarque o mundo do trabalho na sociedade contemporânea e que se desenvolva em conformidade com os processos de mudança intensificados pela globalização (PAES; PAULA e SILVA, 2015).

As narrativas dos residentes trazem a representação associada à **imagem** de uma:

“Oportunidade para aprender várias atividades relacionadas à área de obras públicas, desde licitações à fiscalização de obras, aliando a esta vivência prática, o curso de especialização em construção de obras públicas pela UFPR” (R14).

Tornou-se uma “excelente oportunidade para minha inclusão no mercado de trabalho”. (R4)

As Representações Sociais são desenvolvidas por meio da combinação de conhecimentos, saberes, ideologias e outros sistemas de pensamento, e são consideradas um ato criativo, de aquisição e organização do conhecimento

e de ideias (FERRARI; GUEDES, 2012). Afirmativa esta reforçada na fala de um dos residentes: “ter a possibilidade de adquirir conhecimentos diversos e específicos dentro do olhar do órgão público” (R22).

*O Programa Residência Técnica representou para mim...*

“Uma preparação sólida para a vida profissional”. (R21)

“As representações sociais são tanto fruto de reapropriação dos conteúdos advindos de outros períodos cronológicos como daqueles gerados pelos novos contextos” (VILLAS BÔAS, 2010, p. 381).

As citações abaixo ilustram este foco da Representação Social dos participantes no Programa por meio da **imagem**:

“Tudo que eu aprendi foi somado com minhas experiências anteriores”. (R6) Retratando que os conhecimentos dos residentes se fundamentam naquilo que já foi vivenciado e experimentado.

Assim como outra citação de um residente confirma a representação da aprendizagem:

O Programa representou para minha vida profissional um grande aprendizado na área de planejamento e execução de obras, pois, no curso de Arquitetura e Urbanismo não existe o foco para orçamento, planejamento, execução e medição de obras. Tive o contato com esta realidade complementando as outras experiências que tinha. (R6)

“A associação do estudo e da atividade prática foi bem sucedida”. (E2). Giugliani *et.al.* (1999) reforça que as atividades de residência oportunizam aos recém-formados a adaptação à carreira em um processo apoiado pela Universidade. Retratando que “programa foi muito importante para minha vida profissional, visto que uniu a parte teórica com a parte prática, o que facilitou a absorção do conteúdo”. (R21)

*Os conhecimentos e práticas vivenciados no RESTEC trouxeram...*

Preparação para atuar no mercado de trabalho, relata um residente, pela “oportunidade de adquirir experiência de forma bastante diversificada, atuando

com projetos, visitas a obras e orçamentos, sempre com a supervisão de profissionais experientes, o que contribui até hoje em minha carreira". (R19)

A **imagem** do RESTEC como fonte de aprendizado se reflete nas narrativas "aprendi muito sobre fiscalização de obras, orçamentos, composição de preços, trabalho em equipe, atendimento ao cliente (que em nosso caso eram na maior parte das vezes, os diretores das escolas)." (R23)

Oportunidade de trabalhar em órgãos públicos foi fantástica, pois, o profissional sai daquele mundo de escritório e da iniciativa privada. A gente passa a compreender a morosidade, a burocracia. Entende de fluxos e processos. (R5)

Contudo, além do aprendizado alguns aspetos lúdicos estão representados na **imagem** dos residentes "cada visita que eu fazia em uma escola, cada saída pra ir às reformas ou na construção de um prédio público, eu realizava um lindo passeio pela cidade". (R17)

A imagem do RESTEC se reflete em **atitudes** como: "acabei optando por ser um arquiteto que trabalha no setor público e me sinto muito realizado profissionalmente". (R4)

"Representou um grande aprendizado profissional que vou levar para o resto da minha carreira" (R9), conclui um residente.

Para o crescimento socioeconômico sustentável e aumento da competitividade dos produtos circulantes, é fundamental a qualidade e disponibilidade da infraestrutura oferecida à sociedade. A gestão das obras públicas está envolvida na maior parte das operações relacionadas a este crescimento e, conseqüente aumento da competitividade (PARANÁ, 2010b).

Na maioria das narrativas estão presentes aspectos relacionados à autoconfiança e segurança na atuação profissional durante e principalmente após o RESTEC. Reis e Bellini (2011) afirmam que as Representações Sociais guiam os comportamentos e práticas. Os conhecimentos e práticas vivenciadas trouxeram: "autoconfiança". (R5), "segurança para poder executar obras e orçamentos e também, um entendimento maior nas questões burocráticas e legislativas". (R21)

Já do ponto de vista de um dos executores foi um facilitador:

"Fácil ingresso no mercado de trabalho devido à experiência prática."

(E3)

Confirmado pelo relato dos residentes:

“Logo que saí da residência consegui uma colocação em uma empresa multinacional”. (R3)

“Fui convidada por uma empresa para trabalhar e, só me chamaram, pois, eu tinha sido residente”. (R6)

O RESTEC foi “um diferencial no meu currículo”, pois, “o primeiro emprego que tive após o RESTEC foi com um fornecedor da SEOP”. (R8) enquanto outra residente revela “fui indicada como profissional para trabalhar em uma Secretaria de Estado”. (R10)

As Representações Sociais se constituem em um trabalho mental do sujeito que tem como resultado a formação de uma imagem do objeto. (REIS; BELLINI, 2011) Ou seja, a residência confirmou algumas expectativas de inserção profissional, pois, o mercado gera incerteza em relação ao trabalho, acarretando alterações na maneira de agir e pensar dos indivíduos no processo produtivo e de prestação de serviços, conseqüentemente gera mudança no perfil do próprio trabalhador.

As narrativas coletadas estão carregadas de um sentimento de agradecimento pela participação no RESTEC. “O conhecimento adquirido contribui até hoje na minha vida profissional. Sou muito grata pela experiência e gostaria que os futuros profissionais de arquitetura tivessem oportunidade de passar pela mesma experiência”. (R19)

“Crescimento da carreira profissional e a abertura de portas para muitos nichos que a arquitetura oferece”, já que “os conhecimentos trouxeram o emprego que estou hoje”. (R11)

“Contribuiu para ser contratada por uma construtora.” (R23)

“Abriram muitas portas” assim, “a maioria do pessoal da segunda turma se encaixou muito bem no mercado de trabalho”. (R17)

Giugliani *et.al.* (1999) ressaltam que aos estudantes é a oportunidade de acessar o mercado de trabalho se diferenciando dos demais concorrentes, pela formação complementar e recebendo remuneração ao longo do período.

“O Programa de Residência Técnica é um dos melhores programas já desenvolvidos, além de você receber uma bolsa-auxílio, ganha um curso de

pós-graduação e uma experiência fantástica na vida profissional, a qual você não adquire na faculdade”. (R5)

A **imagem** associada ao RESTEC traz a singularidade atribuída pelos residentes a sua participação no Programa, evocadas pelas narrativas:

“Um momento único e especial em que tive a oportunidade de ainda aprender mesmo já estando formada”. (R23)

“Uma oportunidade ímpar para recém-formados, aprendi muito, e sem dúvida, foi decisivo para que eu permanecesse na área de atuação até hoje”. (R12)

“Hoje sou um engenheiro respeitado”. (R10)

“Referência para minha vida”. (R14)

“Foi um divisor de águas”. (R17)

“Foi fundamental e importante para minha vida”. (R20)

Pelas narrativas há o retrato de que a rede de relacionamentos gerada pelo Programa também foi considerada instrumento potencial para inserção no mercado, ou mesmo, na troca e aquisição de conhecimentos e experiências.

“Fiz vários contatos profissionais, com os mais diversos profissionais das secretarias de estado, prefeituras, escolas e órgãos públicos. Os contatos e conhecimentos de obras públicas abriram portas e mostrou oportunidades de trabalho pós-residência”. (R6)

“Tive muitos contatos profissionais e pessoas que me ajudaram a me posicionar como profissional atuando com maior segurança”. (R7) “Os contatos profissionais que foram feitos trouxeram inúmeras possibilidades profissionais”. (R22)

As representações permitem que se criem redes sociais de elaboração e transmissão de informação, e devido ao seu caráter social, muitas vezes são ferramentas de coesão de um grupo. (FERRARI; GUEDES, 2012) Retratada pela **imagem** de grupo: “tive a sorte de trabalhar com pessoas maravilhosas, ainda trocamos experiências e informações sobre trabalho, pois, todos saíram empregados ou montaram sua empresa”. (R6)

Mesmo os alunos residentes que pediram afastamento (de acordo com as informações apuradas na pesquisa documental), foram aprovados em concursos públicos, ou, foram contratados por empreiteiras que atuavam na construção de obras públicas, antes mesmo do final da especialização. Só na

segunda turma foram 20 desistentes, que mesmo sem finalizarem a residência já estavam inseridos no mercado de trabalho.

A dimensão atitude “dinamiza e orienta decisivamente as condutas acerca do objeto representado, suscitando um conjunto de reações emocionais, influenciando as pessoas com maior ou menor intensidade” (SILVA, 1996, p. 26). Referente a isso, as lembranças do Programa Residência Técnica e seus efeitos na vida profissional dos residentes são enfatizadas pelos relatos que seguem:

“Foi um salto muito grande” (E2)

“Foi marcante para mim”. (R3)

“Incentivo e conhecimento” (R2)

### 5.2.3 Outras Revelações

Algumas citações das narrativas extrapolaram os aspectos investigados e categorizados *a priori*, merecendo uma investigação à parte. A busca pelas representações sociais proporcionou captar outros aspectos relacionados ao RESTEC, tais como: crescimento pessoal, visão do setor público e participação em um projeto novo.

Os componentes afetivos que fazem parte de qualquer representação se articulam sobre a dimensão avaliativa (atitude) imprimindo um caráter dinâmico às representações (SILVA, 1996). Jovchelovitch (2000) salienta que as representações são saberes constituídos em relação a um objeto formadas a partir do encontro público de atores sociais onde estes se reúnem para discutir e dar sentido à vida cotidiana.

Dessa forma, muitos residentes ressaltaram seu crescimento pessoal com a participação no Programa, além do aspecto profissional que era o foco desta investigação.

A representação social relacionada à evolução pessoal destes profissionais se fez presente na **imagem** retratada nos discursos:

“Acabamos nos tornando uma grande família” (R6), e, “além do crescimento profissional, tivemos crescimento pessoal”. (R8)

Ou seja, “os residentes além de aprender bastante sobre engenharia, crecem muito no âmbito do relacionamento humano”. (R17)

Comprovado pelo relato de um dos gestores:

A interação foi espetacular e muito proveitosa para as pessoas envolvidas e para a Secretaria como órgão patrocinador e receptáculo dos efeitos – todos benéficos, deste relacionamento. [...] Sabemos que, tanto os profissionais do quadro da SEOP que fizeram o Curso, quanto os jovens aprendizes, evoluíram numa simbiose de efeitos muito bons e desejáveis no serviço público. (G2)

As representações sociais dos residentes em relação ao setor público são expressas pela dimensão **atitude** da TRS, que “podem possibilitar a previsão de escolhas futuras, podem ser predisposições duradouras” (SILVA, 1996, p. 27).

O setor público mostrou aos residentes dois aspectos: para alguns aversão e/ou decepção, e para outros, admiração pelo Setor Público, retratada como uma opção profissional pós RESTEC:

“Mostrou-me a falha que a política cria na gestão pública e me afastou em definitivo de órgãos governamentais”. (R3)

“Descobri as muitas deficiências que o Estado tinha em relação às obras públicas principalmente no tocante à regularização de edificações antigas que não tinham projetos nem documentação regularizada”. (R6)

“Optei por atuar com obras públicas e graças à experiência da Residência”. (R19) “Gostei muito de conhecer o trabalho da esfera estadual e suas peculiaridades”. (R6), o que gerou “respeito pelo trabalho público”. (R14)

De acordo com Silva (1996) o indivíduo tem atitudes favoráveis aos objetos que satisfaçam suas necessidades e, por outro lado, atitudes desfavoráveis aos que o impeçam de alcançar seus objetivos ou necessidades.

A representação social pela participação em um projeto novo também esteve presente nas narrativas, tanto dos residentes quanto dos gestores e executores. Uma das narrativas mais relevantes foi expressa por um residente que afirmava sentir-se como ‘cobaia de um processo’. A expressão ‘cobaias’ revela a incerteza dos residentes diante dos desafios impostos durante o

desenvolvimento das duas primeiras turmas do RESTEC, representada pela sensação de sentirem-se experimentos de um projeto novo.

Todo o processo de interpretação pauta-se na ideia que o sujeito está inserido em uma realidade sócio histórica que influencia a construção das suas representações (PEREIRA, 2013).

Diante disso, pode-se afirmar que em determinado momento o RESTEC gerou uma situação não familiar para os participantes<sup>2</sup>. Fato este ressaltado até mesmo pelos gestores “a gente não sabia onde ia dar”. Já na narrativa dos executores emergem termos como “o desafio, a inovação”. Enquanto para os residentes: “tudo era novidade” (R17), “nunca tinha feito um curso por videoconferência, achei interessante”. (R6)

Giugliani *et.al.* (1999) reforça que a implantação de um projeto pioneiro é sempre marcada pela incerteza e precisa sensibilizar e obter apoio da comunidade e dos atores envolvidos.

### 5.3 SÍNTESE DOS RESULTADOS

As Representações dos gestores revelam o RESTEC como uma política de inclusão buscando atingir um público que as políticas assistencialistas não atenderiam (engenheiros e arquitetos), ressaltado ainda que a situação problema era a falta de investimento no serviço público tendo como consequência a não contratação efetiva de servidores para atuarem na gestão de obras do Estado do Paraná, ocasionando carência de fiscais em muitas obras gerenciadas pela SEOP. Deste modo, o Programa foi concebido para revitalizar a SEOP, como um subprograma (ou projeto) do programa de qualificação do pessoal técnica da Secretaria de Estado de Obras Públicas, para a melhoria da obra pública e requalificação dos servidores. Aos residentes era a garantia de trabalho após a graduação, pois, estes entram no mercado

---

<sup>2</sup> Um dos processos dentro da construção das Representações Sociais é a objetivação, ou seja, transformar algo familiar em não familiar, ancorando assim o desconhecido a uma realidade já institucionalizada, deslocando ou modificando os significados estabelecidos que as comunidades tentam perpetuar (JOVCHELOVITCH, 2000).

sem experiência sendo transformados em técnicos (de nível superior) pelos simples fato de se registrarem nos CREAS e cursarem faculdade, que pela falta de experiência prática, acarreta insegurança profissional para prestar serviços com segurança e qualidade, melhorando as chances de se empregarem no mercado de fornecedores de serviços à administração pública, na área de arquitetura e engenharia. Já a sociedade recebe profissionais mais técnicos e competentes.

A divulgação do RESTEC se deu principalmente por meio de amigos e ex-colegas. Contudo, também por: agência do trabalhador, rádio/televisão, boletim informativo do CREA, portal do Governo do Estado, entre outros.

Na visão dos gestores concebeu-se o Programa de Requalificação como um curso de pós-graduação, lato-sensu, de arquitetura e engenharia da obra pública. Já para os executores era a oportunidade de ter um treinamento em serviço, pois, os residentes desenvolviam trabalhos junto à SEOP de segunda a quinta-feira e na sexta-feira participação nas aulas de pós-graduação em obras públicas ministradas pela UFPR.

A aprendizagem acadêmica aliada à prática profissional trouxe discussão e aprofundamento de alguns temas relevantes para a construção de obras públicas, conteúdos por vezes ausentes na formação básica de engenheiros e arquitetos, e, fundamentais para a atuação no setor público.

Como propostas de melhorias dos residentes há necessidade de uma melhor estruturação, investimento tecnológico, organização e reconhecimento do Programa e aproveitamento dos residentes após o término do curso.

Para os gestores há a consciência que o conteúdo do curso e a metodologia poderiam ser melhores, afirmando que repetiriam o formato, mas, com melhorias e atualizações. Contudo, a maioria das narrativas indica que tanto residentes, quanto executores e também os gestores defendem a continuidade do Programa.

Ao refletir sobre os pressupostos do objeto e sua avaliação quanto à geração do primeiro emprego decorrente de sua participação (dimensões imagem e atitude respectivamente) as Representações Sociais que emergiram nas narrativas revelam que esta foi uma das consequências do RESTEC, pois, aos residentes era uma **grande porta de entrada para o mercado profissional**, pela oportunidade que surgia para exercer a profissão de forma

digna e justa. Também se confirma o entendimento do RESTEC como **via de qualificação para o Setor Público**.

Grande parte dos conhecimentos que fundamentam a participação dos residentes no RESTEC está ligada aos aspectos de inserção profissional, o que a princípio poderia representar uma desconexão do objetivo educacional proposto no Plano Plurianual do Estado do Paraná na ação Gestão do sistema Educacional Superior, porém, como elemento de qualificação profissional está inserido na formatação de políticas para a melhoria da qualidade do ensino.

Ao retratar as contribuições à inserção profissional, se fez presente na narrativa tanto dos gestores quanto dos residentes as Representações Sociais do **RESTEC como um facilitador e oportunizador para a inclusão e ingresso no mercado de trabalho**. Confirma ainda, a abertura de portas, que por meio do conhecimento adquirido trouxe crescimento na carreira profissional. Ainda, a rede de relacionamentos gerada pelo Programa é considerada instrumento potencial na troca e aquisição de conhecimentos e experiências na profissão.

Na categoria Outras Revelações retrata o crescimento dos residentes no aspecto humano e pessoal, apresenta ainda a imagem relacionada ao setor público e a representação de trabalhar com o novo.

Destarte, das 231 citações categorizadas, verificam-se que as questões mais apontadas foram os aspectos de ser um Projeto a partir de uma Política Pública, seguida da relação do Programa Residência Técnica com O Mundo do Trabalho e Perspectivas Profissionais, conforme demonstra o QUADRO 15.

QUADRO 15 – ANÁLISE QUANTIFICÁVEL DAS NARRATIVAS

<b>Categorias</b>	<b>Dimensão TRS</b>	<b>Nº citações</b>	<b>%</b>	<b>Questionamentos</b>
5.2.1 Um Projeto a partir de uma Política Pública	I – IM - A	119	51,6	<i>Quem sabe e de onde sabe? (sujeitos x objeto)</i>
5.2.2 Mundo do Trabalho e Perspectivas profissionais	IM-A	83	35,8	
5.2.3 Outras Revelações	IM-A	29	12,6	<i>O que sabe e com que efeitos? (representações)</i>
		Total 231	100%	

Fonte: Dados da pesquisa



QUADRO 16 – CONTAGEM DE PALAVRAS – WORDS COUNT

Residentes		Gestores		Executores	
<b>Total:</b>	9458	<b>Total:</b>	2190	<b>Total:</b>	848
de	568	que	108	de	37
que	321	de	96	para	23
para	177	do	38	que	21
em	169	um	35	foi	18
do	156	uma	32	com	16
na	143	não	31	<b>programa</b>	15
<b>obras</b>	134	para	30	do	14
um	117	os	28	não	11
com	116	com	26	um	11
uma	111	da	25	como	10
da	105	como	23	os	10
no	104	era	22	na	8
os	98	na	22	em	7
<b>programa</b>	91	foi	21	<b>ideia</b>	7
como	82	no	20	no	7
muito	81	<b>programa</b>	20	uma	7
<b>restec</b>	77	se	20	<b>restec</b>	6
foi	76	por	19	aos	5
as	72	em	18	as	5
<b>trabalho</b>	65	eu	18	<b>aulas</b>	5
não	61	mas	18	das	5
<b>representou</b>	60	assim	16	dos	5
pois	57	ele	15	<b>emprego</b>	5
<b>conhecimento(s)</b>	56	tem	15	<b>estado</b>	5
<b>profissional(is)</b>	52	as	14	<b>negativo</b>	5
<b>residentes</b>	49	muito	12	parte	5
<b>residência</b>	43	curso	11	<b>positivo</b>	5
eu	41	mais	11	<b>profissional</b>	5
sua	40	<b>pessoal</b>	11	<b>residentes</b>	5
<b>experiência(s)</b>	37	<b>pública</b>	11	se	5
era	36	<b>emprego</b>	10	da	4
mais	34	<b>restec</b>	10	eles	4
se	32	<b>secretaria</b>	10	mais	4
<b>seop</b>	32	dos	9	pelo	4
parte	29	ela	9	por	4

Fonte: Dados da pesquisa de acordo com tabulação do Atlas Ti (2015)

As palavras mais frequentes nas narrativas dos residentes são: obras; Programa; RESTEC; trabalho; representou; conhecimento(s); profissional (is); residência – residentes; e experiência. Já para os gestores sobressaem: Programa; pessoal; pública; emprego; RESTEC e secretaria. E pelas narrativas dos membros da UFPR, as palavras mais frequentes são: Programa; ideia; RESTEC; aulas; emprego e Estado.

Ressalta-se que as Representações Sociais são muito mais que palavras proferidas e devem ser interpretadas dentro de um contexto. Contudo, a partir da apresentação visual das palavras mais frequentes presentes nas narrativas e do levantamento quantitativo das citações, comprova-se a forte relação do Programa com o meio profissional, enfatizada por palavras como: profissional, trabalho, obras, residentes, experiência, entre outras.

Sintetiza assim, a percepção dos participantes do Programa Residência Técnica como um Projeto a partir de uma Política Pública relacionada ao Mundo do Trabalho, por sua perspectiva de qualificação e inserção profissional.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa parte da contextualização das Representações Sociais como elemento capaz de interpretar um objeto social. A abordagem do estudo contempla as três dimensões propostas por Moscovici (2003) informação, imagem e atitude para compreender as Representações Sociais dos participantes do Programa Residência Técnica durante sua primeira fase (2006-2010).

O objetivo principal da pesquisa foi analisar as Representações Sociais do Programa Residência Técnica nas áreas de Engenharia e Arquitetura.

Partiu-se da premissa que o Programa Residência Técnica constitui um objeto social relacionado a um contexto e grupo social específicos, podendo-se inferir a existência de Representações Sociais a eles correspondentes.

Nas opiniões, imagens e percepções dos atores sociais (Representações Sociais) e a tradução destas em ações políticas, existem mediações diversas, tais como a visão de mundo, o conjunto de saberes envolvidos, o sentido e o conteúdo das necessidades e interesses individuais e coletivos. Ou seja, as Representações Sociais se constituem na relação com o mundo (GOULART, 1993).

Observou-se que as pesquisas em Políticas Públicas ainda se concentram dentro das Universidades, distanciando-se a teoria da esfera política. O foco teórico utilizado nas Ciências Sociais traz pouca aplicação imediata para a resolução de problemas nesta área. Pesquisas multidisciplinares também apresentam baixos índices, parte atribuída à estrutura acadêmica departamentalizada que prejudica o cruzamento das áreas. Dessa forma, a presente pesquisa busca agregar tanto à área interdisciplinar quanto ao desenvolvimento prático de conteúdos fundamentalmente teóricos.

O objetivo a) contextualizar o Programa Residência Técnica como elemento de uma Política Pública relacionada ao mundo do trabalho foi atingido a partir da análise documental. Foi possível perceber que o RESTEC se

enquadrava no PPA (2008-2011) do Estado do Paraná, e dele concebe-se o Programa Ensino Superior e Desenvolvimento Científico-Tecnológico, tendo como ação a gestão do sistema educacional superior, formulada como Qualificação Técnica e instrumentalizada pelo Projeto denominado Programa Residência Técnica.

O objetivo b) identificar informações, imagens e atitudes relacionadas ao Programa Residência Técnica, foi atingido por meio da análise de conteúdo (com suporte do software Atlas Ti) das entrevistas narrativas e análise documental.

As narrativas possibilitaram extrair as *tematás*, que são uma série de conceitos gerais, de ideias-força, enraizadas na memória coletiva de um grupo (MARKOVÁ, 2003). A partir destes conceitos gerais destacam-se algumas das principais ideias-força expressas como Representações Sociais dos participantes indicadas nas categorias grifadas abaixo.

Ao abordar **um Projeto dentro de uma Política Pública** a Representação Social mais frequente por parte dos participantes é o entendimento do RESTEC como meio para agregar mão de obra à Secretaria de Obras do Estado do Paraná a partir da qualificação dos servidores e residentes. Trouxe ainda como pressuposto do Programa RESTEC uma política de inclusão buscando atingir um público que as políticas assistencialistas não atenderiam (engenheiros e arquitetos), ressalta-se ainda como situação problema a falta de investimento no serviço público tendo como consequência a não contratação efetiva de servidores para atuarem na gestão de obras do Estado do Paraná, ocasionando carência de fiscais em muitas obras gerenciadas pela SEOP. Neste sentido, o Programa foi concebido para revitalizar a SEOP, como um subprograma (ou projeto) do Programa de qualificação do quadro técnico da Secretaria de Estado de Obras Públicas, para a melhoria da obra pública e requalificação dos servidores. Aos residentes era a garantia de trabalho após a graduação, pois, estes entram no mercado sem experiência sendo transformados em técnicos (de nível superior) ao obterem um diploma e registro no CREA, podendo melhorar as chances de se empregarem no mercado de fornecedores de serviços à administração pública, na área de arquitetura e engenharia. Já a sociedade, recebe profissionais mais técnicos e competentes.

Contemplando a forma de divulgação do Programa, as Representações Sociais deram conta de que foi principalmente por meio de amigos, ex-colegas ou conhecidos. Contudo, também foi divulgado por: agência do trabalhador, rádio/televisão, boletim informativo do CREA, portal do Governo do Estado, entre outros.

Na visão dos gestores a concepção era de um Programa de requalificação por meio de um curso de pós-graduação, lato sensu, de arquitetura e engenharia da obra pública. Na visão dos executores era a oportunidade de ter um treinamento em serviço, pois, eram desenvolvidos trabalhos junto à SEOP de segunda a quinta-feira e na sexta-feira participação nas aulas de pós-graduação em obras públicas ministradas pela UFPR.

Retratando os benefícios gerados aos residentes, a aprendizagem acadêmica aliada à prática profissional trouxe discussão e aprofundamento de alguns temas relevantes para a construção de obras públicas, conteúdos por vezes ausentes na formação básica de engenheiros e arquitetos, e que são fundamentais para a atuação no setor público.

Já como elemento relacionado ao **Mundo do trabalho e Perspectivas Profissionais**, a Representação da qualificação profissional proporcionada pelo Programa junto ao setor público, revelou ainda que a preocupação com a inserção dos residentes no mercado, mesmo não sendo o foco do RESTEC, acabou como consequência deste, pois, para os residentes **era uma grande porta de entrada para o mercado profissional**, pela oportunidade que surgia de exercer a profissão de forma digna e justa.

A aquisição de experiência contribuiu para a inserção profissional dos residentes, diante da percepção do Programa como um facilitador que oportuniza a inclusão e ingresso no mercado de trabalho. Confirmando ainda a abertura de portas, que por meio do conhecimento adquirido trouxe crescimento na carreira, além dos diversos contatos profissionais.

Uma categoria que emergiu fora do foco inicial de análise, foi agrupada em **Outras revelações**, e incorpora o crescimento pessoal proporcionado pela participação dos residentes, citações mencionando a aversão de alguns residentes pelo setor público e a admiração que permanece para outros, além de relatos sobre a participação em um projeto inovador, constatado a partir da

compreensão de se sentirem um experimento em um processo que “a gente não sabia onde ia dar”.

A síntese dos resultados das dimensões relacionadas à TRS presentes nas narrativas e na análise documental confirmam que os participantes têm informação, imagem e atitude sobre o objeto estudado.

Na dimensão **informação** houve linearidade na forma de tomar conhecimento sobre o objeto, apresentando o RESTEC como um projeto inserido no contexto de uma Política Pública para qualificação de servidores e residentes nas áreas de engenharia e arquitetura. Corroborando com a afirmativa de Moscovici (1978 apud Hallal; Leite; Rejowski, 2012) de que os sujeitos com mais conhecimento sobre o objeto representado têm melhores condições de informação sobre esse objeto;

Na dimensão **imagem** emergem as representações relacionadas às expectativas dos participantes em relação ao RESTEC. Sendo as principais retratadas pelos residentes: oportunidade de inserção no mercado de trabalho e a qualificação para o setor público refletidas em um sentimento de gratidão e adjetivando o RESTEC como uma oportunidade única para recém-formados. Enquanto para os executores ficou o sentimento de falta de apoio e reconhecimento na institucionalização do Programa. Aos gestores ficou a sensação de dever cumprido, contudo, ressaltam a necessidade de correções e atualizações de diversos aspectos;

Na dimensão **atitude** observa-se que apesar de vários aspectos negativos relatados, predomina a representação positiva dos participantes em relação ao RESTEC, e, dos benefícios por ele gerados no âmbito governamental, acadêmico e social.

Para cumprir o objetivo c) analisar os desdobramentos do Programa Residência Técnica na vida profissional dos residentes, o roteiro proposto apresentava a indagação central: O que os conhecimentos e as experiências vividas no RESTEC trouxeram em termos de trabalho e emprego? As narrativas ressaltaram que o Programa trouxe além da experiência profissional, consequentemente, a inserção no mercado de trabalho.

Destacam-se dentre as representações sociais dos participantes emergem elementos especificamente relacionados ao contexto profissional, tais como: aquisição de conhecimento e experiência; a residência como

diferencial no currículo para engenheiros e arquitetos; a oportunidade de receber aprendizado em serviço; atuação específica na esfera pública; e as oportunidades decorrentes da rede de relacionamentos profissionais que o Programa proporcionou.

A execução dos objetivos relacionados acima trouxe alguns desafios, um deles foi ajustar as dimensões da TRS às narrativas, pois, o próprio Moscovici (2003, p. 210) ressalta esta dificuldade “do ponto de vista dinâmico, as Representações Sociais se apresentam como uma ‘rede’ de ideias, metáforas e imagens, mais ou menos interligadas livremente e, por isso, mais móveis e fluídas que teorias”. Apesar de uma teoria ampla e fluída, foi possível traçar paralelos dentro de um projeto decorrente de uma Política Pública e as formalidades relacionadas a este, permitindo assim relacionar o referencial teórico da Teoria das Representações Sociais com os aspectos de uma Política Pública voltada ao mundo do trabalho, para posterior aplicação ao objeto da pesquisa.

Uma das expectativas iniciais era quantificar as implicações do RESTEC na vida dos residentes, porém, por questões temporais e de acordo com o propósito da teoria utilizada, a análise ateve-se a uma abordagem qualitativa.

Quanto ao método, a análise de conteúdo é utilizada quando se quer ir além dos significados, da leitura simples do real e pode ser aplicada aos instrumentos de coleta desta pesquisa. Aplica-se a tudo que é narrado em entrevistas ou mesmo escrito em leis, decretos e relatórios governamentais. Dessa forma, a utilização de narrativas permitiu captar e construir as categorias de análise sobre o objeto social RESTEC, a partir dos relatos individuais dos três grupos de participantes.

A abordagem metodológica fundamentou-se no intuito de trazer as percepções destes sujeitos como perspectivas a serem consideradas na esfera das ações públicas.

Salienta-se que a TRS traz uma visão ampla e mais subjetiva em busca de interpretar a realidade socialmente construída por um grupo, não sendo adequada para uma análise objetiva e formal dos processos que compõe uma Política Pública.

Conhecer a Representação Social que estes participantes têm sobre o RESTEC equivale saber as relações, condutas e perspectivas quanto às experiências vivenciadas.

Pelo cumprimento dos objetivos específicos descritos, acredita-se ter alcançado o objetivo geral de analisar as Representações Sociais dos participantes do RESTEC. Contudo, decorrente do desenvolvimento e análise da pesquisa reflexões surgiram e levaram a conclusão de que os limites desta investigação podem ser ampliados.

Por tratar-se de um estudo de caso os resultados são válidos somente para a população investigada, apresentando conclusões que não são generalizáveis, dada a subjetividade e interpretação das respostas, e, período e participantes investigados.

No contexto desta investigação, enfatiza-se que “as representações sociais não explicam toda a dinâmica social, pois, são partes do conhecimento social, uma expressão do pensamento não formalizado de determinado grupo” (FERRARI; GUEDES, 2012, p. 8).

Destarte, não se fez presente nesta discussão, o processo pragmático envolvido na construção do RESTEC ou mesmo a análise da Política Pública que o originou, tampouco, sua avaliação formal, ou aspectos institucionais envolvidos. Também não fizeram parte do escopo da pesquisa reflexões sobre outros Programas de Residência Técnica que surgiram a partir deste. Questões estas, que merecem destaque em futuras pesquisas.

## REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. Três agendas, seus resultados e um desafio: balanço recente da administração pública federal brasileira. **Desigualdade & diversidade - Dossiê especial**, segundo semestre de 2011. p. 119-142.

ALANIZ, Erika. Competência ou qualificação profissional: noções que se opõem ou se complementam? ANPED, 25... Educação: manifestos, lutas e utopias, **Anais...**, 2004. Caxambu, 2004. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/25/erikaporcelialanizt09.doc>. Acesso em 24 de julho de 2015.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. **Rev. Múltiplas Leituras**, v. 1, n.1, jan.-jun. p. 18-43, 2008.

ALVES, Edgard Luiz Gutierrez; VIEIRA, Carlos Alberto dos Santos. **Qualificação Profissional**: uma proposta de política pública. 1995. IPEA. Texto para discussão n.376. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0376.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0376.pdf). Acesso em 27 de março de 2015.

AMORIM, Wilson Aparecido Costa; SARSUR, Amyra Moyzés; CRUZ, Marcus Vinicius G.; FISCHER, André Luiz. Gestão por competências e relações de trabalho no Brasil: notas de pesquisa sobre a perspectiva sindical. **Revista de administração em diálogo - RAD**, v. 12, n. 3, set./out./nov./dez. p. 1-33, 2010.

ARAUJO FILHO, Geraldo Ferreira de. **Criatividade Corporativa**: na era dos resultados. Rio de Janeiro: Ed. Ciência Moderna, 2003.

ATLAS TI®. 2015. The qualitative data analysis. Disponível em: <http://atlasti.com/> Acesso em 26 de julho de 2015.

BANCHS, María A. Aproximaciones Procesuales Y Estructurales al estudio de las representaciones sociales. Papers on social representations. **Textes sur les représentations sociales**, v.9, p. 3.1-3.15, 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARROS, Carolina Fernandes Pombo. **Cidadania e Política Social**: representações sociais de senadores durante o primeiro governo Lula. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arrouca, Rio de Janeiro, 2009. 141 p.

BDTD. Banco de Teses e Dissertações IBICT. Disponível em: <http://www.bdttd.ibict.br> Acesso em 02 de fevereiro de 2015.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

BERGUE, Sandro Trescastro. Escolas de governo e fomento ao controle social: o caso do programa É da nossa conta. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 17. **Anais...** 2012. Cartagena, out./nov. p.1-17, 2012.

BERGUE, Sandro Trescastro. Gestão Estratégica e Políticas Públicas: Aproximações conceituais possíveis e distanciamentos necessários. **Rev. Contabilidade, Gestão e Governança** – Brasília, v. 16, nº 2, p. 77-93, maio-agosto 2013.

BERNARDONI, Doralice Lopes; SOUZA, Marta Cristina; PEIXE, Blênio César Severo. **Fortalecimento da função avaliação de políticas públicas**: estudo de caso do processo de avaliação da política de emprego e renda da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social do Paraná. 2008. Disponível em: [http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/gestao\\_de\\_politicas\\_publicas\\_no\\_parana\\_coletanea\\_de\\_estudos/cap\\_6\\_trabalho\\_emploi\\_e\\_promocao\\_social/capitulo\\_6\\_1.pdf](http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/gestao_de_politicas_publicas_no_parana_coletanea_de_estudos/cap_6_trabalho_emploi_e_promocao_social/capitulo_6_1.pdf) Acesso em 25 de novembro de 2015.

BIDJARI, Azam Farah. Attitude and Social Representation. **Procedia – Social and Behavioral Sciences**, v. 30, p.1593-1597, 2011.

BRASIL. Fortalecimento institucional e integração de políticas públicas de economia solidária no Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. Anexo 1 – **Chamada pública 004/2013**. Brasília, 2013.

BRASIL. Subsídios para a discussão de proposta de anteprojeto de lei orgânica da educação profissional e tecnológica. Lei Orgânica da Educação Profissional e Tecnológica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, DF, 2003. Disponível em: [http://www.anped11.uerj.br/Lei\\_organica.pdf](http://www.anped11.uerj.br/Lei_organica.pdf). Acesso em 08 de setembro de 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Residência multiprofissional em saúde**: experiências, avanços e desafios - Brasília: Ministério da Saúde, 1ª ed. Brasília, 2006.

BRASIL. A evolução e a Constituição das políticas públicas de emprego, trabalho e renda. Ministério do Trabalho e Emprego. **Projeto de qualificação social para atuação de sujeitos de grupos sociais na negociação coletiva e na gestão de políticas públicas**. Brasília: Secretaria de Políticas Públicas de emprego, 2007a.

BRASIL. Características da participação dos jovens no mercado de trabalho e elementos para as políticas públicas. **Projeto de qualificação social para atuação de sujeitos de grupos sociais na negociação coletiva e na gestão de políticas públicas**. Brasília: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, 2007b.

BRASIL. Política Nacional de Extensão Universitária. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. In: XXVI ENCONTRO NACIONAL FORPROEX, 26. **Anais...** Rio de Janeiro, 2009, 74 p.

BRASIL, Projeto de Lei nº 3.782, de 2008. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/673910.pdf>. Acesso em 29 de maio de 2015.

BRASIL. Acesso à informação pública: uma introdução à Lei nº12.527, de 18 de novembro de 2011. Controladoria-Geral da União, Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/cartilhaacessoainformacao.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2015.

BRASIL. Lei nº 9.933 de 20 de dezembro de 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9933.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9933.htm). Acesso em 29 de maio de 2015.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Estado, Estado-nação e sociedade. Versão de 5 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br>. Acesso em 08 de setembro de 2014.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CAMPOS-HERNANDÉZ, Miguel-Ángel; GASPAR-HERNANDÉZ, Sara; VELÁSQUEZ-BURGOS, Bertha-Marlene. Discurso y representaciones de estudiantes de bacteriología y trabajo social. **Revista Iberoamericana de Educación Superior – RIES**. v. 6,n.15, p.50-70, 2015.

CARBONE, Pedro Paulo; BRANDÃO, Hugo Pena; LEITE, João Batista Diniz e VILHENA, Rosa Maria de Paula. **Gestão por Competências e Gestão do Conhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CAVALCANTE, Pedro. Descentralização de políticas públicas sob a ótica Neoinstitucional: uma revisão de literatura. **Revista de Administração Pública – RAP**, v. 45, n. 6, nov.-dez., p. 1781-1804, 2011.

CHIORATO, Arilson Maroldi. **O legado histórico e a política de desenvolvimento do Paraná (2008-2011)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2013.

COELHO, Fábio da Penha; MONTEIRO, Filomena Maria de Arruda. As situações problemas como processo formativo e reflexivo para os professores de educação física no início da docência. **Coleção Pesquisa em Educação Física – V.11, n.6, 2012. P.S486-S500**.

COSTA, Maria Aparecida Tenório Salvador. Uma leitura das representações sociais dos professores sobre o poder profissional docente. **Debates em educação**. Maceió, v. 4, n.7. jan.-jul., p.87-106, 2012.

COSTA, Frederico Lustosa; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de Programas Públicos: Desafios conceituais e metodológicos. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 37, n.5. Set./Out. p.969-992, 2003.

CRISTO, Carlos Manuel Pedrosa Neves. Prospectiva estratégica: instrumento para a construção do futuro e para a elaboração de políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, v.54, n. 1, p. 63-78, jan.-mar. 2003.

CRUBELLATE, João Marcelo; GRAVE, Paulo Sérgio; MENDES, Ariston Azevedo . A questão institucional e suas implicações para o pensamento estratégico. **Revista de Administração Contemporânea – RAC**, edição especial, p. 37-60, 2004.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998.

DE PAULA, João Antonio. Plano, programa e projeto: a experiência brasileira. **Rev. Soc. Bras. Economia Política**, Rio de Janeiro, n.13, p. 101-125, dezembro, 2003.

DELORS, J. Educação um tesouro a descobrir. **Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 19-32.

DEMO, Pedro; OLIVEIRA, Liliâne Lúcia Nunes de Aranha. In: IPEA: **Textos para discussão nº 391 – Cidadania e Direitos Humanos – sob o olhar das políticas públicas**. Brasília, novembro 1995. 83 p.

DESAULNIERS, J.B.R. Formação, competência e cidadania. **Educação e sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 60, p. 51-63, 1997.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas**: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

DYE, Thomas R. Understanding Public Policy. **Teachers College Record**. v. 74, n. 4, p. 571-574, 1973.

DYE, Thomas R. **Understanding Public Policy**. 14 ed. Person, 2013.

EMMENDOERFER, Magnus Luiz; SILVA, Gustavo Melo. Contribuições do Neoinstitucionalismo da Ciência Política para os estudos de redes organizacionais. **BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**. v. 6. p. 218-229, Set./out., 2009.

FARIA, Ana Maria Rocha; QUELHAS, Osvaldo Luís Gonçalves. O uso da qualificação e capacitação profissional nos hotéis da cidade do Rio De Janeiro. **Rev. Organização & Estratégia**. Boletim Técnico 2. p. 139-170, 2005.

FERNANDES, Ana Tereza; CASTRO, Camila; MARON, Juliana. Desafios para implementação de políticas públicas: intersectorialidade e regionalização. Painel 07/025 – Governança em rede: inovações da gestão regionalizada de Minas Gerais. In: CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA CONSAD, 6. **Anais...** Brasília, abril, 2013. 20 p.

FERNANDES, Cláudia Regina; SOUSA, Rafael Queiroz; ARCANJO, Francisco Sávio Alves; MENEZES NETO, Gerardo Cristino; GOMES, Josenília Maria Alves; GIAXA, Renata Rocha Barreto. Implementation of a residency program in anesthesiology in the Northeast of Brazil: impact on work processes and professional motivation. **Rev. Bras. Anesthesiol.** v. 2, n.65 p.155-161, 2015.

FERNANDES, Valdir; MALHEIROS, Tadeu Fabrício; PHILIPPI JR., Arlindo; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Metodologia de Avaliação Estratégica de Processo de gestão ambiental municipal. **Saúde Soc.** São Paulo, v. 21, supl. 3, p. 128-143, 2012.

FERRARI, Cibele Dalina Piva; GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo. A contribuição da teoria das representações sociais para o estudo do patrimônio cultural – o exemplo da ilha da Rita/SC. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, Niterói, setembro 2012. 19p.

FERRAZ, Deise Luiza da Silva *et. al.* A análise de uma política pública de geração de trabalho e renda por meio da discussão dos reguladores sociais Lukacsiano: o caso dos catadores de materiais recicláveis. ENANPAD, 26. **Anais...**, Rio de Janeiro, setembro, 2012. p. 1-16.

FREITAS, Maria do Carmo, Duarte *et. al.* Uma proposta de educação continuada numa parceria universidade e governo: residência técnica. COBENGE. CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM ENGENHARIA, 25. **Anais...** 2007.p. 1D07 – 1- 1D07 – 10.

FREITAS, Maria do Carmo, Duarte *et. al.* La actividad de docencia en clase mediada por la tic: proyecto de educación continuada para arquitecto e ingeniero. **Revista de Currículum y Formación de Profesorado**, v.15, n. 1, p. 67-74, 2011.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, nº 21, p. 212-258, jun., 2000.

GIACOMINI, C. H.; RIBEIRO, E. R.; ZIOBRO, A. P.. Conhecimento e Inovação a partir da Gestão Pública em Curitiba. SBGC. In: KM BRASIL **Anais...**, 2011, São Paulo, 2011. 11 p.

GIUGLIANI, Eduardo *et. al.* Programa Residência Técnica em Engenharia: relato de uma experiência de integração Universidade e mercado de Trabalho na PUCRS. 1999. Disponível em: <http://www.abenge.org.br/CobengeAnteriores/1999/st/t022.pdf>. Acesso em 10 de março de 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa – tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**. São Paulo, v 35, p. 57-63, maio-junho 1995.

GOULART, Flavio A. A. Representações sociais, ação política e cidadania. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p.477-486, out.-dez. 1993.

GRAU, Nuria Cunill. Repensando o público através da sociedade: novas formas de gestão pública e representação social. **Revan**, Brasília, ENAP, dezembro, 1998.

GUARESCHI, N. *et. al.* Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência. IN: STREY, M.N.; AZAMBUJA, M.P.R.; JAEGER, F.P. **Violência, Gênero e Políticas Públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2004. P. 177-193.

GUARESHI, Pedrinho A. (Org.) **Os construtores da informação**: meios de comunicação, ideologia e ética. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

GUERRA, Gilberto Clarício Martinez; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. A institucionalização de representações sociais: uma proposta de integração teórica. **REGE**, São Paulo, v. 18, n.3, p. 330-359, jul.-set. 2011.

HALLAL, Dalila Rosa; LEITE, José Carlos de Carvalho; REJOWSKI, Mirian. Representações sociais de turismo: mecanismos e dimensões. Disponível em: <http://www.ucs.br/site/midia/arquivos/qt6-representacoes.pdf> Acesso em 15 de dezembro de 2015.

HERMANY, Ricardo; FRANTZ, Diogo. O poder local na implementação de políticas públicas garantidoras de cidadania: uma abordagem constitucional. In: **Ambito Jurídico**, Rio Grande, XI, n.58, out. 2008. Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=5194](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5194) Acesso em 30/01/2015.

HOLZMANN, ENEIDA REGINA FABIAN. **Aproximações dos conceitos de comunidades de prática e intervisão em terapia comunitária**: contribuições para o compartilhamento e a produção de conhecimento em saúde mental no Paraná. Dissertação (mestrado) do Programa de Pós Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação da Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2013.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL Anthony. **Política Pública**: seus

ciclos e subsistemas - uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IPEA. **Comunicado Ipea nº 159**: duas décadas de desigualdade e pobreza medidas pela PNAD/ IBGE. Rio de Janeiro, Ipea: 2013.

JARDIM, José Maria. A lei de acesso à informação pública: dimensões político-informacionais. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v.. 5, n. 1, 2012.

JODELET, Denise. Représentations sociales: um domaine em expansion. In: Jodelet, Denise (ed.) **Les representation sociales**. Paris: PUF, 1989, pp. 31-61.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações Sociais e a esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Knowledge in context**: representations, community and culture. London, Routledge Publications, 2007.

JUSTEN, Carlos Eduardo; MORETTO NETO, Luís. As interfaces da estratégia e ambiente institucional de referência: o caso do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRESC). **Revista de Negócios**, Blumenau. v. 19, n. 2, p. 3-20, abr.-jun., 2014.

KUENZER, Acácia Zeneida; GRABOWSKI, Gabriel. Educação Profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, nº 1, p. 297-318, jan.-jun. 2006.

LABRA, Maria Eliana. Análise de políticas, modos de policy-making e intermediação de interesses: uma revisão. **Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n.2, p. 131-166, 1999.

LECHINEWSKI, Hélio Rubens de Godoy. **Instituições, democracia e participação na administração pública municipal**: análise dos modelos de gestão pública de Curitiba e Porto Alegre. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC PR, 2011.

LIMA, Luciana Leite. Análise de políticas públicas: considerações sobre a utilidade da perspectiva Neo-institucional e do conceito de autonomia relativa do Estado. **Rev. do Centro de Ciências Sociais e Humanas da UFSM**, v. 19, n. 2, p. 101-110, 2006.

LIMA, Antonio Almerico Biondi; MOREIRA, Fernando Augusto. **Diálogo social e qualificação profissional**: experiências e propostas In: Construindo Diálogos Sociais, Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2005. v.1.

LOBATO, Lenaura. Algumas considerações sobre a representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas. In: SARAIVA,

Enrique & FERRAREZI, E. (Orgs.). **Políticas Públicas**. Brasília: ENAP, 2006. v.1.p. 289-313.

LOBO, Vinicius; ANZE, Viviani R. A importância estratégica da política pública de intermediação de mão de obra. **Boletim Mercado de trabalho - conjuntura e análise** n. 57, Agosto 2014. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt57\\_completo.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt57_completo.pdf) Acesso em 10 de outubro de 2014.

LYNN, Laurence. E. **Designing Public Policy: a casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Califórnia: Goodyear, 1980.

MACAMBIRA, Júnior; CARLEIAL, Liana Maria da Frota.(Orgs.) **Emprego, trabalho e políticas públicas** – Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

MACÊDO, Lenilda Cordeiro. Estado, Sociedade e política educacional brasileira: uma possível análise. **Espaço do currículo**, v.. 4, n.1, p. 78-91, mar.-set. 2011.

MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L.; FONSECA, Valéria Silva; CRUBELLATE, João Marcelo. Estrutura, Agência e interpretação: elementos para uma abordagem recursiva do processo de institucionalização. **Revista de Administração Contemporânea - RAC**, 1ª edição especial, p. 9-39, 2005.

MAGALHÃES, Poliana Marina Mascarenhas de Santana. **A escuta do saber-fazer do coordenador pedagógico pelo professor: um estudo em representação social**. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia. UEBA, 2011.

MARINHO, Danilo Nolasco C.; BALESTRO, Moisés Villammil; WALTER, Maria Inez M. T.(orgs.) Avaliação Externa do Programa Seguro-Desemprego. In: **Políticas Públicas de Emprego no Brasil**. Brasília: Ministério do Trabalho, 2009. Capítulo II.

MARKOVÁ, Ivana. **Dialogicality and Social Representations: The Dynamics of mind**. Cambridge: Cambridge University Press. 2003. 222 p.

MEAD, Lawrence. M. Public Policy: Vision, Potencial, Limits. **Policy Currents**, v.1, n. 4, p.1-4, feb., 1995.

MENDES, Geisa do Socorro Cavalcanti Vaz; SORDI, Mara Regina Lemes. Metodologia de avaliação de implementação de programas e políticas públicas. **Eccos Revista Científica**. São Paulo, n. 30, p. 93-111, 2013.

MENEGUIN, Fernando B.(org.) **O funcionamento do mercado de trabalho e as políticas públicas para a criação de emprego**. Agenda legislativa para o desenvolvimento nacional. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011.

MOISÉS, Helviu Nicolau. Formulação e implementação de políticas, programas e projetos públicos. Disponível em: <http://slideplayer.com.br/slide/395528/> Fundação João Mangabeira. Escola de Formação Política Miguel Arraes. Acesso em 20/11/2014.

MONTEIRO, Jorge Viana. Sobre economia institucional e economia do setor público. **Rev. Adm. Pública**: Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 103-111, .Jan.-mar. 1980.

MORAN, Michael; REIN, Martin; GODIN, Robert. **The Oxford handbook of public policy**. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 3-38.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: Investigações em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes 2003.

MOURÃO, Luciana; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo. Avaliação de programas públicos de treinamento: um estudo sobre o impacto no trabalho e na geração de emprego. **Revista Organização & Sociedade**, v.12, n.33, p. 13-37, abr./jun., 2005.

MUYLAERT, Camila Junqueira *et al.* Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Rev. Esc. Enfermagem USP**, v. 48, n. esp. 2, p. 193-199, 2014.

NORONHA FILHO, Ananias. Educação profissional em saúde: o PROFAE proposta neo-institucional. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 6. **Anais...** Universidade Federal do Maranhão. Agosto, 2013. Disponível em:[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/11\\_educacao/educacao-profissional-em-saude-o-profae-proposta-neo-institucional.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/11_educacao/educacao-profissional-em-saude-o-profae-proposta-neo-institucional.pdf). Acesso em 13 de setembro de 2014.

OLIVEIRA E PAIVA, Vera Lúcia Menezes. A pesquisa narrativa: uma introdução. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, vol. 8, núm. 2, jul.-dez., 2008. s/n.

OLLAIK, Leila Giandoni; MEDEIROS, Janann Joslin. Instrumentos governamentais na implementação da política nacional de museus. **Revista Organização & Sociedade**, v. 19, n.63, p. 661-678, out./dez., 2012.

PAES, Marcela Soares Polato; PAULA E SILVA, Joyce Mary Adam. Professional Education in contemporary Brazilian society: public policies and Pronatec cup program analysis. **Procedia – Social and Behavioral Sciences**, v. 174, p. 239-243, 2015.

PARANÁ. Lei 11.066/95. DIOE Nº 4440 de 01/02/95. Disponível em: [http://www.pge.pr.gov.br/arquivos/File/lei\\_11066.pdf](http://www.pge.pr.gov.br/arquivos/File/lei_11066.pdf). Acesso em 25 de janeiro de 2015.

PARANÁ. Lei 14.803/05. DIOE nº 7022 de 20 de julho de 2005. Paraná, 2005. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=2792&codItemAto=18995#18995>. Acesso em 08 de setembro de 2014.

PARANÁ. 2007. Plano Plurianual 2008-2011. Disponível em: [http://www.fazenda.pr.gov.br/arquivos/File/Orcamento/PPA/PPA\\_2008\\_Anexo\\_2.pdf](http://www.fazenda.pr.gov.br/arquivos/File/Orcamento/PPA/PPA_2008_Anexo_2.pdf) e [http://www.fazenda.pr.gov.br/arquivos/File/Orcamento/PPA/PPA\\_2008\\_Anexo\\_1.pdf](http://www.fazenda.pr.gov.br/arquivos/File/Orcamento/PPA/PPA_2008_Anexo_1.pdf) Acesso em 11 de julho de 2015.

PARANÁ. Lei 16.020/08. DIOE nº 7875 de 19 de dezembro de 2008. Paraná, 2008. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=16400&indice=1&totalRegistros=1>. Acesso em 08 de setembro de 2014. PARANÁ. Agência Estadual de Notícias. PR: Escola de Governo forma 11.300 servidores para melhorar serviços. Em 30 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=78551&tit=Escola-de-Governo-forma-11.300-servidores-para-melhorar-servicos&ordem=40>. Acesso em 26 de agosto de 2014.

PARANÁ. Governo do Estado. Secretaria de Infraestrutura e Logística. Paraná Edificações. Residência Técnica. Disponível em: <http://www.paranaedificacoes.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=16> Acesso em 10 de outubro de 2014. 2010a.

PARANÁ. Governo do Estado. Secretaria de Infraestrutura e Logística. Disponível em: <http://www.cidadao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=222>. Acesso em 10 de outubro de 2014. 2010b.

PARANÁ. JusBrasil Notícias. 2015a. Disponível em: <http://gov-pr.jusbrasil.com.br/noticias/399631/assembleia-aprova-programa-de-residencia-tecnica-no-pr> Acesso em 25 de março de 2015.

PARANÁ. JusBrasil Notícias. 2015b. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/87667352/doi-pr-caderno-normal-executivo-11-03-2015-pg-20>. Acesso em 18 de abril de 2015.

PEREIRA, Álaba Cristina. **Representações sociais sobre saúde mental, políticas públicas e práticas profissionais**: um estudo em Manfrinópolis-PR. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, 2013.

PEREIRA, José Matias. **Manual da Gestão Pública Contemporânea**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham House. Chatham, New Jersey, 1986.

PIRES, Maria Coeli Simões. Concepção, Financiamento e Execução de Políticas Públicas no Estado Democrático de Direito. **Tribunal de Contas de Minas Gerais**, Belo Horizonte v. 39, n. 2, p. 141-192, abr.-jun. 2001.

PRATES, Wladimir Ribeiro. AFO: Ciclo de gestão, características do orçamento e princípios orçamentários. Disponível em: <http://www.adminconcursos.com.br/2014/07/conceitos-iniciais-em-afo-ciclo-de.html>. Acesso em 20/11/2014.

REIS, Sebastiana Lindaura de Arruda; BELLINI, Marta. Representações sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental. **Acta Scientiarum Human and Social Sciences**, Maringá, v. 33, n. 2, p. 149-159, 2011.

RESTEC. Programa Residência Técnica – 2008. CESEC UFPR. Disponível em: <http://www.cesec.ufpr.br/restec/> Acesso em 20/11/2014.

ROCHA, Roberto. A avaliação da implementação de políticas públicas a partir da perspectiva neo-institucional: avanços e validade. **Cadernos EBAPE**, FGV, v. 2, n. 1, p. 1-12, março, 2004.

ROCHA-PINTO, Sandra Regina. PEREIRA, Claudio de Souza. COUTINHO, Maria Teresa Correia. JOHANN, Silvio Luiz. **Dimensões Funcionais da gestão de pessoas**. 9. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

RODRIGUES, Jéssica do Nascimento; GUIMARÃES, Mauro. As representações sociais do grupo participante da construção da política pública de educação ambiental de Mesquita (RJ). **Ci. Huma. E Soc. Em Rev. Seropédica**, v.32, n.2, p. 165-178, jul.-dez. 2010.

RODRIGUES, Marta M. Assunção. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos. Manuscrito, elaborado para el Programa de Apoyo a la Gerencia Social em Brasil. Banco Interamericano de Desarrollo: INDES. 1997. Disponível em: [http://vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/pol\\_publicas](http://vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/pol_publicas). Acesso em 19 de abril de 2015.

SÁ, Celso Pereira; ARRUDA, Angela. O estudo das representações sociais no Brasil. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis ed. especial temática, p.11-31, 2000.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALMEIDA, Leda Maria (orgs.). **Diálogos com a teoria das representações sociais**. Ed. Universitária UFPE, 2005. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=uBROp9313z8C&printsec=frontcover&dq=editions:RWZkoJaQAFIC&hl=pt-BR&sa=X&ved=0CBwQ6AEwAGoVChMIz->

[6GhKrdxglVDBWQCh108AOW#v=onepage&q&f=false](https://doi.org/10.1080/10801080.2015.1080108) Acesso em 13 de julho de 2015.

SCHLESINGER, Cristina Costa Barros et. al.. **Gestão do Conhecimento na Administração Pública**. Curitiba: IMAP, 2008.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SECCHI, Leonardo *et. al.* Policy orientation nas pesquisas em políticas públicas no Brasil. In: ENCONTRO DA ABCP, 8. **Anais...** Gramado, agosto 2012.

SEFOR. Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional. **Educação Profissional**: um projeto para o desenvolvimento sustentado. Brasília: SEFOR, 1995.

SÊGA, Rafael Augustus. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. **Anos 90**, Porto Alegre. n.13, p. 128-133, jul., 2000.

SILVA, Angela Cardoso Ferreira. **Jovens e Políticas Públicas**: Representação sociais de educação entre jovens do ProJovem Urbano na cidade de João Pessoa/PB. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, 2011.

SILVA, Christian Luiz da; BASSI, Nadia Solange Schimidt. O uso de estudos prospectivos no processo de políticas públicas. **Rev. Pol. Públ.**, São Luis, v.15, n.2, p.315-325, jul./dez., 2011.

SILVA, Helena de Fátima Nunes. **A biblioteca e suas representações**: análise das representações de alunos e professores na UFPR. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná – UFPR, 1996.

SILVA, Helena de Fátima Nunes. **Criação e compartilhamento de conhecimento em comunidades de prática**: uma proposta metodológica. Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2004.

SILVA, Regina Alves; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. A representação social na esfera pública: percepções sobre o funcionário público em uma administração municipal. **Qualit@s Rev. Elet.** v. 9, n.1,p. 1-16, 2009.

SILVA, Sérgio conde de Albite. A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil. In: ANCIB E ENANCIB, 9.: Diversidade cultural e políticas de informação. **Anais...** São Paulo: USP, 2008.

SILVA LEME, Maria Alice Vanzolini; BUSSAB, Vera Silvia Raad; OTTA, Emma. A representação social da Psicologia e do Psicólogo. **Psicol. cienc. prof.** v.9, n.1, Brasília, 1989. P. 29-35.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, Celina. Governos Locais e gestão de políticas sociais universais. **Rev. São Paulo em perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 27-41, 2004.

SOUZA, Vanessa Aparecida. **A "ambiguidade institucional" no conselho deliberativo de fundo de ampara ao trabalhador (1990-2002)**: avanços e recuos. Tese (doutorado) Programa de Pós Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2007.

SPINK, Mary Jane. (Org.) **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SPINK, Mary Jane P. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v. 0, n.3, p. 300-308, jul.-set. 1993.

SUMNER, Meghan. The Social Weight on spoken words. **Trends in Cognitive Sciences**, v. 19, n.5, May, 2015.

TEIXEIRA, Alex V.; FREITAS DUARTE, Maria do C.; LAURINDO, Alisson M. Engineering Information: Conceptual elements related information management and information systems. In: EDULEARN,14. **Proceedings**, 2014, pp. 6909-6915.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista AATR**, 2002. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf). Acesso em 13 de setembro de 2014.

THELEN, Kathlen; STEINMO, S. Historical Institutionalism in Comparative Politics. In: STEINMO, S. e LONGSTRETH, F. (eds.). **Structuring Politics: Historical Institutionalism in Comparative Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press. 1992. pp. 369-404.

TROTTMANN, Paula. **A produção científica em políticas públicas no Brasil**: uma análise sob a ótica de redes sociais. Dissertação (mestrado em Ciências) – Pós-graduação em modelagem em sistemas complexos, escolas de artes, ciências e humanidades da Universidade de São Paulo - USP, 2012.

UFPR. PPGCGTI. Programa de Pós graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação. Disponível em: <http://www.ppcgi.ufpr.br/o-programa.html>. Acesso em 01 de novembro de 2014.

USP. 2015. FAU e Prefeitura abrem vagas para Programa de Residência em Arquitetura e Urbanismo. Disponível em: <http://www5.usp.br/98634/fau-e-prefeitura-abrem-vagas-para-programa-de-residencia-em-arquitetura-e-urbanismo> Acesso em 16 de novembro de 2015.

VILLAS BÔAS, Lúcia Pintor Santiso. Uma abordagem da historicidade das representações sociais. **Cad. Pesquisa**, v. 40, n. 140, p.379-405, maio-ago. 2010. pg. 379-405.

VIZEU, Fabio; GONÇALVES, Sandro Aparecido. **Pensamento estratégico**: origens, princípios e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2010.

ZARAFIAN, Philippe. **Objetivo Competência**: por uma nova lógica. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. 3. ed. Brasília: Ed. da UNB, 1998. v. 2.

WORDLE.NET. Nuvem de palavras. Disponível em: <http://www.wordle.net> Acesso em 02 de novembro de 2015.

## APÊNDICES

### A) TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Título do Estudo: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO PROGRAMA RESIDÊNCIA TÉCNICA NAS ÁREAS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Pesquisadora: Kamila Massuqueto

Orientadora: Profa. Dra. Helena de Fátima Nunes Silva

Departamento/Instituição: Programa Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação da UFPR.

Telefone para contato: (41) 3360-4191

- Prezado (a) Senhor (a): Você está sendo convidado (a) a participar com sua narrativa de forma totalmente voluntária.
- Antes de concordar em participar desta pesquisa, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento.
- O pesquisador deverá responder todas as suas dúvidas antes que você decida participar.
- Você tem o direito de desistir de participar desta pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.
- Será mantido sigilo e confidencialidade das respostas.

Objetivo do estudo: Analisar as Representações Sociais do Programa Residência Técnica.

Procedimentos: Sua participação nesta pesquisa consistirá apenas na narrativa de sua trajetória no Programa, pode tomar por base o roteiro proposto.

Benefícios: Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, sem benefício direto para você.

**B) ENTREVISTA NARRATIVA – ROTEIRO PROPOSTO**

Eu gostaria que você me contasse a **história do RESTEC**. Acredito que uma maneira de fazer isso seria você começar pela sua inserção. Então narre todas as coisas, uma após a outra, até o dia de seu desligamento. Você não precisa ter pressa, e também pode dar detalhes, porque tudo que for importante para você me interessa e contribuirá com a pesquisa.

Sinta-se à vontade para narrar sua história. Você pode escrever ou gravar em áudio ou em vídeo. Sua identidade será mantida em sigilo e as informações serão utilizadas, exclusivamente, para fins de pesquisa. Os resultados, caso deseje, poderão ser encaminhados. Segue um breve roteiro para orientá-lo (a).

**Tudo começou quando...**

**Enquanto parte de uma política pública o RESTEC foi/é...**

**A situação problema existente era...**

**Quanto ao atendimento das demandas locais, o RESTEC ...**

**A contribuição para a sociedade...**

*O que você se lembra do RESTEC?*

*Na sua vida profissional o que o Programa representou?*

*No que o RESTEC contribuiu para a sua identidade social, enquanto saberes e práticas que constroem os laços que formam a sociedade?*

**Para mim o RESTEC foi/é...**

**Eu associo o RESTEC a...**

**O Programa Residência Técnica representou para mim...**

*O que os conhecimentos e as experiências vividas no RESTEC trouxeram em termos de trabalho e emprego?*

**As práticas vivenciadas no RESTEC trouxeram ...**

**De positivo ficou...**

**De negativo...**

**Atitudes neutras...**

## C) PROTOCOLO DE COLETA DOCUMENTAL

Documento coletado	Fato principal – situação impulsionadora da ação	Data(s) da(s) ocorrência(s)	Atores participantes	Situação final	Observações relacionadas às dimensões da TRS (Informação - Imagem - Atitude)

## ANEXOS

A) LEI 11.066/1995

### LEI Nº 11066 - 01/02/95

#### Publicado no Diário Oficial Nº 4440 de 01/02/95

Cria e extingue Secretarias de Estado e cargos de provimento em comissão, bem como adota outras providências.

A **Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**, decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica criada a Secretaria de Estado do Governo como parte integrante da Governadoria.

§ 1º. A Secretaria de Estado de que trata este artigo compete a assistência direta ao Governador na sua representação civil; o recebimento, estudo e triagem do expediente processual encaminhado ao Governador; e outras atividades correlatas.

§ 2º. Em consequência do disposto neste artigo, à Casa Civil da Governadoria compete as relações públicas com autoridades civis e políticas e com a Assembléia Legislativa; o cerimonial público; a representação civil e a organização do relacionamento do Poder Executivo Estadual com vistas ao trato de assuntos políticos com outras esferas de Governo; e outras atividades correlatas.

**Art. 2º.** Fica criada, na estrutura organizacional básica do Poder Executivo, a Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico.

§ 1º. À Secretaria de Estado de que trata este artigo compete a articulação do Governo com o setor privado, visando promover o desenvolvimento econômico; e outras atividades correlatas.

§ 2º. Em consequência do disposto neste artigo a atual Secretaria de Estado da Indústria, Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia passa a denominar-se Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior competindo-lhe a promoção e a definição de diretrizes e a implantação da política estadual referente às áreas do desenvolvimento científico e tecnológico e do ensino superior; e outras atividades correlatas.

**Art. 3º.** Fica criada, na estrutura organizacional básica do Poder Executivo, a Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.

**Parágrafo único.** A Secretaria de Estado de que trata este artigo compete a organização, o desenvolvimento, a promoção, a coordenação e a articulação da política estadual da assistência social; e outras atividades correlatas.

**Art. 4º.** Fica criada, na estrutura organizacional básica do Poder Executivo, a Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho.

**Parágrafo único.** À Secretaria de Estado de que trata este artigo compete a definição de diretrizes para a política governamental na área de desenvolvimento do nível de emprego e renda, intermediação da mão-de-obra, relações do trabalho, formação sócio-política, saúde e segurança no trabalho; e outras atividades correlatas.

**Art. 5º.** Em consequência do disposto nos artigos 3º e 4º desta lei, fica extinta a atual Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social.

§ 1º. Os servidores e carga patrimonial da Secretaria de Estado ora extinta serão, mediante decreto, destinados às novas Secretarias de Estado.

§ 2º. A entidade autárquica Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR fica vinculada à Secretaria da Criança e Assuntos da Família.

**Art. 6º.** Fica criada, na estrutura organizacional básica do Poder Executivo, a Secretaria de Estado do Esporte e Turismo.

§ 1º. A Secretaria de Estado de que trata este artigo compete a definição de diretrizes, o planejamento e a implementação da política de Governo nas áreas de esporte e turismo; e outras atividades correlatas.

§ 2º. Ficam excluídos do âmbito de ação da Secretaria de Estado da Cultura as atividades relacionadas com esporte e turismo, bem como os servidores e a carga patrimonial respectiva, vinculando-os à Secretaria de que trata o "caput" deste artigo.

§ 3º. A entidade autárquica Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR passa a denominar-se PARANÁ TURISMO, vinculada à Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, tendo como competência básica a execução da política estadual de turismo, com suas atribuições, estrutura e funcionamento regulamentadas por decreto.

**Art. 7º.** Fica criada a entidade autárquica PARANÁ ESPORTE, vinculada à Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, tendo como competência básica a execução da política estadual de esportes, com suas atribuições, estrutura e funcionamento regulamentadas por decreto.

**Art. 8º.** Fica criada, na estrutura organizacional básica do Poder Executivo, a Secretaria de Estado de Obras Públicas.

§ 1º. A Secretaria de Estado de que trata este artigo compete o planejamento, a organização, a promoção, a direção, a execução e a fiscalização das atividades relacionadas aos serviços de engenharia em todos os prédios e obras de propriedade ou em uso pela administração estadual Direta e Indireta, independente da fonte de recursos; e outras atividades correlatas.

§ 2º. O Departamento Estadual de Construção de Obras e Manutenção - DECOM, entidade autárquica vinculada à Secretaria de Estado da Administração, passa a vincular-se à Secretaria de Estado de Obras Públicas.

§ 3º. A regulamentação da estrutura e funcionamento da autarquia de que trata o parágrafo anterior será feita mediante decreto.

Art. 9º. O inciso I do art. 4º da Lei nº 11.027, de 29 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - Um cargo de Diretor-Presidente, símbolo DAS-1."

**Art. 10.** A Companhia de Saneamento do Paraná -SANEPAR, passa a vincular-se à Governadoria do Estado e a Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM à Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

**Art. 11.** Fica criada a Secretaria da Chefia de Gabinete do Governador, compreendendo o seu âmbito de ação a assistência e o assessoramento ao Governador no trato de questões, providências e iniciativa do seu expediente oficial; a administração geral do palácio e das residências oficiais do Governo; e outras atividades correlatas.

**Art. 12.** Ficam criados, no Poder Executivo, os seguintes cargos de provimento em comissão:

07 (sete) Secretário de Estado; 01 (um) Assessor Especial da Vice-Governadoria, AE-1; 06 (seis) Diretor- Geral, DAS-1; 01 (um) Coordenador, DAS-1; 01 (um) Assessor Especial de Planejamento, DAS-1; 02 (dois) Diretor-Presidente, DAS-1; 07 (sete) Assessor Especial, DAS-2; 08 (oito) Assessor Técnico, DAS-2; 05 (cinco) Chefe de Coordenação, DAS-2; 18 (dezoito) Assessor, DAS-2; 18 (dezoito) Coordenador, DAS-2; 08 (oito) Diretor, DAS-2; 13 (treze) Assessor, DAS-3; 04 (quatro) Gerente de Projetos, DAS-3; 11 (onze) Assessor Técnico, DAS-3; 05 (cinco) Diretor, DAS-3; 01 (um) Diretor, DAS-4; 07 (sete) Assessor Técnico, DAS-4; 11 (onze) Assessor, DAS-4; 07 (sete) Chefe de Gabinete do Secretário, DAS-5; 02 (dois) Assessor Especial, DAS- 5; 01 (um) Supervisor de Projeto, DAS-5; 08 (oito) Técnico de Projeto, DAS-5; 38 (trinta e oito) Assessor, DAS5; 01 (um) Secretário Executivo de Conselho, DAS-5; 12 (doze) Coordenador, DAS-5; 02 (dois) Coordenador de Centro de Estudos, DAS-5; 62 (sessenta e dois) Chefe de Escritório Regional, DAS-5; 17 (dezessete) Assessor Técnico, DAS-5; 05 (cinco) Chefe de Gabinete, DAS-5, 06 (seis) Chefe de Grupo de Planejamento Setorial, 1-C (Especial); 05 (cinco) Chefe de Grupo Administrativo Setorial, 1-C (Especial); 05 (cinco) Chefe de Grupo de Recursos Humanos Setorial, 1-C (Especial); 07 (sete) Chefe de Grupo Financeiro Setorial, 1-C (Especial); 13 (treze) Assessor, 1-C; 20 (vinte) Assistente, 1-C; 27 (vinte e sete) Assistente Técnico, 1-C; 16 (dezesseis) Auxiliar Técnico, 1-C; 08 (oito) Coordenador de Centro de Projetos, 1-C; 02 (dois) Oficial de Gabinete, 1-C; 05 (cinco) Coordenador, 1-C; 06 (seis) Assistente Técnico de Grupo de Planejamento Setorial, 2-C (Especial); 05 (cinco) Assistente Técnico de Grupo Administrativo Setorial, 2-C (Especial); 05 (cinco) Assistente Técnico de Grupo de Recursos Humanos Setorial, 2-C (Especial); 07 (sete) Assistente Técnico de Grupo Financeiro Setorial, 2-C (Especial); 24 (vinte e quatro) Assistente Técnico, 2-C; 07 (sete) Assessor 2-C; 08 (oito) Assistente, 3-C; 13 (treze) Auxiliar Técnico, 3-C; 02 (dois) Auxiliar Técnico, 4-C; 03 (três) Assistente, 4-C; 01 (um) Assistente de Gabinete, 5-C; 05 (cinco) Auxiliar Técnico, 5-C; 05 (cinco) Assistente, 5-C; 01 (um) Auxiliar Técnico, 6-C; 01 (um) Auxiliar Técnico, 7-C; 05 (cinco) Assistente, 7-C; 03 (três) Auxiliar, 8-C; 01 (um) Assistente, 8-C; 04 (quatro) Auxiliar, II-C; e 02 (dois) Auxiliar, 15-C.

**Art. 13.** Ficam extintos os seguintes cargos de provimento em comissão:

01 (um) Chefe de Gabinete do Governador DAS-1, no Gabinete do Governador; 04 (quatro) Assessor DAS-5, 04 (quatro) Chefe de Coordenadoria DAS-5, 01 (um) Assistente de Diretor-Geral DAS-5 e 14 (quatorze) Chefe de Escritório Regional 1-C, na Secretaria de Estado do

Planejamento e Coordenação Geral; 02 (dois) Diretor DAS-3, na Fundação de Ação Social do Paraná-FASPAR; 02 (dois) Diretor DAS-5, na Secretaria de Estado da Administração; 01 (um) Chefe de Gabinete DAS-5, 02 (dois) Assessor 2-C, 03 (três) Assistente 5-C e 04 (quatro) Assistente 10-C, na Vice-Governadoria; 01 (um) Diretor-Geral DAS-1, 01 (um) Diretor-Técnico DAS-3 e 01 (um) Diretor-Administrativo DAS-3, no Departamento Estadual de Construção de Obras e Manutenção - DECOM; 01 (um) Secretário de Estado, 01 (um) Diretor-Geral DAS-1, 01 (um) Chefe de Gabinete do Secretário DAS-5, 01 (um) Chefe da Coordenadoria de Segurança DAS-5, 02 (dois) Chefe de Coordenadoria DAS-5, 01 (um) Chefe da Coordenadoria de Desenvolvimento Comercial DAS-5, 01 (um) Assistente do Diretor-Geral DAS-5, 01 (um) Assessor DAS-5, 07 (sete) Assessor 1-C, 17 (dezesete) Chefe de Núcleo Regional 1-C, 05 (cinco) Assistente 4-C, 05 (cinco) Oficial de Gabinete 6-C e 07 (sete) Assistente 7-C, na extinta Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social; 01 (um) Subchefe da Casa Civil DAS-1, na Casa Civil da Governadoria.

**Art. 14.** Os cargos de Assessor Especial do Governador e Assessor Especial da Vice-Governadoria, símbolo AE-1, terão prerrogativas e remuneração iguais aos de Secretário de Estado.

**Art. 15.** A estrutura interna e os regulamentos dos órgãos criados ou atingidos pela presente lei serão definidos através de decreto do Chefe do Poder Executivo, "ad-referendum" da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, dentro do prazo de 90 (noventa) dias.

**Art. 16.** Fica o Chefe do Poder Executivo autoriza do a readequar as verbas do Orçamento vigente, no que se refere aos órgãos criados e remanejados pela presente lei, "ad-referendum" da Assembléia Legislativa do Estado, dentro do prazo de 90 (noventa) dias.

**Art. 17.** As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta de dotações próprias do vigente Orçamento Geral do Estado.

**Art. 18.** Fica revogado o § 1º do artigo 2º da Lei nº 10.969, de 23 de dezembro de 1994.

**Art. 19.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 01 de fevereiro de 1995.

Jaime Lerner

**Governador do Estado**

Cassio Taniguchi

**Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral**

## B) DECRETO 5554/2005 – AUTORIZANDO A CRIAÇÃO DO RESTEC

**Decreto 5554 - 17 de Outubro de 2005**

Publicado no Diário Oficial nº. 7085 de 20 de Outubro de 2005

**Súmula:** Fica a Secretaria de Estado de Obras Públicas – SEOP autorizada a implantar o Programa de Residência Técnica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, incisos V e VI, da Constituição Estadual e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.803, de 20 de julho de 2005,

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica a Secretaria de Estado de Obras Públicas – SEOP autorizada a implantar o Programa de Residência Técnica, na área de engenharia e arquitetura pública, no âmbito da Secretaria e de sua vinculada, o Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção – DECOM.

**Art. 2º.** Fica o Secretário de Estado de Obras Públicas autorizado a celebrar convênio com instituições de ensino superior, públicas ou privadas, mediante prévia autorização do Governador do Estado, objetivando a estabelecer as parcerias necessárias à implementação do Programa.

**Art. 3º.** Fica instituída a bolsa-residência, a título de pró-labore, aos participantes do programa, em número de até 60 (sessenta) residentes por ano.

**Parágrafo único.** O valor/hora da bolsa residência a ser repassado ao residente, a título de pró-labore, será fixado pelo Secretário de Estado de Obras Públicas, não podendo ultrapassar a 50% (cinquenta por cento) do piso salarial profissional definido pelo respectivo órgão de classe da categoria.

**Art. 4º.** Os recursos financeiros para a manutenção do Programa e despesas com a bolsa-residência serão provenientes do Fundo Paraná, gerido pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior ou do orçamento próprio da Secretaria de Estado de Obras Públicas, que procederá regularmente os pagamentos relativos ao Programa, com a respectiva documentação e controle.

**Art. 5º.** O número de vagas, para o ano subsequente, se houver, será fixado pelo Secretário de Estado de Obras Públicas, por ocasião da elaboração do orçamento anual da Pasta, tendo como base a capacidade e necessidade administrativas da SEOP/DECOM, bem como a disponibilidade financeira e orçamentária dos órgãos integrantes do Programa e submetido à aprovação prévia do Governador do Estado.

**Art. 6º.** A carga horária para as atividades de prática técnica da residência, dos bolsistas residentes, será de até 6 (seis) horas diárias, não podendo exceder a 30 horas semanais.

**Art. 7º.** O ingresso no Programa dar-se-á pelo resultado de teste seletivo, a ser realizado pela Secretaria de Estado de Obras Públicas, ou por ela delegado às instituições de ensino superior conveniadas.

**Parágrafo único.** Constituem pré-requisitos essenciais e indispensáveis para o ingresso no programa:

I - graduação no máximo há 36 meses;

II - estar prévia e regularmente inscrito em curso de pós-graduação lato sensu nas áreas de engenharia e arquitetura;

III - não possuir vínculo de emprego na área específica de graduação, ou seja, não estar efetivamente no exercício da profissão.

**Art. 8º.** A participação no Programa, na qualidade de residente, não gera vínculo empregatício de qualquer natureza com o Estado e dar-se-á mediante assinatura de Termo de Compromisso a ser firmado entre o residente e a Secretaria de Estado de Obras Públicas, através do Titular da Pasta, no qual deverá constar, pelo menos:

I - identificação do residente, da instituição de ensino superior em que está vinculado, a especialidade – engenharia ou arquitetura – período da residência e atividades a serem desenvolvidas;

II - menção de que a residência não acarretará qualquer vínculo empregatício com o Estado;

**III** - carga horária semanal de atividades técnicas a serem desenvolvidas no órgão, bem como aquelas destinadas ao curso a que estiver matriculado;

**IV** - duração do período da residência;

**V** - obrigação de apresentar relatório, quando solicitado, ao chefe do órgão em que estiver exercendo atividades de residência ou ao responsável pelo acompanhamento de seu desempenho profissional, sobre o desenvolvimento das tarefas que lhe forem atribuídas;

**VI** - obrigação do residente em aceitar as normas contidas no "Manual do Residente".

**VII** - condições de desligamento do Programa de Residência.

**Art. 9º.** Os recursos financeiros para manutenção do Programa e despesas com a bolsa-residência, serão provenientes do Fundo Paraná, gerido pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, dos demais órgãos integrantes ou do orçamento próprio da Secretaria de Estado de Obras Públicas, que procederá regularmente os pagamentos relativos ao Programa, com a respectiva documentação e controle.

**Art. 10.** O prazo de duração da Bolsa-Residência está condicionado à duração do curso de Pós-Graduação, não podendo exceder a 36 (trinta e seis) meses, nem ser menor que o período de 12 (doze) meses.

**Art. 11.** A tutoria dos residentes será realizada por engenheiros e arquitetos da Secretaria de Estado de Obras Pública, no ambiente interno do órgão e sem remuneração adicional.

**Art. 12.** A Secretaria de Estado de Obras Públicas emitirá, quando concluído o período de residência, "Atestado de Residência Técnica", para fins curriculares, aos participantes do Programa Bolsa-Residência.

**Art. 13.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 18 de outubro de 2005, 184º da Independência e 117º da República.

*Roberto Requião*

*Governador do Estado*

*Luiz Dernizo Caron*

*Secretário de Estado de Obras Públicas*

*Maria Marta Renner Weber Lunardon*

*Secretária de Estado da Administração e da Previdência*

*Aldair Tarcisio Rizzi*

*Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior*

*Caíto Quintana*

*Chefe da Casa Civil*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*

C) LEI 16.020/2008

**Lei 16020 - 19 de Dezembro de 2008**

Publicado no Diário Oficial nº. 7875 de 19 de Dezembro de 2008

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a instituir Programa de Residência Técnica no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná, conforme específica.

**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Autorizado a instituir Programa de Residência Técnica no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná.

**§ 1º.** Para efeitos desta lei, entende-se como Programa de Residência Técnica o conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão, a serem desenvolvidas no âmbito das Secretarias de Estado e nas entidades autárquicas estaduais desde que possuam convênio ou termo de cooperação com Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, ofertados por Instituições de Ensino Superior Públicas ou Privadas, localizadas no Estado do Paraná.

**§ 2º.** O programa de que trata esta lei destina-se a fomentar a especialização de graduados há, no máximo, 36 (trinta e seis) meses, em Cursos de Nível Superior, na data da inscrição no Programa, e que estejam inscritos ou cursando Pós-Graduação *Lato Sensu*, ofertado por uma das Instituições de Ensino Superior, localizadas no Estado do Paraná, em áreas relacionadas ao âmbito de atuação dos órgãos e das entidades autárquicas do Poder Executivo.

**§ 3º.** O Programa de Residência Técnica, a ser implementado em parceria com as Instituições de Ensino Superior localizadas no Estado do Paraná, tem por finalidade proporcionar a prática acadêmico-pedagógica aos alunos dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, indicadas no parágrafo anterior, durante a realização de seus cursos de especialização, contribuindo, assim, para o desenvolvimento destes para a vida cidadã e para o trabalho.

**§ 4º.** A prática acadêmico-pedagógica dos alunos residentes será realizada nos diversos órgãos das Secretarias de Estado e nas entidades autárquicas, não podendo exceder a 06 (seis) horas diárias, 30 (trinta) horas semanais, por um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses.

**§ 5º.** O ingresso no Programa de Residência Técnica é facultativo e está condicionado à aprovação em exame de seleção, que incluirá Prova Escrita ou Prova Escrita e de Títulos, a ser realizado pelas Instituições de Ensino Superior conveniadas com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e em parceria com as respectivas Secretarias de Estado e entidades autárquicas.

**§ 6º.** O aproveitamento dos alunos-residentes aprovados no exame de seleção, de que tratam os parágrafos anteriores, está condicionado ao número de vagas ofertadas anualmente para os graduados em Curso de Nível Superior, nos moldes estabelecidos no §2º deste artigo, compatível com a área de atuação das Secretarias de Estado e das entidades autárquicas.

**§ 7º.** O exame de seleção será regido por edital publicado na imprensa oficial, no qual constará o número de vagas ofertadas, o conteúdo programático das disciplinas avaliadas e a identificação dos títulos pontuados, acaso exigido no certame.

**§ 8º.** A prova escrita do exame de seleção valerá 90 (noventa) pontos e versará sobre as matérias/disciplinas do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, e a prova de títulos, se exigida, valerá 10 (dez) pontos e apreciará a experiência acadêmica e profissional do candidato na área de atuação da Secretaria de Estado ou entidade autárquica, totalizando 100 (cem) pontos.

**§ 9º.** Os alunos residentes realizarão atividades de natureza teórica, no ambiente acadêmico das Instituições de Ensino Superior conveniadas, e atividades práticas junto aos órgãos das Secretarias de Estado e entidades autárquicas, exercendo, em caráter exclusivamente de apoio, funções inerentes à respectiva formação profissional, devidamente supervisionada e acompanhada por profissional técnico do quadro de servidores efetivos do Estado, com formação em ensino superior na área de atuação, e pela Instituição de Ensino Superior conveniada.

**§ 10.** Os alunos-residentes não poderão firmar, nem mesmo em conjunto com o servidor técnico designado, qualquer ato, parecer ou laudo emitido pela Secretaria de Estado ou entidade autárquica.

**§ 11.** O descumprimento da determinação constante nos parágrafos anteriores, importará na responsabilização civil e administrativa do servidor-orientador, podendo, além de lhe ser aplicada medida disciplinar, após o devido processo legal, vir a responder pelos prejuízos causados ao erário estadual.

**§ 12.** O servidor-orientador, responsável pelo acompanhamento e supervisão dos alunos-residentes, será responsabilizado civil e administrativamente se indicar aluno-residente para a realização de atividade que não sejam compatíveis com a programação curricular definida pela Secretaria de Estado ou entidade autárquica.

**§ 13.** Os preceitos desta Lei poderão ser aplicados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, quando no desempenho de função administrativa, correndo à conta de dotações orçamentárias próprias as despesas necessárias à implementação desta Lei em suas áreas de atuação.

**Art. 2º.** Fica autorizado o Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, coordenadora do Programa de Residência Técnica, a firmar convênio com as demais Secretarias de Estado, entidades autárquicas e órgãos da estrutura dos Poderes Legislativo e Judiciário e Instituições de Ensino Superior com o objetivo de estabelecer as parcerias necessárias à implementação do Programa de Residência Técnica.

**Art. 3º.** Fica o Poder Executivo autorizado a conceder bolsa-auxílio aos alunos participantes do Programa que, comprovadamente, não possuam renda ou auferirem qualquer tipo de remuneração ou salário, cujo valor mensal será definido por Decreto.

**Parágrafo único.** Os recursos financeiros necessários para a efetivação do Programa de Residência Técnica e o pagamento da bolsa-auxílio, a que se refere esta Lei, deverão estar previstos no orçamento anual de cada Secretaria de Estado, Órgão, Instituição ou Autarquia proponente, podendo ainda serem provenientes de Fundos Estaduais geridos pelos respectivos proponentes.

**Art. 4º.** A Secretaria de Estado ou entidade autárquica fixará os horários para desempenho das atividades práticas pelos alunos-residentes, devendo ser compatíveis com os horários dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*.

**§ 1º.** As atividades dos alunos-residentes cessarão imediatamente por conclusão do Curso de Pós-graduação, pela desistência ou pelo desligamento do Curso Superior do Programa.

**§ 2º.** A duração da residência técnica não poderá exceder o prazo de duração do respectivo curso de Pós-graduação.

**§ 3º.** A desistência do aluno-residente ou o desligamento motivado da Instituição de Ensino Superior do Programa de Residência Técnica implicará, independentemente de qualquer comunicação, no cancelamento automático do recebimento da bolsa-auxílio pelo aluno-residente.

**§ 4º.** Será assegurado ao aluno-residente um recesso não remunerado de 15 (quinze) dias, por ano, a ser fruído, preferencialmente, durante o recesso do Curso de Pós-graduação.

**Art. 5º.** Obterá o Certificado de Residência Técnica, emitido pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o aluno-residente que permanecer no Programa por pelo menos 12 (doze) meses, com frequência efetiva igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e aproveitamento igual ou superior à nota 07 (sete).

**Art. 6º.** Cada aluno-residente terá, como orientador e supervisor imediato, um servidor técnico efetivo do Estado, com formação em ensino superior na área de atuação, designado pela Secretaria de Estado ou entidade autárquica.

**Parágrafo único.** A condição de orientador e supervisor imediato, referida no *caput* deste artigo, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, valerá como título para fins de progressão funcional por titulação, nos termos da Lei Estadual nº 13.666, de 05.07.2002.

**Art. 7º.** O aluno-residente apresentará relatório mensal de suas atividades, salvo durante o período de recesso, ao servidor orientador que lhe atribuirá nota de 0 (zero) a 10 (dez), apreciando os seguintes critérios:

I - interesse;

II - aproveitamento;

III - zelo;

IV - disciplina.

**Art. 8º.** Serão desligados do Programa os alunos-residentes que:

I - apresentarem seis ou mais faltas em um mês civil, não justificadas (art. 9º);

II - não tiverem a frequência mínima exigida no Curso de Pós-graduação e no Programa de Residência Técnica (art. 5º);

III - tiverem desempenho insuficiente (art. 10);

IV - tiverem conduta ou praticarem ato incompatível com o zelo e a disciplina ou que descumprirem as normas regulamentares

do órgão ou da entidade autárquica, bem como os deveres previstos na Lei Estadual nº 6.174, de 16.11.1970 (art. 11).

**Art. 9º.** O pedido de justificativa de ausência deverá ser apresentado, com os comprovantes respectivos, ao servidor-orientador designado pela Administração que só poderá aboná-la de forma motivada, sob pena de responsabilidade administrativa.

**Parágrafo único.** Os dias de ausência não justificada serão descontados proporcionalmente no valor da bolsa-auxílio.

**Art. 10.** Considera-se insuficiente o desempenho do aluno-residente que:

I - em dois meses consecutivos, apresentar avaliações com notas inferiores a 7 (sete);

II - em uma única avaliação, apresentar nota igual ou inferior a 4 (quatro).

**Parágrafo único.** A nota atribuída ao aluno-residente pelo servidor-orientador deverá ser motivada e lançada em seu cadastro ara fins de consultas posteriores pela Secretaria de Estado ou entidade autárquica.

**Art. 11.** A hipótese do inciso IV do art. 8º será configurado a mediante declaração por escrito do servidor-orientador, encaminhada ao responsável pelo Programa junto à Secretaria de Estado ou entidade autárquica onde é realizada a residência, que decidirá, após a oitiva do aluno-residente, pelo desligamento imediato desse aluno ou por seu aproveitamento sob a orientação de outro servidor efetivo, conforme a gravidade da conduta.

**Art. 12.** A participação no Programa na condição de aluno-residente não cria vínculo empregatício entre aluno-residente e o Estado do Paraná.

**Art. 13.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei Estadual nº 14.803, de 20 de julho de 2005.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 19 de dezembro de 2008.

*Roberto Requião*

*Governador do Estado*

*Lygia Lumina Pupatto*

*Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior*

*Maria Marta Renner Weber Lunardon*

*Secretária de Estado da Administração e da Previdência*

*Rafael Iatauro*

*Chefe da Casa Civil*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*

## D) SEMINÁRIO DE ABERTURA - RESTEC

SECRETARIA DE ESTADO  
DE OBRAS PÚBLICAS



SEMINÁRIO DE ABERTURA DO PROGRAMA  
RESIDÊNCIA TÉCNICA  
DIAS: 29 E 30 DE SETEMBRO DE 2008  
LOCAL: HOTEL NIKOS - RUA: Rua Barão do Rio Branco nº 546 - Curitiba/Pr

## PROGRAMAÇÃO

## DIA 29/09/2008

- 08:00 hs - Abertura Coffe break
- 09:00 hs - Início das atividades
- 12:00 hs - Almoço no Hotel
- 14:00 hs - Continuação das atividades
- 16:30 hs - Assinatura do termo de Compromisso - participação Secretário de Obras Públicas
- 18:30 hs - Encerramento das atividade
- 20:00 hs - Jantar de confraternização no Hotel

## DIA 30/09/2008

- 08:00 - Apresentação dos novos residentes na Escola de Governo  
Local: (MUSEU OSCAR NIEMEYER)
- 10:30 - Apresentação das estruturas da SEOP  
Local: SEOP/SEDE - Rua Pedro Ivo, 386
- 12:00 - Almoço no Hotel
- 14:00 - Aula inaugural do Curso de Especialização  
Local : Centro Politécnico da UFPR - Bloco CESEC/LAME - Auditório
- 17:00 - Encerramento

## OBSERVAÇÕES:

- 1- Os alunos residentes do interior que necessitarem de hospedagem e passagem deverão encaminhar por e-mail ([joosemaurino@seop.pr.gov.br](mailto:joosemaurino@seop.pr.gov.br)) até dia 25/09/08, o nome completo - RG, horário de saída e de chegada do ônibus, valor da passagem, nome da empresa de ônibus. (somente terá o reembolso quem apresentar o bilhete de viagem)
- 2- A SEOP se responsabilizará por uma diária de hotel (do dia 29/09 para o dia 30/09) bem como com as despesas de alimentação (almoço, coffe break e jantar).
- 3- A diária de Hotel será somente para os residentes do Interior.

E) EDITAL 001/2008

**SECRETARIA ESTADUAL DE OBRAS PÚBLICAS  
SETOR DE TECNOLOGIA - UFPR****EDITAL 001/08**

**A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR E A SECRETARIA ESTADUAL DE OBRAS PÚBLICAS/SEOP TORNAM PÚBLICA A ABERTURA DE INSCRIÇÕES E ESTABELECEM AS NORMAS RELATIVAS AO PROCESSO DE SELEÇÃO PARA O PREENCHIMENTO DE 60 (SESSENTA) VAGAS PARA O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CONSTRUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS, VINCULADO AO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA TÉCNICA IMPLEMENTADO ATRAVÉS DE LEI Nº 14.803/05, REALIZADO MEDIANTE CONVÊNIO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS/SEOP E A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ/UFPR.**

**1. DO OBJETIVO**

A Universidade Federal do Paraná/UFPR, através do seu Setor de Tecnologia e a Secretaria de Estado de Obras Públicas/SEOP, tornam pública a abertura de inscrições e estabelecem normas relativas ao processo de seleção para preenchimento de vagas para residentes técnicos com formação nas áreas de Engenharia Civil e Arquitetura, observadas as disposições constitucionais e demais normas contidas neste Edital. A RESIDÊNCIA TÉCNICA constitui modalidade de ensino de pós-graduação, destinada profissionais recém formados, sob a forma de cursos de especialização (*latu sensu*), caracterizada por treinamento em serviços sob a orientação de profissionais de elevada qualificação ética e profissional e têm como objetivo fundamental e indivisível: aperfeiçoamento progressivo do padrão profissional e científico do profissional recém formado, melhoria da assistência Técnica à comunidade na área de Obras Públicas, sendo necessário para tal, que o residente cumpra integralmente as atividades práticas e acadêmicas constantes do mesmo.

**2. DAS VAGAS**

1. O presente processo de seleção visa ao preenchimento de 60 vagas para residentes técnicos para a SEOP, distribuídos em 14 municípios do Estado do Paraná, conforme especificação no ANEXO 1;
2. No ato da inscrição o aluno deverá fazer a sua opção pela CIDADE (ver ANEXO 1) onde se dispõe a desenvolver as atividades práticas de residência técnica a qual já está vinculada a uma Universidade Pólo (ver ANEXO 1), onde o aluno assistirá às aulas através de videoconferência;
3. Esta seleção corresponde a 46 vagas para Profissionais da área de Engenharia Civil e 14 vagas para Arquitetura, distribuídos conforme ANEXO 1, e caso não seja preenchido o número de vagas para cada uma das áreas, a critério da comissão de seleção o candidato melhor classificado da outra área poderá ser selecionado.

**3. DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO**

1. Os alunos classificados e selecionados pela comissão de seleção serão inscritos no curso de Especialização em Construção de Obras Públicas ofertado pela UFPR, conforme programa do ANEXO 2.

**4. DAS ATIVIDADES DO RESIDENTE TÉCNICO**

1. Os residentes técnicos realizarão atividades de ordem prática correlatas à respectiva formação profissional, nos ambientes profissionais da SEOP:
  1. Elaboração de orçamentos, utilizando o sistema SEOP de orçamento;
  2. Fiscalização de obras nos municípios jurisdicionados a cada regional, sob a supervisão de profissional efetivo (supervisor);
  3. Elaboração de relatório de vistoria de obras em parceria com o seu respectivo supervisor;
  4. Acompanhamento/Assessoria na elaboração de Laudo de Avaliação de Imóveis para aquisição ou locação;

5. Acompanhar os profissionais efetivos e chefes na implantação e construção de obras fiscalizadas pela SEOP;
6. O Acompanhamento na definição, execução, e apreciação dos projetos inerentes às obras da SEOP;
2. As atividades técnicas dos residentes serão supervisionadas pelos engenheiros e arquitetos efetivos da Secretaria de Estado de Obras Públicas, devidamente designados pelo titular da pasta.

#### 5. DA BOLSA AUXILIO

1. O residente técnico selecionado receberá a título de bolsa auxílio o valor de R\$ 1.245,00 (Um mil duzentos e quarenta e cinco reais), conforme decreto nº 5554/05, e a gratuidade do curso de especialização.

#### 6. DO TERMO DE COMPROMISSO

- A participação no programa de RESIDÊNCIA TÉCNICA, na qualidade de residente técnico, **não gera vínculo empregatício** de qualquer natureza com o Estado e dar-se-á mediante a assinatura de Termo de Compromisso a ser firmado entre o residente e a Secretaria de Estado de Obras Públicas, através do titular da pasta.

#### 7. DA CARGA HORÁRIA

- A carga horária para as atividades práticas da residência técnica a ser desenvolvida pelos bolsistas residentes, será de 30 (trinta) horas semanais de segunda a quinta feira, ficando a sexta feira destinada à participação nas aulas do curso de especialização.

#### 8. DAS INSCRIÇÕES

1. A inscrição do candidato será gratuita e implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento;
2. Declarações falsas ou inexatas dos dados constantes no requerimento de inscrição, bem como a apresentação de documentos falsos, determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
3. No ato da inscrição o candidato fará a sua opção por qual CIDADE (ver ANEXO 1) pretende concorrer, ficando a critério da Coordenação do Programa a designação para a SEOP/SEDE e SEOP/REGIONAL no caso de Curitiba;
4. As inscrições serão efetuadas via *Internet*, no site: [www.cesec.ufpr.br/restec](http://www.cesec.ufpr.br/restec) das 12:00 horas do dia 26/08/2008 até as 18:00 horas do dia 03/09/2008, mediante o preenchimento do formulário próprio e o envio da documentação necessária;
5. A documentação a ser enviada consiste nos seguintes documentos:
  - Curriculum Vitae no modelo disponibilizado no site acima indicado, devidamente documentado;
  - Cópia autenticada do registro do CREA/PR e da Carteira de Identidade;
  - Cópia autenticada do Diploma ou declaração de conclusão de curso;
6. O endereço para envio da documentação é: **Universidade Federal do Paraná – Setor de Tecnologia - Curso de Especialização em Construção de Obras Públicas – Centro de Estudos de Engenharia Civil – CESEC – Caixa Postal 19.011 – Centro Politécnico – Jd. das Américas - CEP 81.531-990 – Curitiba – Paraná;**

7.A inscrição será de inteira responsabilidade do candidato, assumindo ele total responsabilidade pelas informações prestadas no formulário de inscrição e arcando com as conseqüências de eventuais erros de preenchimento.

#### 9. CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÕES

1. Ter concluído curso superior de graduação em Tecnologia da Construção Civil, Engenharia Civil e Arquitetura reconhecido pelo MEC, no período de 26/08/2005 a 26/08/2008;

2. Não possuir vínculo de emprego na área específica de graduação, ou seja, não estar efetivamente no exercício da profissão, a partir da data de início do programa.

#### 10. DO PROCESSO DE SELEÇÃO, APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO.

1. O processo de seleção será realizado em 02 fases:

**FASE 1** análise de currículo;

**FASE 2** Entrevista com uma comissão de seleção formada por professores da UFPR e profissionais da SEOP;

1. Cronograma:

Evento	Data
Abertura das inscrições e divulgação do Edital	26/08/2008
Data limite para inscrição e envio da documentação	03/09/2008
Edital de homologação dos classificados na Fase 1	12/09/2008
Entrevistas	15 a 19/09/2008
Edital de homologação dos selecionados	22/09/2008
Seminário de Abertura (Curitiba)	26/09/2008

3. Serão considerados classificados os candidatos com melhor desempenho, após a Fase 2, em até 2 (duas) vezes o número de vagas para cada cidade;

4. O local onde o aluno residente desenvolverá suas atividades práticas será aquela indicada no ato da inscrição, conforme o número de vagas definido neste edital para cada cidade;

5. O resultado da Fase 1 do processo de seleção será publicado no site [www.cesec.ufpr.br/restec](http://www.cesec.ufpr.br/restec) no dia 12 de Setembro de 2008;

6. Os alunos classificados na Fase 1 deverão comparecer em Curitiba para entrevista no período de 15/09/2008 a 19/09/2008, conforme calendário a ser divulgado no site [www.cesec.ufpr.br/restec](http://www.cesec.ufpr.br/restec) indicando o local, dia e horário da entrevista;

7. O resultado final do processo de seleção será publicado no site [www.cesec.ufpr.br/restec](http://www.cesec.ufpr.br/restec) no dia 22 de Setembro de 2008;

8. Toda divulgação por outros meios será considerada tão somente como auxiliar para os interessados, não sendo reconhecido nessa divulgação qualquer caráter oficial;

9. A comissão de seleção será indicada por portarias do da Direção do Setor de Tecnologia e da Secretaria de Estado de Obras Públicas.

## 11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- Caso o candidato tenha justificativa para contestar o resultado da seleção, poderá apresentar recurso no prazo de 2 (dois) dias, a contar da data de publicação do resultado, dirigido ao Conselho Setorial do Setor de Tecnologia, conforme Art. 28 do Regimento Geral da UFPR.

## 12. DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

- 1.A convocação dos candidatos aprovados e classificados até o limite de vagas será realizada por meio de edital no site [www.cesec.ufpr.br/restec](http://www.cesec.ufpr.br/restec);
- 2.O não comparecimento para a entrevista do candidato classificado no dia estipulado em edital facultará à Comissão de Seleção a convocação de outro candidato, perdendo o candidato ausente o direito de participação;
- 3.Os candidatos serão selecionados obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação.

## 13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1.A homologação do resultado final do processo de seleção será de responsabilidade da Comissão de Seleção do processo seletivo;
- 2.A duração do período de RESIDÊNCIA TÉCNICA e da respectiva Bolsa-residência será de 24 meses, podendo ser prorrogado até o final do Curso de Especialização, a critério da SEOP;
- 3.O RESIDENTE assume a obrigação de apresentar relatórios, quando solicitado, pelo chefe do setor em que estiver exercendo atividades de residência ou do responsável pelo acompanhamento de seu desempenho profissional, sobre o desenvolvimento das tarefas que lhe forem atribuídas, constituindo parte da sua avaliação de desempenho;
- 4.Terão direito ao “Atestado de Residência Técnica” os residentes que, aprovados em suas avaliações mensais, concluírem todo o período de residência;
- 5.Terão direito ao “Certificado do Curso de Especialização em Construção de Obras Públicas”, em conformidade com a Resolução 42/03 – COUN da UFPR, os alunos que aprovados no processo de seleção integralizarem as disciplinas do curso quanto à frequência e aproveitamento e tiverem aprovados seus trabalhos de conclusão do curso;
- 6.Durante os períodos de recesso letivo na UFPR as atividades de residência técnica continuam normalmente;
- 7.Constituem motivos para o cancelamento do termo de compromisso de residência técnica:
  - I – O encerramento do Curso de Especialização em Construção de Obras Públicas, não podendo exceder a 36 (trinta e seis) meses, nem ser menor que o período de 12 (doze) meses;
  - II – A qualquer tempo pelo descumprimento das cláusulas e condições estabelecidas e assumidas no momento da seleção;
  - III – A qualquer tempo pelo abandono por mais de cinco dias consecutivos ou não, sem motivo justificado no período de um mês, ou por trinta dias durante todo o período de residência;
  - IV – A qualquer tempo por indicação do seu supervisor por atitude inconveniente ou ferimento do Código de Ética da secretaria e devidamente julgada pelo Coordenação do Programa de Residência Técnica;
  - V – A qualquer tempo por indicação do seu supervisor em razão da ausência de dedicação no desempenho e desenvolvimento de tarefas e atividades, devidamente julgada pela Coordenação do Programa de Residência Técnica;
  - VI – A desistência do Curso de Especialização em Construção de Obras Públicas;

VII – A qualquer tempo pela Administração a bem do serviço público;

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

PROF. Dr MAURO LACERDA SANTOS FILHO

Diretor do Departamento Tecnologia da UFPR

Eng. Civil JULIO CÉSAR DE ARAUJO

Secretário de Estado de Obras Pública/SEOP

#### ANEXO A – DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS

CIDADE	NÚMERO DE VAGAS		TOTAL VAGAS	UNIVERSIDADE PÓLO*
	ENGENHEIROS	ARQUITETOS		
APUCARANA	2	0	2	UEL
LONDRINA	6	1	7	UEL
SANTO ANTONIO PLANTINA	2	0	2	UEL
MARINGA	4	1	5	UEM
CAMPO MOURAO	2	0	2	UEM
UMUARAMA	2	0	2	UEM
PARANAVAI	2	0	2	UEM
PONTA GROSSA	2	1	3	UEPG
IRATI	2	0	2	UEPG
CASCATEL	3	1	4	UNIOESTE
TOLEDO	2	0	2	UNIOESTE
GUARAPUAVA	2	1	3	UNICENTRO
PATO BRANCO	2	1	3	UTFPR
CURITIBA	13	8	21	UFPR

\*Universidade onde os alunos assistirão às aulas através da videoconferência, nas cidades:

Universidade Pólo	Cidade
UEL	Londrina
UEM	Maringá
UEPG	Ponta Grossa
UNIOESTE	Cascavel
UNICENTRO	Guarapuava
UTFPR	Pato Branco
UFPR	Curitiba

FORMULARIO DE INSCRIÇÃO (disponibilizado na Internet no site [www.cesec.ufpr.br/restec](http://www.cesec.ufpr.br/restec))

FICHA DE INSCRIÇÃO		2º CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS 2008/2010			
1-IDENTIFICAÇÃO					
NOME COMPLETO:					
ENDEREÇO COMPLETO					
CIDADE			CEP		
FONE COMERCIAL	FONE RESIDENCIAL	FONE CELULAR	e-mail		
2- GRADUAÇÃO					
CURSO	ENTIDADE	CIDADE	CONCLUSÃO EM ____/____/____		
3-CIDADE ESCOLHIDO PARA DESENVOLVER AS ATIVIDADES DE RESIDÊNCIA TÉCNICA, CONFORME RELAÇÃO ANEXO 01.					
4- LOCAL		DATA	ASSINATURA		
<p>Encaminhar esta ficha de inscrição com os seguintes documentos:</p> <p>Cópia autenticada do registro do CREA/PR e da Carteira de Identidade;</p> <p>Cópia autenticada do Diploma ou declaração de conclusão de curso;</p> <p>Currículo detalhado</p> <p>ENDEREÇO PARA O ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO:</p> <p>Universidade Federal do Paraná</p> <p>Setor de Tecnologia</p> <p>Centro Politécnico</p> <p>Curso de Especialização em Construção de Obras Públicas Centro de Estudos de Engenharia Civil - CESEC</p> <p>Caixa Postal 19.011 – Jd. das Américas</p> <p>CEP 81.531-990 - Curitiba – Paraná</p> <p>Fones: (41)3361-3448 / 3361-3218</p> <p>E-mail: <a href="mailto:restec@tecnologia.ufpr.br">restec@tecnologia.ufpr.br</a></p>					

## F) OFÍCIO RESPOSTA AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ



SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS

**PROGRAMA RESIDÊNCIA TÉCNICA**

---

**INFORMAÇÃO TÉCNICA 001/2010**

**PROTOCOLO 10.337.585-1**

**ASSUNTO: OFÍCIO 004/2010 – TRIBUNAL DE CONTAS SOLICITA  
INFORMAÇÕES SOBRE PAGAMENTO DE BOLSA AUXÍLIO AOS RESIDENTES TÉCNICOS.**

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, através da sua 5ª Inspeção de Controle Externo, constatou que durante o exercício de 2009, a SEOP utilizou a Lei 14.803/2005 para regulamentar o seu Programa de Residência Técnica, mesmo tendo sido esta lei revogada em 19/12/2008, quando entrou em vigor a nova Lei 16.020.

01) Primeiramente gostaríamos de ressaltar que todo processo de abertura do edital, divulgação, seleção dos candidatos e assinatura de convênio se deu no período entre 26/08/2008 e 26/09/2008, sob a vigência da Lei 14.803/2005, e que desta forma, não se previa, entre outros, a assinatura do termo de convênio com a SETI enquanto Coordenadora do Programa.

02) Como citado anteriormente, o ingresso dos alunos residentes no Programa se deu através de processo seletivo, sendo a primeira fase relativa à análise curricular e a segunda fase atinente às entrevistas, conforme edital 01 e 02 em anexo, com a participação dos coordenadores do Programa na SEOP e professores da UFPR.

03) O valor da bolsa foi estabelecido, conforme autorizado pelo Art. 2º de Lei 14.803/2005, em 03 salários mínimos, conforme Resolução/SEOP 079/08 de 26/08/2008 (em anexo).

04) Quanto à comprovação dos candidatos a alunos residentes não possuírem renda ou auferirem qualquer tipo de remuneração ou salário, foi realizada na primeira fase da análise curricular, confirmada no momento da entrevista e através da assinatura do termo de compromisso, o qual define carga horária para as

atividades práticas no âmbito da SEOP.

05) Entendemos ser de difícil aplicação, a orientação para que seja feita a imediata regularização do embasamento legal para pagamento aos alunos participantes do Programa, tendo em vista que a nova Lei 16.020/08 ainda não foi regulamentada, e que os atuais residentes assinaram um termo de compromisso com a SEOP baseado na Lei 14.803/05, onde entre outras coisas lhes é assegurada uma bolsa de 03 salários mínimos, que em valores atuais corresponde a R\$ 1.530,00 (hum mil, quinhentos e trinta reais), enquanto a nova lei estabelece que a atual bolsa estipulada pela CAPES/ME é de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

O princípio da vinculação do instrumento convocatório pode ser verificado no art. 41, caput, da Lei nº. 8.666/93, bem como no artigo 68, da Lei Estadual 15.608/2007: “A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada”. O edital, neste caso, torna-se lei entre as partes, assemelhando-se a um contrato de adesão cujas cláusulas são elaboradas unilateralmente pelo Estado. Este mesmo princípio dá origem a outro que lhe é afeto, qual seja, o da inalterabilidade do instrumento convocatório.

Em sendo lei, o Edital com os seus termos atrelam tanto à Administração, que estará estritamente subordinada a seus próprios atos, quanto aos candidatos – sabedores do inteiro teor do certame.

Há que se ressaltar que na época da seleção do Programa de Residência Técnica da SEOP, os candidatos poderiam ter outras opções de atividade acadêmica ou profissional, entretanto, optaram por esta pelas propostas elencadas no instrumento convocatório.

Não pode agora, esta Secretaria, deixar de honrar os compromissos assumidos com os 60 (sessenta) residentes aprovados.

De fato, em regra, depois de publicado o Edital, não deve mais a Administração promover-lhe alterações até findo o certame. Trata-se de garantia à moralidade e impessoalidade administrativa, bem como ao primado da segurança jurídica.

Curitiba, 04 de Fevereiro de 2010.

José Maurino de Oliveira Martins - Coordenador Administrativo e Pedagógico/PRT

Manoel Henrique Guimarães Pangrácio - Coordenador Técnico/PRT

---

---

## G) RESOLUÇÃO SETI/SEIL – 2012

**Resolução Conjunta SETI/SEIL 001 - 15 de Agosto de 2012**

Publicado no Diário Oficial nº. 8824 de 23 de Outubro de 2012

**Súmula:** Projeto de Residência Técnica em Engenharia Civil e Arquitetura - UEL, UEM, UEPG e UNIOESTE.

Os Secretários de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e de Infraestrutura e Logística, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei n.º 8.485, de 03 de junho de 1987, e demais legislações aplicáveis e;

Considerando a necessidade de promover a capacitação continuada dos profissionais recém formados e dos servidores públicos estaduais nas áreas de Engenharia Civil e Arquitetura;

Considerando que a capacitação na modalidade Residência Técnica pode propiciar a capacitação do recém formado, bem como dos servidores públicos estaduais e consequentemente promover a melhoria da assistência técnica à comunidade na área de obras públicas;

Considerando que os alunos residentes realizaram atividades práticas profissionais nas Secretarias e Órgãos do Estado e atividades acadêmicas nas Universidades, aproximando assim o mundo acadêmico da prática na elaboração de projeto e execução em obras públicas, promovendo assim a interface entre academia e profissão;

**RESOLVEM:**

1) Constituir grupo de trabalho para elaboração do Projeto de Residência Técnica em Engenharia Civil e Arquitetura a ser executado pela UEL, UEM, UEPG e UNIOESTE;

2) Designar, para compor o grupo, de trabalho os seguintes servidores:

**Representantes da SETI:**

Décio Sperandio - Titular

Aroldo Messias de Melo Junior - Suplente

**Representantes da SEIL:**

Ana Tereza Araujo Bruel Wandembruck - Titular

Marlene de Souza Skraba - Suplente

**Representantes da UEL:**

Ercilia Hitomi Hirota - Titular

Fernanda Aranha Saffaro - Suplente

**Representantes da UEM:**

Generoso de Angelis Neto - Titular

Romeo Dias Vanderlei - Suplente

**Representantes da UEPG:**

Carlos Luciano Sant'ana Vargas - Titular

José Adelino Kruger - Suplente

**Representantes da UNIOESTE:**

Marta Mitiko Kubota de Siqueira - Titular

Hitomi Mukai - Suplente

Esta Resolução entra em vigor nesta data, com prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, ficando revogada as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de agosto de 2012.

*Alipio Leal*

*Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior*

*José Richa Filho*

*Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*

## H) PROJETO DE LEI No 3.782, DE 2008

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA PROJETO DE LEI No 3.782, DE 2008 Institui o Programa Nacional de Residência Técnica a ser denominado “O Caminho do Primeiro Emprego”.

Autor: Deputado MAX ROSENMAN

Relatora: Deputada FÁTIMA BEZERRA

### I - RELATÓRIO

O projeto de lei em análise pretende instituir o Programa Nacional de Residência Técnica – “O Caminho do Primeiro Emprego”, com o objetivo de criar condições para entrada, no mercado de trabalho, de egressos do ensino superior, titulados no máximo há três anos, abrindo oportunidades de inclusão social. O programa consiste na inserção simultânea do candidato em curso de especialização, com duração de 21 a 24 meses, e em atividades de prática profissional junto ao serviço público, com jornada diária de seis horas, em uma das seguintes áreas: Administração Pública, Educação, Saúde, Agricultura, Transportes, Comunicação, Ciências Médicas, Segurança, Cultura, Esporte e Lazer. Para tanto, o estudante receberá bolsa com valor definido de acordo com parâmetros de cada área ou categoria profissional. A sua implementação deverá ser feita mediante parcerias entre os governos federal e estaduais e as universidades por eles mantidas. Esta Comissão de Educação e Cultura é a primeira a se pronunciar sobre a proposição, que ainda será examinada, no mérito, pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e, para efeitos do art. 54 do Regimento Interno, pela Comissão de Finanças e Tributação e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. 2 No âmbito desta Comissão, o projeto não recebeu emenda, no prazo regimental.

### II - VOTO DA RELATORA

A proposta ora apreciada busca trazer, para o contexto de abrangência nacional, programa instituído no Estado do Paraná, inicialmente por meio da Lei Estadual nº 14.803, de 20 de julho de 2005, que “autoriza o Poder Executivo a instituir Programa de Residência Técnica no âmbito da Secretaria de Estado de Obras Públicas e Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção – DECOM”. Este programa, em sua concepção original, destinava-se a graduados há no máximo trinta e seis meses em curso superior e regularmente inscritos em cursos de pós-graduação “lato sensu” nas áreas de engenharia e arquitetura. A finalidade era a de associar formação pós-graduada à prática profissional junto à Secretaria de Estado de Obras Públicas. A esta ou a instituições de ensino superior conveniadas, incumbiu a seleção dos candidatos, que durante a permanência no programa, receberam bolsa em valor não superior ao piso salarial profissional definido pelo respectivo órgão de classe. Os residentes, recrutados em número de até sessenta por ano, desenvolveram suas atividades práticas em jornada semanal de trinta horas, durante o prazo da duração do curso de especialização, até um limite máximo de trinta e seis meses. Estava previsto ainda o custeio do programa com recursos do Fundo Paraná, gerido pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, dos demais órgãos integrados ao Programa ou do orçamento próprio da Secretaria de Estado de Obras Públicas. O Programa foi efetivamente implementado, em parceria da Secretaria de Estado de Obras Públicas com a Universidade Federal do Paraná e as universidades estaduais. Pelas informações disponíveis, a primeira turma do Programa concluiu seu curso e suas atividades em maio de 2008. Nesse mesmo ano, no mês de abril, o Governo estadual anunciou sua intenção de expandir o Programa para outras áreas, tais como Educação, Cultura, Meio Ambiente, Atenção à Criança e à Juventude e Justiça. 3 De fato, em 19 de dezembro de 2008, foi publicada a Lei Estadual nº 16.020, que “autoriza o Poder Executivo a instituir Programa de Residência Técnica no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná”. A nova Lei, que revoga a anteriormente mencionada, é bem mais complexa e detalhada, mas mantém o mesmo espírito, seus objetivos e principais características de funcionamento. Podem ser também citadas outras experiências, evidenciando que o modelo está em movimento no Estado do Paraná, mediante outras

parcerias. Assim, por exemplo, a Universidade Federal do Paraná firmou parceria com a Associação de Produtores de Bioenergia do Paraná – ALCOPAR para um Programa de Residência Técnica de Engenharia na Cadeia Produtiva Sucroalcooleira, destinado a profissionais recém-formados nos cursos de engenharia civil, mecânica, elétrica, química e de produção, com 51 vagas. Uma variante, pois não prevê curso de especialização, é o Programa de Residência Técnica “Novos Talentos para a Indústria”, mantido pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP, em parceria com o Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade – IBQP e com apoio do Conselho Regional de Economia do Paraná – CORECON-PR. Assim sendo, a proposta apresentada pelo projeto de lei em análise parece meritória. É preciso ponderar, porém, que se trata de matéria que se inscreve no âmbito das responsabilidades do Poder Executivo. Competirá a este a realização das ações, seja no que diz respeito ao estabelecimento das parcerias, seja no que diz respeito ao seu financiamento, inclusive a concessão de bolsas. O conteúdo sugere que tal proposição estaria melhor situada como iniciativa do próprio Poder Executivo. Além disso, comparando com as leis estaduais do Paraná sobre a matéria, o teor do projeto é muito genérico, requerendo maior detalhamento. Isto significaria adentrar ainda mais na esfera de competência do Poder Executivo. Também não há elementos que permitam avaliar com segurança a inserção desse Programa no planejamento das políticas públicas voltadas para a educação superior. Por outro lado, a criação de tal Programa implicará criação de ação governamental, com aumento de despesa obrigatória de caráter continuado. O projeto não prevê as estimativas de custos e as fontes de recursos do Programa e não está contemplado na Lei Orçamentária da União. Tais lacunas contrariam o disposto nos arts. 16 e 17 na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, o que é razão suficiente para temer por sua adequação orçamentária e financeira. Ainda que sua atribuição seja a de examinar precipuamente o mérito do projeto, não pode a Comissão de Educação e Cultura ignorar, além das questões levantadas na esfera de sua competência, os graves óbices à sua tramitação, não sendo cabível dar curso a uma proposta que certamente, pelas razões mencionadas, não deverá prosperar mais adiante. A ideia, porém, não se deve perder. O Programa concebido é oportuno. Fará todo sentido, portanto, encaminhar uma Indicação ao Poder Executivo, sugerindo a sua adoção no âmbito das ações da União. Tendo em vista o exposto, voto pela rejeição do projeto de lei nº 3.782, de 2008, e pelo encaminhamento da Indicação anexa ao Ministério da Educação.

Sala da Comissão, em de\_\_ de 2009.

Deputada FÁTIMA BEZERRA Relatora 2009\_4678

#### REQUERIMENTO (Da Comissão de Educação e Cultura)

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, relativa à criação de Programa de Residência Técnica para Egressos de Cursos Superiores de Graduação. Senhor Presidente: Nos termos do art. 113, inciso I e § 1o , do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a V. Ex<sup>a</sup>. seja encaminhada ao Poder Executivo a Indicação em anexo, sugerindo a criação de Programa de Residência Técnica para Egressos de Cursos Superiores de Graduação.

Sala das Sessões, em de\_\_ de 2009.

Deputada FÁTIMA BEZERRA Relatora 2009\_4678

#### INDICAÇÃO No , DE 2009 (Da Comissão de Educação e Cultura)

Sugere a criação do Programa de Residência Técnica para Egressos de Cursos Superiores de Graduação. Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação: Em sua reunião do dia de de 2009, a Comissão de Educação e Cultura apreciou o projeto de lei nº 3.782, de 2008, cujo objetivo era o de instituir Programa Nacional de Residência Técnica “O Caminho do Primeiro Emprego”, inspirado em experiência já implantada pelo Governo do Estado do Paraná, inicialmente por meio da Lei estadual nº 14.803, de 20 de julho de 2005 e ora ampliado pela Lei estadual nº 16.020, de 19 de dezembro de 2008. A decisão da Comissão foi pela rejeição do projeto, não porque lhe falte mérito educacional, mas pelo fato de que suas características

sugerem a necessidade de iniciativa por parte do Poder Executivo; pela inexistência de elementos para avaliar sua inserção no planejamento das políticas públicas em curso, voltadas para a educação superior; e pela falta de previsão do novo Programa e dos indispensáveis recursos na legislação orçamentária da União. Analisando as características do Programa, os resultados apresentados e a recente expansão promovida pelo Governo paranaense, para diversas áreas da administração pública, esta Comissão decidiu também pelo encaminhamento da presente Indicação ao Ministério da Educação, a fim de que seja considerada, de forma atenta, a possibilidade de implantação de programa semelhante em nível nacional. 2 A iniciativa reúne formação pós-graduada, em nível de especialização, imediatamente – ou quase – após a conclusão do curso de graduação (destina-se a titulados há no máximo três anos) e prática profissional junto a órgãos da administração pública. A oferta é proporcionada em parceria por instituições de educação superior e pelos órgãos públicos envolvidos. As atividades devem se desenvolver em um período máximo de vinte e quatro meses, não podendo, porém, ultrapassar a duração do curso de especialização. Durante esse período, os estudantes recebem bolsa concedida pelo Poder Público. Trata-se de uma experiência importante, que pode proporcionar oportunidades de inserção no mercado de trabalho para diversos jovens profissionais, em benefício da administração pública e, por consequência, de toda a sociedade. Esta Comissão enfatiza, portanto, a relevância da iniciativa, na expectativa de que o Ministério da Educação venha a adotar as providências necessárias para sua eventual implantação em todo o País, como um programa federal em parceria com os demais entes federados e o conjunto das instituições brasileiras de educação superior.

Sala das Sessões, em de\_\_ de 2009.

Deputada FÁTIMA BEZERRA Relatora

## I) ARQUIVAMENTO DO PROCESSO CF-1256/2009

Ref. SESSÃO: Sessão Plenária Ordinária 1.382

Decisão Nº: PL-1268/2011

Referência:PC CF-1256/2009

Interessado: Sistema Confea/Crea

**Ementa:** Arquiva o Processo CF-1256/2009, referente ao Projeto de Lei nº 3782/2008, de autoria do Deputado Max Rosenmann (PMDB-PR), que institui o programa nacional de Residência Técnica a ser denominado "O Caminho do Primeiro Emprego".

O Plenário do Confea, reunido em Brasília no período de 24 a 26 de agosto de 2011, apreciando a Deliberação nº 303/2011-CAIS, e considerando que o projeto de Lei nº 3782/2008, de autoria do Deputado Max Rosenmann (PMDB-PR), institui o programa nacional de Residência Técnica a ser denominado "O Caminho do Primeiro Emprego"; considerando que o presente projeto, segundo consulta no site do Senado Federal, foi arquivado nos termos do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; considerando que o programa tem como um dos objetivos a criação de condições reais para o primeiro emprego de jovens formados nos últimos três anos no ensino superior; considerando que o projeto de lei dispõe que a metodologia do programa consistirá em ensino à distância de cursos de pós-graduação *lato-sensu* com duração de 21 a 24 meses e monitoramento e acompanhamento dos estudantes por tutoria no próprio local de estudo e trabalho; considerando que os bolsistas residentes serão alocados diretamente no serviço público em 6 horas diárias em áreas de ação governamental, e que a remuneração será definida segundo os parâmetros de cada categoria; considerando que o projeto de lei apresenta um programa que realmente poderá ajudar o ingresso de jovens recém-formados no mercado de trabalho, porém deixa muitas dúvidas em relação principalmente à metodologia e ao detalhamento da Residência Técnica, bem como sua diferenciação do estágio; considerando que não fica claro qual seria o vínculo empregatício do bolsista com o poder público, uma vez que seriam alocados no serviço público; considerando que o ensino à distância de cursos de pós-graduação deve ser visto com ressalvas, uma vez que se subentende que será ofertado a estudantes que ainda não completaram a sua graduação; considerando que a questão da tutoria deveria ser melhor detalhada no projeto de lei; considerando que dentre as áreas de ação governamental listadas no projeto nas quais seriam alocados os bolsistas entendemos que deveria constar pelo menos as áreas de Obras Públicas, Meio Ambiente e Minas e Energia; considerando que, pelo contido no projeto de lei, a remuneração deverá ser de acordo com a Lei n 4.950-A, de 1966, o que é um aspecto positivo; considerando as manifestações favoráveis ao projeto de lei, contidas no processo, especialmente o Crea-SE, a APAR, o Crea-RS; considerando o Despacho da Assessoria Parlamentar do Confea (Apar), de 6 de junho de 2011, informando que a matéria foi arquivada na Câmara de Deputados, em consonância com o art. 105 do seu Regimento Interno, **DECIDIU**, por unanimidade, arquivar o Processo CF-1256/2009, referente ao Projeto de Lei nº 3782/2008, de autoria do Deputado Max Rosenmann (PMDB-PR), que institui o programa nacional de Residência Técnica a ser denominado "O Caminho do Primeiro Emprego", haja vista que este projeto se encontra arquivado na Câmara de Deputados. Presidiu a sessão o **Presidente MARCOS TULIO DE MELO**. Presentes os senhores Conselheiros Federais AFONSO LUIZ COSTA LINS JUNIOR, ANDERSON FIORETI DE MENEZES, DIRSON ARTUR FREITAG, GRACIO PAULO PESSOA SERRA, IDALINO SERRA HORTÊNCIO, JOSE GERALDO DE VASCONCELLOS BARACUHY, JOSE LUIZ MOTA MENEZES, JOSE ROBERTO GERALDINE JÚNIOR, KLEBER SOUZA DOS SANTOS, LUIS EDUARDO CASTRO QUITÉRIO, LUIZ ARY ROMCY, MARCOS VINICIUS SANTIAGO SILVA, MARIA LUIZA POCI PINTO, MELVIS BARRIOS JUNIOR, ORLANDO CAVALCANTI GOMES FILHO, PEDRO LOPES DE QUEIRÓS, PETRUCIO CORREIA FERRO e VERA THEREZINHA DE ALMEIDA DE OLIVEIRA SANTOS.

Cientifique-se e cumpra-se.

Brasília, 26 de agosto de 2011.

Marcos Túlio de Melo  
Presidente